









FRANCISCO DAS NEVES ALVES





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves

O QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL E UMA GALERIA DE HISTÓRIA BRASILEIRA



- 82 -



(

UIDB/00077/2020







Lisboa / Rio Grande 2023 Ficha Técnica

Título: O quarto centenário do descobrimento do Brasil e uma galeria de história

brasileira

Autor: Francisco das Neves Alves

Coleção Documentos, 82

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: Gravura da capa do livro Galeria de história brasileira

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa Biblioteca Rio-Grandense Lisboa / Rio Grande, Outubro de 2023

ISBN - 978-65-89557-61-6

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

ÍNDICE

O organizador, suas concepções como educador e o quarto centenário do descobrimento do Brasil / 9

A Galeria de História Brasileira / 33

O ORGANIZADOR, SUAS CONCEPÇÕES COMO EDUCADOR E O QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Em meio à política de contenção de despesas visando à recuperação econômico-financeira do Brasil, acarretando inclusive o corte de obras e serviços públicos, o ano de 1900 viria a servir como um respiro em tais práticas de austeridade. Naquela virada de século, o país comemorou o quarto centenário do descobrimento em uma série de atividades que, para os padrões e as circunstâncias restritivas da época, chegaram a constituir até mesmo uma espécie de megaevento. Além da busca por um lenitivo, que de certo modo aplacasse os efeitos da estratégia saneadora e todos os seus efeitos, tais celebrações serviram também para propagandear a ideia de que o Brasil estaria a recuperar a sua estabilidade econômica, constituindo, portanto, um mercado confiável para o investimento de capitais internacionais, base fundamental do projeto de reconstrução nacional. Dentre tais ações esteve uma dirigida pelo educador Ramiz Galvão, que dirigiu a publicação da obra *Galeria de História Brasileira*.

Benjamin Franklin Ramiz Galvão foi um dos intelectuais que teve intenso envolvimento com as comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil. Com ascendência familiar inglesa e espanhola, Ramiz Galvão nasceu a 16 de junho de 1846 na cidade de Rio Pardo, Província do Rio Grande do Sul. Era filho de João Galvão e Joana Ramiz Galvão Antes de completar seis anos, órfão de pai, mudou-se com a mãe para o Rio de Janeiro, em 1852. Nesse mesmo ano passou a frequentar a escola pública de Custódio Mafra e, de 1853 a 1854, completou os estudos primários no externato da Sociedade Amante da Instrução, onde teve as primeiras lições de francês e latim. Após o ensino

primário, matriculou-se no Colégio D. Pedro II, recebendo, ao final de 1861, o título de Bacharel em Letras. Teve de aguardar a chegada aos dezesseis anos para entrar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual defendeu sua tese *Sobre o valor terapêutico do calomelanos no tratamento das inflamações agudas e crônicas das serosas*, em 1868, vindo a receber o grau de Doutor em Medicina¹.

Ao final de sua graduação, a 3 de dezembro de 1868, foi o orador oficial da festa de grau, quando ressaltou o papel dos docentes, considerados como "guias luminosos na estrada da sabedoria" e merecedores de "hinos de louvor". Como um "jovem médico foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional em 1870", cargo que ocupou por doze anos. Além disso, exerceu sua profissão nos Hospitais Militares do Andaraí e da Armação durante a campanha do Paraguai, bem como atuou na condição de médico sanitário marítimo durante um surto epidêmico no Rio de Janeiro na década de 1870. Seu reconhecimento seria firmado a partir de "seu grande talento, sua profunda aptidão pedagógica, seu extremado amor pelo estudo cuidadoso das línguas, materna, latina e máxime da grega, cujos conhecimentos aperfeiçoados dia após dia deveriam imortalizá-lo", em um conjunto de fatores que viriam a ser "bem cedo aproveitados pelos poderes públicos, nas regências das cadeiras de Grego e Literatura Nacional", no Colégio

_

¹ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 15.; e JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Ata da sessão solene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 7-8.

Pedro II². À frente da Biblioteca Nacional, promoveu ampla reforma na casa cultural, "para torná-la capaz de satisfazer à sua alta missão social e educativa", ocorrendo o ponto alto de tais reformulações no ano de 1876. A partir dessa ação, também viria a organizar os catálogos do Real Gabinete Português de Leitura³.

Em excursão pela Europa, foi "nomeado para estudar a organização das bibliotecas, adquirir obras de valor para o departamento que dirigia e colecionar documentos preciosos para a História Pátria". O desempenho em tais comissões ficou registrado nos relatórios que publicou em 1874 e 1875 - Artes gráficas na Exposição Universal de Viena e Bibliotecas públicas na Europa. À época foi destacada também "a notável capacidade de trabalho do grande literato, com alma privilegiada de artista da pena e da palavra", a qual poderia ser inferida a partir "das inúmeras obras publicadas, corretíssimas traduções de trabalhos de valor, espalhadas pelas luxuosas ou pelas pobres bibliotecas". Nesse quadro, o Vocabulário etimológico, ortográfico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega, editado em 1909, foi considerado como "de inestimável valor e de comum manuseio entre mestres e discípulos". Na mesma linha foram apontadas como "dignas do mais elevado apreço e meditada leitura as produções literárias de sua lavra", entre elas Cláudio Manuel da Costa e O poeta Fagundes Varela. Em meio à sua produção, foram ainda enfatizadas "traduções de obras didáticas que servem de quia a milhares de estudantes e

² JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Ata da sessão solene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 9-11.

³ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 22 e 24.

trabalhos outros", como "históricos, literários, importantes catálogos, todos de inestimável valor e conhecidos pelos que se interessam pelos homens e pelas coisas do país". Ainda jovem, publicou *O púlpito do Brasil* e, mais tarde, o *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, "obra a ser publicada pelo seu tão amado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entidade na qual ocupou uma cadeira desde 1872" e para o qual teria prestado "os mais assinalados serviços, refulgindo em trabalhos de grande monta, sobretudo nos que se relacionam com o passado e o engrandecimento da pátria". Em 1871, passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nessa empreitada, já nos anos 1880, proferiu as conferências *O estudo das ciências físicas e naturais nas faculdades de Medicina e Memória histórica*⁴.

Galvão atuou como colaborador da *Gazeta de Notícias*, assumindo o posto de redator da publicação, entre 1894 e 1899. Já de 1897 a 1900, regeu a cadeira de Grego no Ginásio Nacional – antigo Colégio Pedro II – e, de 1902 a 1911, ministrou a mesma disciplina no Colégio Pan-Americano. Em 1899, foi nomeado diretor do Asilo Gonçalves de Araújo, estabelecimento de ensino primário e profissional, fundado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, para a educação das crianças pobres da capital federal. Entre 1910 e 1915, desempenhou cargos vinculados à instrução pública no Rio de Janeiro. Foi ainda tradutor de várias obras e, entre 1903 e 1906 dirigiu o *Almanaque Brasileiro Garnier*, um dos mais importantes em seu gênero. Escreveu para a *Revista dos Ensaios Literários*

_

⁴ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Ata da sessão solene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 12-14.

e para a *Revista Brasileira*. Além de orador perpétuo, foi o redator da Revista do IHGB desde 1912. Presidiu a Comissão Executiva do Primeiro Congresso de História Nacional, em 1914 e participou da organização do Congresso Internacional de História Americana e do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*⁵.

Em 1882, deixou seus encargos na Escola de Medicina e na Biblioteca Nacional, pois fora "escolhido pela Família Imperial para dirigir a educação dos filhos da princesa", função na qual permaneceu até a instauração da república e o exílio de D. Pedro II e seus familiares. A respeito de sua carreira docente, o próprio Ramiz Galvão teria dito que sua vida fora devotada "à instrução da mocidade, desde os augustos filhos da realeza até os infelizes órfãos nascidos e criados na triste penumbra da pobreza", sendo "todos por igual merecedores de carinho e devotamento, porque o espírito cristão e o ideal democrático os não distinguem". Sob a nova forma de governo, em 1890, foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município Federal e, em 1891, Vice-Reitor do Conselho de Instrução Superior. Desde 1893, por mais de uma vez, dirigiu a Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro. No seio do IHGB foi o orador

_

⁵ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 27-33.

⁶ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Ata da sessão solene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 18-19.

perpétuo da entidade, além de diretor da Revista do Instituto, diretor da Academia de Altos Estudos e presidente de várias comissões da instituição⁷.

Em resumo, a carreira de Ramiz Galvão envolveu vários passos, que identificaram uma ação múltipla da qual adveio significativa notoriedade. Recebeu o título de Barão de Ramiz e foi Oficial e Dignitário da Ordem da Rosa, do Brasil; Comendador das Ordens de N. S. Jesus Cristo e de S. Tiago, de Portugal; Oficial da Instrução Pública e Cavaleiro da Legião de Honra, da França; Cavaleiro da Ordem de Francisco José, da Áustria; e Oficial da Ordem de S. Leopoldo, da Bélgica. Tornou-se Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II; Doutor pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Professor do Colégio Pedro II e Ginásio Pio Americano; e Lente catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ainda atuou como Preceptor dos Príncipes Imperiais D. Pedro, D. Luís e D. Antônio; Diretor da Biblioteca Nacional; Bibliotecário-mor honorário do Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro; Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária; Diretor Geral da Instrução Pública Municipal; Presidente do Conselho Superior do Ensino; 1º Reitor da Universidade do Rio de Janeiro; e Diretor do Asilo Gonçalves de Araújo. Foi também fundador do Instituto dos Bacharéis em Letras; membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a presidência da instituição em 1934; sócio grande benemérito do IHGB; membro honorário da Academia Nacional de Medicina; membro honorário de diversas associações científicas e literárias no Brasil e em outros países; e doutor *honoris*

⁷ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 8.

causa de diversas universidades estrangeiras. Seu falecimento ocorreu a 9 de março de 1938, no Rio de Janeiro⁸

Apesar dessa gama diversificada de atividades, Ramiz Galvão preferia caracterizar sua ação em essência como um educador. Em discurso a respeito do escritor proferido no IHGB, o orador se referia ao "jubileu intelectual de um insigne mestre da nossa língua, de um conspícuo sabedor da nossa História e de um dos mais consagrados expoentes da nossa cultura científica". Demarcava ainda que "não há no Brasil quem o supere quanto à profundez do preparo literário, sobretudo no que respeita às línguas clássicas e à vernácula", bem como "se constituiu radioso farol do amplo cenário da pátria, investigando-lhe o passado e o presente, para poder iluminar-lhe o ainda indeciso futuro". Na mesma oportunidade, em sessão do IHGB, o próprio Galvão se referia à sua vocação, afirmando que, no comando da última instituição educacional e assistencialista a qual se dedicou, procurara "servir aos interesses da sociedade brasileira", já que "é educando as gerações novas nas leis da honra, do estudo e do trabalho, que se alicerça a prosperidade dela". Ele imprimia para si a definição de "batalhador da causa do ensino", provendo "a campanha pacífica e gloriosa que adianta os povos e não os dizima, que serve à civilização do mundo e não a degrada, que é uma fonte de luz e não um ignóbil escoadouro de sangue". Apresentava ainda "a grandeza" e "o renome da pátria", como o outro fanal que

⁸ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Teatro educativo*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1938. p. 5-6.

guiou seus passos e cuja luz procurara "seguir no caminho da vida", buscando manter "a chama" de um "grande amor pelas coisas da pátria"⁹.

Ainda na qualidade de educador, Ramiz Galvão apontava que sua prioridade sempre fora "o amor da pátria", uma vez que, nesse "trabalho glorioso" estava "a garantia do que mais amo, a segurança que mais almejo: o justo renome da terra brasileira". Na qualidade de professor, pretendia "transmitir a gerações novas o que o estudo me houvesse dado, para reviver nos moços, para adestrar novos e bons cultores da ciência, devotados servidores do nosso Brasil muito amado". Considerava que "não há na sociedade missão mais nobre, mais patriótica, mais veneranda do que a do mestre, o qual tem qualquer coisa de divino", uma vez que ele "ilustrando, educando a mocidade, transmitindo-lhe o fogo vivo do patriotismo e do amor à ciência, prepara pelo concurso dela a grandeza da pátria e futuros benfeitores do gênero humano". Também demarcava que "o mestre é o grande fator do progresso e da glória das nações", de forma que "a sua obra avulta no tempo, propaga-se a gerações sucessivas que vão amontoando tesouros e erquendo a passo lento esse admirável monumento do saber humano", uma "fonte de alívios, consolações, riqueza e bem estar da humanidade". Conjeturava ainda que "ensinar é fecundar, desenvolver, aviventar as faculdades superiores dadas ao homem por Deus", assim como "dar luz aos cegos" e "abrir horizontes novos e amplos ao nauta inexperto, ministrando-lhe a força que impele a nave através do mar

_

⁹ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Sessão especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 10, 12-13 e 40-43.

tempestuoso da vida, orientando-lhe a bússola salvadora". A respeito de sua jornada profissional, afirmava que, "seduzido pelo amor ao ensino e pela paixão literária, concentrando neste afã todos os recursos de minha atividade, abandonei a carreira de clínico"¹⁰.

Na mesma linha, Galvão considerava que a essência da ação dos pesquisadores era a de ir "vivendo a vida de trabalho patriótico", como "os nobres soldados desta santa cruzada". Para ele, um "culto espírito" deveria estar "ávido de saber, de atingir à perfeição, de conhecer a razão última das coisas e dos fenômenos, duvidando sempre do êxito obtido e das conquistas realizadas", desejando "naturalmente mais e melhor". Valorizava também o papel dos educadores, destacando que "a obra mais patriótica, a de mais premente necessidade no Brasil é a da educação nacional", a qual, "corrigindo os erros e lacunas do presente, preparará os operários do futuro para a construção do templo da grandeza e prosperidade" do país. Nesse sentido, complementava que "o analfabetismo atrasa o progresso da nação", degradando-a "perante o mundo", bem como "os vícios lamentáveis da instrução secundária e superior" debilitavam "a geração atual para as lutas do porvir". Defendia ainda que "o visível enfraquecimento dos são princípios da moral, diante da sedutora imagem dos prazeres, a que não resiste facilmente a inexperta mocidade, pronuncia decepções e desastres". Também enfatizava a necessidade de um processo de expansão da educação, pois "tudo depende essencialmente dessa

¹⁰ JUBILEU CIENTÍFICO do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão. *Ata da sessão solene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 22-23.

campanha e dessa vitória, como fonte preciosa de incalculáveis benefícios, de estímulos nobres, de ensinamentos intelectuais, morais e políticos", todos "indispensáveis à geração que tem de receber o legado de conduzir a pátria queridas aos seus gloriosos destinos". Assim, demarcava como uma "grande obra do patriotismo" a conquista da "soberania intelectual", apontada como um "fervoroso anelo" para o "amado Brasil"¹¹.

No âmbito do IHGB, Ramiz Galvão dividia com seus confrades estudiosos a perspectiva pela qual "esforço, trabalho, patriotismo e fé" não seriam "predicados vulgares", já que "é com eles que se nobilitam as almas e se ganham vitórias", de maneira que "é de atletas dotados de tais virtudes que a pátria carece em todos os tempos, e talvez mais hoje do que nunca". Considerava ainda que "é de companheiros assim aparelhados que a nossa companhia mais precisa para a realização de seu escopo nobilíssimo". Segundo ele, o "vasto" e "amplo quadro da História" compreendia "a vida de um povo, o desenvolvimento de uma nacionalidade, as circunstâncias do seu progresso e do seu papel no mundo", elementos que "devem ser vistos e analisados sob múltiplos aspectos", de modo que os eruditos voltados aos estudos de natureza histórica seriam todos aqueles "que amam a pátria e se desvelam em servi-la com honradez e talento" 12.

¹¹ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discursos de recepção ao Sr. Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 22-28.

¹² RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discursos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916. p. 7-8.

Na concepção de Galvão, um "verdadeiro mestre" seria "um dos fatores primordiais, se não é de fato o maior, no engrandecimento da nação", uma vez que "o magistério prepara o cidadão de todas as classes para o renome da pátria". Valorizava o papel de diversos profissionais, mas argumentava que "o mestre sobreleva a todos, porque é nas suas lições" que os demais "se aparelham para o cumprimento do dever cívico, para a felicidade do povo e para o bem estar da humanidade". Considerava ainda que "o magistério é o apostolado superior, do qual todos os mais são irradiações, como um tronco robusto, que se alimenta na terra para se esgalhar em ramos e desabotoar em flores e frutos de benção"13. Ao referir-se ao papel da mocidade, o escritor indicava que deveria amar o trabalho, ser "escravo da honra e da lei", cultivar "no mais alto grau, ao lado de todas as virtudes particulares, a grande virtude do amor da pátria". Também enfatizava que a todo o "movimento de progresso e vida" no Brasil deveria ser acompanhado por "prosperidade e bem estar do povo" e pelo "enraizamento da moral cívica e da moral religiosa, que são os esteios seguros das nações". Demarcava ainda que "à virtude, que santifica os lares e à sólida instrução da mocidade, que prepara o futuro", deveria ser associado "o patriotismo intenso dos cidadãos, fiéis ao dever" e "estreitamente unidos na defesa da causa bendita"14.

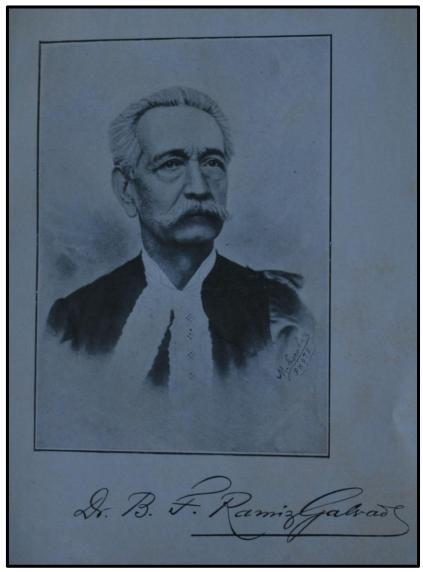
_

¹³ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discurso que proferiu ao ser recebido na Academia Brasileira de Letras.* São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1928. p. 20-21.

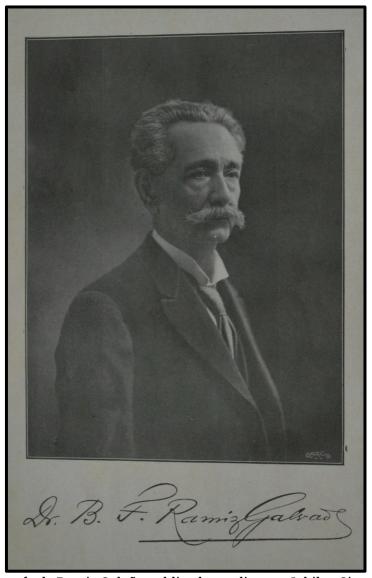
¹⁴ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Teatro educativo*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1938. p. 10 e 67.



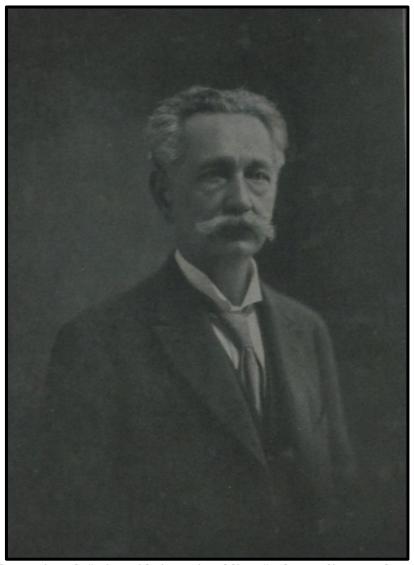
- Retrato de Ramiz Galvão publicado no *Livro do Centenário* (1910) -



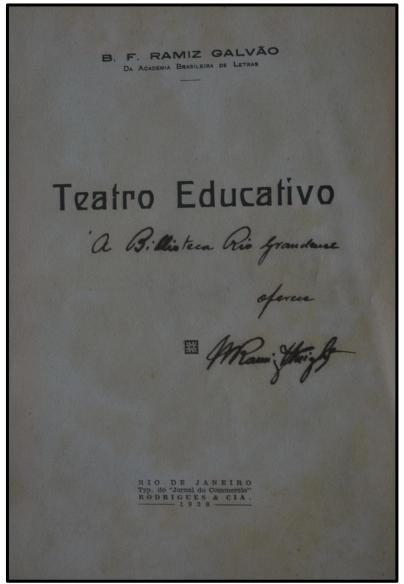
- Retrato e autógrafo de Ramiz Galvão publicados no opúsculo *Jubileu Científico* — Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1919) -



- Retrato e autógrafo de Ramiz Galvão publicados no livreto *Jubileu Científico – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1919) -



- Retrato de Ramiz Galvão inserido junto à publicação de seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras (1928) -



⁻ Folha de rosto do livro Teatro Educativo, com dedicatória à Biblioteca Rio-Grandense (1938) -



- Retrato de Ramiz Galvão no livro *Teatro Educativo* (1938) -

Para o escritor, os estudiosos da formação histórica brasileira eram vistos como "o melhor da alma do Brasil", por representarem "a sua memória". Segundo ele, a "personalidade" da "humanidade" era "feita em cada momento do presente", formando-se a partir da "lembrança dos momentos que se foram e lhe formam o passado, realidade da memória", a qual, "para os homens, como para os povos, constitui o mais precioso quinhão da vida". Considerava ainda que "a História é a consciência, em lenda, tradição, vestígios do tempo, ruínas, monumentos, escritos, desse divino instinto do homem", que iria "além da perenidade da espécie", obtida "pela geração, como aliás toda a natureza, logrou para si, exclusivamente, a eternidade subjetiva da memória". Demarcava também que os historiadores acompanhavam a evolução histórica do país, "vivendo a vida dele, a cada passo de suas conquistas ou dos seus esforços", para recordar "adiante e sempre nos ímpetos de seus triunfos", ou consolar, "alguma vez, na melancolia de suas decepções" 15.

A tal respeito, Galvão argumentava que não era "historiador, nem geógrafo, e talvez no que tenho escrito se encontre alguma irreverência de cético a esses graves objetos de cogitação humana". Nesse sentido, valorizava "os didatas, os professores ou escritores, todos aqueles que fazem objeto de suas cogitações a terra e a gente do Brasil". Afirmava que era necessário respeitar os "labores de cronistas e cartógrafos", mas reservava as suas "inclinações à obra de educação nacional, associada à de construção científica". Ressaltava assim o

⁻

¹⁵ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discursos de recepção ao Sr. Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 3-5.

valor de "análises e pesquisas, sínteses e reconstruções geográficas e históricas", as quais possibilitavam "devassar o passado e esclarecer o destino dos povos", ainda mais ao tratar-se de "um país novo, em crescimento, quase na adolescência", fator que estaria a enfatizar o papel do "educador" que cumpria "o seu desígnio, educando o Brasil para todas as responsabilidades"¹⁶.

O papel dos pesquisadores da História era por ele considerado fundamental, pois, "guardando piedosamente as tradições, coligindo, estudando, publicando todos os documentos", eles estariam a prestar "à nacionalidade em formação o maior serviço, numa época em que, distraída a atividade do povo para os interesses imediatos, ele não os poderia conseguir", só vindo a procurálos "mais tarde, a más horas, quando muitos destruídos e outros deturpados, sem os lograr mais nas condições propícias à construção de sua própria história". Na perspectiva de Ramiz Galvão, as "relíquias" obtidas por tais estudiosos serviriam para lembrar "ao Brasil, na sua maioridade, todos os seus passos incertos e esquecidos, em que a vigilância, o cuidado, a dedicação de inumeráveis brasileiros patriotas velaram pela grandeza em formação da nacionalidade". Tal função era ainda glorificada por constituir "uma escola, a mais alta e a mais ampla do civismo brasileiro", por meio do "culto dos grandes homens e dos grandes feitos", os quais serviriam de "estímulo e orgulho" para as "gerações que vêm chegando", em ação "desinteressada e nobre para a

¹⁶ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discursos de recepção ao Sr. Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 10-12.

educação das gentes deste país". Assim concluía que a História era "a ciência do passado que explica o presente"¹⁷.

Em meio às comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, Benjamin Franklin Ramiz Galvão teve uma participação bastante significativa. De acordo com seu espírito ufanista e patriótico, "o Brasil, em sua curta História de quatro séculos, conquistou já brasões de que se pode desvanecer, de que realmente se desvanece"

18. Mantendo o tom de júbilo, concordava com a perspectiva de que "em meio de egoísmo lamentável e no meio de uma sociedade minada por cruel indiferença" era demarcado que o "trabalho mais digno de louvor" seria o "de agitar o nobre sentimento que exalta os corações, lembrando o nascer da pátria, as glórias do seu passado, a rota vencida através de tamanhas lutas e dificuldades", verificando também "a situação presente e os fundamentos assentados para o edifício robusto e altaneiro do futuro". Defendia que "prestar culto aos grandes homens, que honraram a raça" seria "certamente um dever cívico, de que se não esquecem os povos civilizados", bem como "fazer a apoteose da pátria, festejando com esplendor a data mais solene de sua existência", equivaleria "a uma síntese de

¹⁷ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Discursos de recepção ao Sr. Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919. p. 7-12.

¹⁸ RAMIZ GALVÃO, Benjamin Franklin. *Teatro educativo*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Comércio*, 1938. p. 113.

comemorações centenárias", pois "o seu único nome enfeixa todas as glórias e alegrias"¹⁹.

Ramiz Galvão compôs a Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, entidade fundada para desenvolver um determinado "programa comemorativo" que envolvia as seguintes atividades: demonstrações religiosas, as quais seriam iniciadas pela reprodução histórica da primeira missa no Brasil; festejos navais; festejos artísticos, compreendendo a representação de uma ópera nacional e a composição do Hino do Quarto Centenário; festejos populares, constando de iluminações, fogos de artifício, etc.; ereção do monumento comemorativo do descobrimento do Brasil, em uma das praças da Capital Federal, realizando-se a inauguração a 3 de maio de 1900; publicação do Livro do Centenário "O Brasil, 1500-1900", que constituiria uma vasta obra em quatro volumes de quatrocentas páginas cada um, destinadas a dar a conhecer as riquezas naturais do Brasil e o seu progresso em todos os ramos da atividade humana, e que seria precedida da notícia histórica dos trabalhos da comemoração; sessões magnas, congressos, concursos e publicações especiais, relativas às ciências, às letras, às artes e às indústrias; e cunhagem de medalhas comemorativas de ouro, prata e bronze e que tenham no verso a reprodução do monumento e no reverso uma alegoria do Livro do Centenário²⁰.

¹⁹ ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL *Livro do centenário* (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 4. p. 9.

²⁰ ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL *Livro do centenário* (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 4. p. 45.

Como Vice-Presidente da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, Galvão, por correspondência, conclamava as localidades brasileiras a participar da ação da entidade que tomara para "si o encargo patriótico de comemorar dignamente esse grande acontecimento histórico, início da nacionalidade brasileira" e "data de sua entrada no grêmio da civilização e do cristianismo". Nos atos solenes, como Diretor do Asilo Gonçalves de Araújo, o escritor proferiu discurso, no qual, em consonância com suas ações no magistério e no assistencialismo, se referia ao "ano memorável do centenário", o qual fora comemorado como "uma apoteose", que teria ido além do "aplauso altissonante das turbas patrióticas" e do "ribombo festivo dos canhões", contando também com "hosanas de anjos e bênçãos de Niobes, o choro meigo das vozes infantis a cantarem o hino da gratidão e a ação de graças das pobres mães consoladas na angústia de sua viuvez ou de seu desamparo"21. Um dos maiores destaques da participação de Ramiz Galvão nas ações alusivas ao quarto centenário, em consonância com sua vocação de educador e sua sempre expressa e fervorosa fé patriótica, esteve ligado à publicação do livro Galeria de História Brasileira.

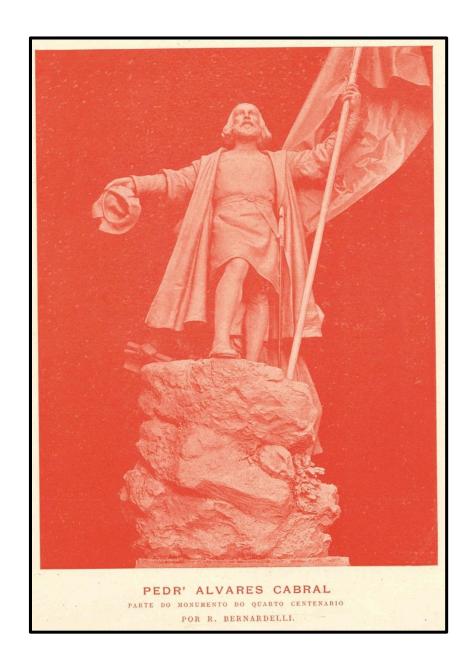
²¹ ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL *Livro do centenário* (1500-1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. v. 4. p. 141 e 304.



A obra Galeria de História Brasileira foi um dos pontos altos dos atos festivos pela passagem dos quatro séculos da descoberta do Brasil. Constituiu uma publicação de luxo, com capa dura e impressão em papel especial, ficando a edição com caráter binacional, franco-brasileiro, com o trabalho gráfico de H. Garnier Livreiro-Editor, apresentando por endereço Rio de Janeiro e Paris. O livro foi organizado e dirigido por Ramiz Galvão, "segundo quadros, monumentos e estampas célebres". Ele mesmo revelava que chegou a se deslocar à França para promover a revisão final dos trabalhos de impressão, demarcando algum tipo de aporte financeiro para a execução de tal tarefa, com o indício do patrocínio público à empreitada, fator corroborado com a presença do escudo nacional estampado na contracapa. Na gravura da capa, Clio, a musa da História, com a pena em uma mão e o papel na outra, preparava-se para proceder à narrativa, junto a um campo florido e com elementos que lembravam as artes, enquanto uma menina mantinha erquida a chama da sabedoria e uma figura angelical segurava um tecido no qual aparecia o título da obra. Ao fundo da estampa, aparecia o mar e uma paisagem da capital brasileira. A primeira gravura era uma homenagem ao fundador Pedro Álvares Cabral, um dos personagens mais citados no âmbito das solenidades concernentes à efeméride, reproduzindo um fragmento de monumento estatuário erquido em homenagem ao quarto centenário.



Ao Quarto Centenario do Descobrimento do Brazil GALERIA HISTORIA BRAZILEIRA 1500-1900 Organizada, sob a direcção do D.R B. F. RAMIZ GALVÃO SEGUNDO QUADROS MONUMENTOS E ESTAMPAS CELEBRES H. GARNIER, LIVREIRO-EDITOR 71, RUA MOREIRA-CEZAR, 71 6. RUE DES SAINTS-PÈRES, 6 PARIS RIO DE JANEIRO



No livro, Ramiz Galvão adotava seu pendor voltado ao magistério, intentando organizar uma obra que leve conhecimento aos leitores. A organização do escrito segue um caráter didático, no qual prevalece a intenção do educador que tem no civismo e no patriotismo o fio condutor de suas lições. O próprio título do livro remete a uma "galeria", ou seja, disponibilizar aos leitores a possibilidade de acesso a uma exposição montada pelo organizador, revelando detalhes da formação histórica brasileira, a partir de uma seleção por ele realizada com base em trabalhos executados a partir das artes plásticas, da estatuária monumental e das representações cartográficas. Para cada ilustração apresentada, o diretor traz um texto explicativo, buscando dar um caráter pedagógico à sua obra. As estampas iniciam pela imagem do descobridor Pedro Álvares Cabral, ladeado por outros dois que o antecederam, Cristóvão Colombo e Vasco da Gama, em referência ao processo de expansão marítimo-comercial europeia, com ênfase para a promovida por Portugal.

Daí em diante, o escritor perpassava pela História do Brasil, descrita a partir das manifestações artísticas, ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Alguns dos destaques nos registros foram a primeira incursão lusa em terras brasileiras; as relações entres os colonizadores e os indígenas; as invasões estrangeiras; a revolta mineira; a época joanina; a proclamação da independência e a formação do Estado Nacional Imperial; as guerras platinas, mormente o conflito contra o Paraguai, com muitas de suas batalhas e vários dos personagens nela envolvidos; as leis abolicionistas; a implantação da república e sua institucionalização; e os diversos administradores do Brasil,

iniciando pelos soberanos portugueses até chegar aos quatro primeiros Presidentes da República. Como um desejo do responsável pelo livro quanto ao futuro do país, a ilustração de encerramento trazia uma alegoria que simbolizava a paz e a concórdia.

Em fala "Ao leitor", o diretor da obra explicava que aquele "álbum" tinha por escopo "o pensamento de contribuir" com as comemorações do quatro centenário, "oferecendo aos amigos das coisas pátrias, e, sobretudo, à nossa mocidade estudiosa, uma fiel reprodução das preciosas telas e gravuras em que foram tratados assuntos da história do país", e também "dos monumentos que a gratidão nacional já erigiu a alguns dos grandes homens do Brasil". Segundo ele, a partir da galeria que organizara, os jovens poderiam ter, "como em rápido panorama, uma série de quadros que se gravem na sua memória e falem ao seu coração", de modo que neles pudessem ser celebrados "os feitos dos seus maiores" e "a mão de grandes artistas brasileiros" que "neles colaborou gloriosamente". No sentido de difundir conhecimento e cultura e mantendo o caráter didático, lembrava que acrescentara "às estampas, que reproduzem tesouros existentes nos nossos museus e na opulenta Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", algumas "sucintas notícias históricas, que servissem à instrução dos menos versados nesta matéria". Finalmente, avisava que a organização da obra seguira a celeridade que lhe fora exigida, de acordo com os prazos para coincidir com as celebrações, bem como demarcava que não tinha "a pretensão de escrever história", e sim "relembrar fatos em lineamentos gerais e sob forma sintética", de maneira que teria feito "o possível para corresponder à distinção

do convite, guardando simplicidade na exposição e fidelidade nos pormenores". Bem de acordo com suas convicções como professor e sempre declarado seguidor de princípios patrióticos, em essência dedicava o livro à mocidade, pretendo que o mesmo servisse para honrar a pátria.

Na obra há uma ascendência de uma história factual, com o destaque sem definição de critérios para determinados episódios, de modo que o enfoque não leva em conta o processo histórico, restringindo-se a um desencadear de fatos considerados como relevantes pelo organizador. Tal característica fica ainda mais evidente no segmento final da publicação, destinado à narração das atividades administrativas de governantes, desde os reis portugueses até os presidente brasileiros, no qual grande parte do texto chega a constituir uma espécie de tábua cronológica, com o destaque para a data e o fato a ele associado. Também não há um fundamento criterioso para a determinação dessa possível relevância dos acontecimentos em pauta - muitos deles representados por personagens, alegorias ou determinados detalhes iconográficos – com a ênfase para alguns notoriamente marcantes, mas mesclados com outros, de difícil alocação em tal caracterização, a partir da enorme discrepância quanto ao impacto que tiveram, como foi o caso da presença de águas termais em Piratininga. A ocupação do diretor do livro como preceptor da família imperial, portanto bem próximo da high-life aristocrática, também serviu para que houvesse certa preeminência da atenção aos temas mais estritamente vinculados à vida cortesã.

Em meio às construções textuais e imagéticas, há um privilégio para a abordagem da História Militar, com uma recorrência das cenas de batalhas e a descrição de determinados movimentos desencadeados em cenários bélicos. Há ainda um privilégio para a exaltação a certos personagens, inseridos sob o prisma de uma biografia praticamente hagiográfica, bem como louvaminheira e encomiástica. Tais personalidades são vistas como fatores motores da progressão histórica, bem de acordo com a vertente historiográfica que glorificava o papel dos denominados "grandes homens" na promoção do devir histórico, sendo os mesmos associados a uma carga de heroicidade na execução de seus atos. Os fundamentos políticos e militares são os mais recorrentes, sendo outros menoscabados, como o social, o cultural, o econômico e o ideológico, alguns dos quais chegam a ser praticamente suprimidos. A visão básica é a do protagonismo dos governantes e dos militares na edificação da formação histórica brasileira.

Assim, a versão predominante do conteúdo textual do livro está vinculada à heroificação das ações de determinados personagens, com a escolha de qualificativos positivos para tais atos, com a utilização de termos como: "valente filho"; "sua bravura e seu esforço"; "valoroso"; "prodígios de valor"; "heroicos e briosos 'independentes'"; "sonho patriótico"; "intemerato"; "herói da liberdade"; "eminentes patriotas"; "velho patriota"; "cheio de nobreza"; "sábio e glorioso patriarca"; "bravo capitão"; "heroína oficialidade"; "grande denodo"; "patriotas conhecidos pela sua bravura e resolução"; "oficiais e soldados em entusiasmo e valor"; "exemplo de coragem e serenidade"; "ímpeto extraordinário"; "modo

honroso para as armas do Brasil"; "um dos feitos mais gloriosos da marinha"; "lutar com inexcedível heroísmo"; "bravo comandante"; "valoroso e distinto"; "salvou com sua bravura"; "o bravo cobriu-se de glória e levantou bem alto o nome brasileiro"; "incomparável soldado"; "restos venerandos de uma glória nacional"; "mais um dia de glória para o pendão auriverde"; "valente general"; "ímpeto das nossas tropas"; "gloriosa jornada"; "ilustre marechal"; "veterano glorioso de cem combates"; "chefe de raro tino"; "heroica passagem"; "gloriosíssimo feito de armas"; "perdeu a vida heroicamente"; "bravo general"; "heroicamente investiu"; "a cavalaria brasileira obrou prodígios"; "lendário e destemido general"; "a vitória coroou os esforços dos nossos bravos"; "lutaram como leões"; "prestar os mais relevantes serviços à pátria"; "bravo soldado"; "só ouviu a voz do patriotismo e partiu"; "cobriram-no de glória imorredoura"; "admirável bom senso administrativo"; "amor entranhadíssimo à causa pública"; "indômita valentia dos nossos soldados"; "inquebrantável patriotismo"; e "herói valentíssimo dessa campanha gloriosa";

A essência da criação textual e da seleção iconográfica da galeria serviu como instrumento para promover a educação. Ao ressaltar os tempos passados, o escritor intentava estabelecer uma interação com a sua contemporaneidade, a partir da óptica de que a História deveria constituir uma "mestra da vida", ou seja, os atos do pretérito associados às ações dos propalados "heróis" deveriam servir como verdadeiros exemplos para as gerações futuras, que assim teriam condições de assimilá-las e segui-las à risca, de modo a supostamente promover o progresso pátrio. Nesse sentido, a ideia fundamental é o estabelecimento de

modelos comportamentais no presente a partir de um olhar para o passado, buscando no mesmo lições cívicas e morais para a orientação das condutas nos tempos coetâneos, pois como bem definia o diretor, no derradeiro texto da obra, aquela "brilhante galeria histórica", teria por essência em seus propósitos o de atender ao "leitor patriota".

################

AO LEITOR

Presidiu a composição deste álbum o pensamento de contribuir para a solenização do 4º Centenário do Brasil, oferecendo aos amigos das coisas pátrias, e, sobretudo, à nossa mocidade estudiosa, uma fiel reprodução das preciosas telas e gravuras em que foram tratados assuntos da história do país, assim como dos monumentos que a gratidão nacional já erigiu a alguns dos grandes homens do Brasil.

A juventude terá nesta *Galeria*, como em rápido panorama, uma série de quadros que se gravem na sua memória e falem ao seu coração, já porque neles se celebram os feitos dos seus maiores, já porque a mão de grandes artistas brasileiros neles colaborou gloriosamente.

Às estampas, que reproduzem tesouros existentes nos nossos museus e na opulenta Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, estendeu-se necessário juntar sucintas notícias históricas, que servissem à instrução dos menos versados nesta matéria. Desempenhando-nos desta incumbência com a celeridade que nos foi reclamada, e não tendo a pretensão de escrever história, senão o intuito de relembrar fatos em lineamentos gerais e sob forma sintética,

fizemos o possível para corresponder à distinção do convite, guardando simplicidade na exposição e fidelidade nos pormenores.

Cremos que a pátria não desestimará este desejo de honrá-la, e que a mocidade poderá percorrer com fruto as páginas do livro, que ora se lhe oferece.

B. F. RAMIZ GALVÃO

Capital Federal, 22 de outubro de 1899.

ERRATA

Não tendo sido revistas pelo autor as provas deste livro, escaparam infelizmente alguns lapsos tipográficos e de paginação, dos quais são mais importantes os seguintes:

- 1º A estampa da página [que] representa a Chegada da imperatriz D. Tereza Cristina ao Rio de Janeiro [deveria] ser colocada na página onde por equívoco foi imprensa a estampa do Desembarque da primeira imperatriz;
- 2º A notícia sobre el-rei D. Manoel foi erroneamente proposta à de D. João III, e na página estão igualmente trocados os dizeres impressos;
- 3° Todo o final do texto relativo a D. Pedro I foi deslocado para a página [indevida], desde as palavras "Também em 1824 rebenta em Pernambuco, etc." até o fim.

PEDRO ÁLVARES CABRAL

(Gravura a buril, por Abrantes)

Pedro Álvares Cabral era filho terceiro de Fernão Cabral, adiantado da província da Beira, senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, – e de D. Isabel de Gouveia, filha de João de Gouveia, senhor de Almendra. Foi o almirante escolhido por D. Manuel para levar à Índia a segunda esquadra portuguesa pelo caminho tão felizmente achado por Vasco da Gama.

Sob o comando pois de Pedro Álvares, e composta de treze navios capazes de infundir respeito aos homens do Oriente, partiu esta esquadra de Lisboa no dia 9 de março de 1500.

As instruções que recebeu para a viagem recomendaram-lhe que na altura de Guiné se afastasse quanto possível da África para evitar as calmarias. Feliz aviso para o chefe da expedição a quem coube a glória de fazer conhecida do mundo a terra brasileira, avistada por ele na tarde do dia 22 de abril de 1500!

O ponto do Brasil que primeiro surgiu aos seus olhos foi um monte, ao qual deu o nome de monte Pascoal, que ainda hoje conserva; a nova terra, essa foi chamada *Ilha de Vera Cruz*, depois *Terra de Santa Cruz*, e por último *Brasil*.

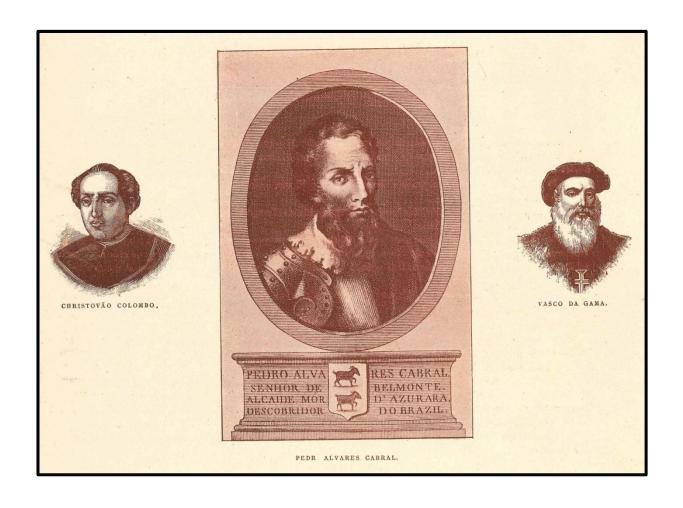
A feliz nova deste acontecimento foi levada imediatamente a Portugal por uma das caravelas da frota, no parecer de alguns comandada por Gaspar de Lemos.

Cabral, depois de alguns dias de estada no Brasil, dias que empregou em ligeira exploração da costa mais vizinha e em tratar com os selvagens habitadores da terra, partiu no dia 2 de maio para a Índia, onde foi chegar a 3 de novembro, depois de sofrer os efeitos de uma formidável tempestade na altura do Cabo da Boa Esperança, e de se haver demorado um pouco em Melinde.

A 23 de junho de 1501 entrou de volta no porto de Lisboa.

Rezam os arquivos que, em 1502, recebeu do rei D. Manuel, em prêmio dos seus serviços, duas tenças, uma de treze e outra de trinta mil réis; mas é certo que a isto se limitaram as recompensas. Pedro Álvares Cabral, tendo recusado por melindres de pundonor o comando da terceira expedição, não tornou a ser chamado para comissão alguma e veio a morrer uns vinte anos depois esquecido.

Foi sepultado na sacristia do convento da Graça, em Santarém, onde o ilustre Varnhagen encontrou em 1839 o seu sepulcro.



A ELEVAÇÃO DA CRUZ EM PORTO SEGURO (1500)

(Quadro a óleo, por Pedro José Pinto Peres – Escola de Belas Artes)

Foi a 22 de abril, por volta da tarde, que as naves de Cabral avistaram a terra brasileira. Surgiram a umas seis léguas de distância dela e aí estiveram toda a noite; a 23 pela manhã levaram âncoras, aproximaram-se da costa e veio à terra Nicolau Coelho.

No dia 24 fizeram vela em procura de porto mais abrigado, que acharam na baía de Santa Cruz; nela entraram a 25.

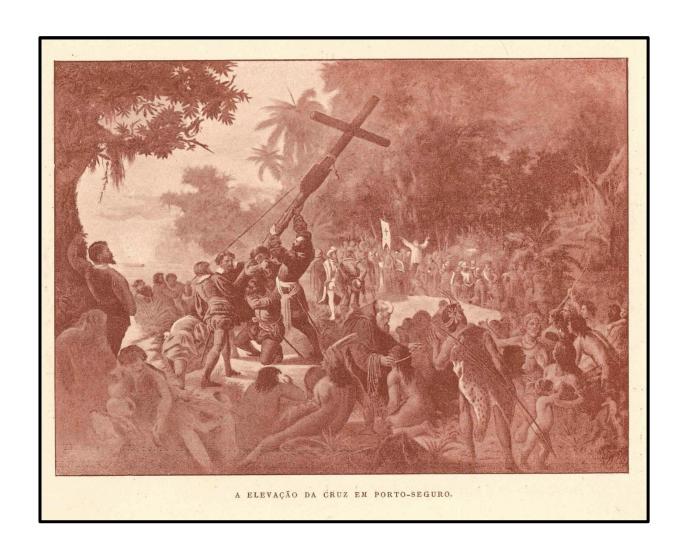
O dia 26 foi domingo de Pascoela; houve missa e pregação no ilhéu, celebrando Fr. Henrique. A 27, 28, 29 e 30 visitaram a terra, tomaram os navios lenha e água.

No dia 1º de maio seguinte, com grande solenidade realizou-se a cerimônia representada na tela de Pinto Peres. Vieram pela manhã os portugueses à terra firme com a bandeira da Ordem de Cristo, tomou-se posse oficial da nova região para a coroa portuguesa, e num morro vizinho foi chantada uma grande cruz de madeira com as armas e divisa d'el-rei D. Manuel.

Caminha, o escrivão da armada, descreve o ato nestes termos simples e despretensiosos em sua famosa *Carta,* datada do mesmo dia:

"Hoje que é sexta-feira, primeiro dia de maio, saímos pela manhã em terra com nossa bandeira, e fomos desembarcar acima do rio contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor chantar a cruz, para ser melhor vista; e ali assinou o

capitão onde fizessem a cova para a chantar: e enquanto a fiaram fazendo, ele com todos nós outros fomos pela Cruz, abaixo do rio, onde estava. Trouxemo-la dali com esses religiosos e sacerdotes diante cantando, maneira de procissão. Eram já aí alguns deles, obra de setenta ou oitenta; e quando nos assim viram vir, alguns deles se foram meter debaixo dela a ajudar-nos. Passamos o rio ao longo da praia, e fomo-la por onde havia de ser, que será do rio obra de dois tiros de besta. Ali andando nisto, viriam bem cento e cinquenta, ou mais."



A SEGUNDA MISSA NO BRASIL (1500)

(Quadro a óleo, por Victor Meirelles – Escola de Belas Artes)

Já no dia 26 de abril, que no ano de 1500 foi domingo da Pascoela, se havia celebrado uma missa a que assistiram todos os da armada de Pedro Álvares Cabral; esse ato porém se efetuará no ilhéu ou restinga situado à entrada do porto em que a frota ancorara.

No dia 1º de maio seguinte, após a elevação da cruz num ponto da terra firme, armou-se junto à referida cruz um altar e aí foi dita a segunda missa, que está representada na tela de Victor Meirelles.

Eis as próprias palavras do cronista Caminha, dando notícia do ato:

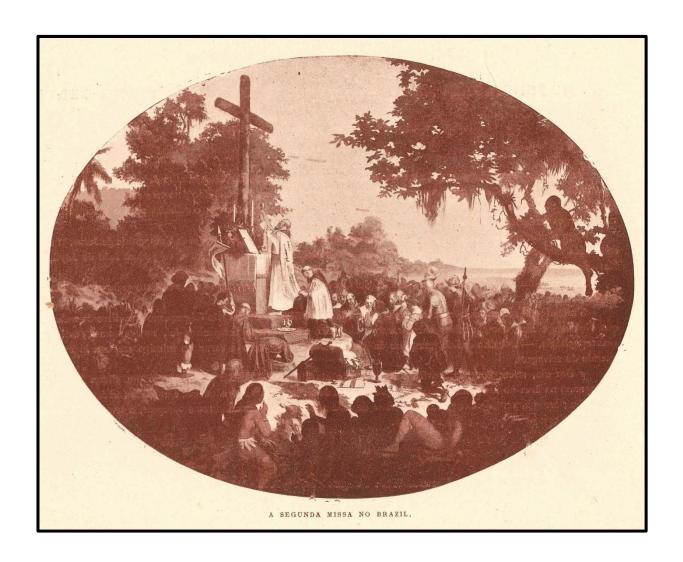
"Chantada a cruz com as armas e divisa de Vossa Alteza, que lhe primeiro pregaram, armaram altar ao pé dela, e ali disse missa o padre Fr. Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos [sacerdotes]. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou setenta deles [índios] assentados todos em joelhos, assim como nós; e quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, estando assim até ser acabada; e então tornaram se sentar como nós; e quando levantaram a Deus, que nos pusemos em joelhos, eles se puseram todos, assim como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a V. A. que nos fez muita devoção.

	Acabada	a missa,	tirou c	padre	a vestim	ienta d	le cima,	e ficou	na	alva, e
assim	se subiu	junto ao	altar e	m uma	cadeira,	e ali n	os prego	u do Ev	/ang	gelho e
dos A	póstolos, o	cujo dia h	oje é.							

......

Acabada a pregação, trazia Nicolau Coelho muitas cruzes de estanho, que lhe ficaram ainda da outra vinda; e houve por bem que lançassem a cada um a sua ao pescoço; para a qual coisa se assentou o padre Fr. Henrique ao pé da cruz, e ali a um e um lançava sua atada em um fio ao pescoço, fazendo-lhe primeiro beijar, e alevantaras mãos...

E isto acabado era já bem uma hora depois de meio-dia."



O PADRE NÓBREGA SALVANDO CATECÚMENOS DAS MÃOS DO GENTIO

(Quadro a óleo, por Manuel Joaquim Corte-Real – Escola de Belas Artes)

Resolvida pelo governo português a constituição de um governo central na Bahia, a fim de unificar a administração da colônia e coibir os abusos dos donatários ou dos seus lugar-tenentes, foi escolhido para esse cargo Tomé de Sousa, que partiu de Lisboa a 1º de fevereiro de 1549, acompanhado das pessoas notáveis escolhidas para o desempenho dos vários cargos novamente criados.

Com o primeiro governador-geral do Brasil vieram também os primeiros padres da Companhia de Jesus, já então conhecida vantajosamente no Velho Mundo. Foram o Pe. Manuel da Nóbrega, superior, os padres João de Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes e Antônio Pires, e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacome.

A estes soldados da cruz coube o início da gloriosa missão evangélica em que tanto se distinguiram os jesuítas no Brasil.

Tratando de reduzir as hordas indígenas ao grêmio da civilização cristã não foi pequeno o número de embaraços que Nóbrega e seus companheiros encontraram. Um dos seus maiores empenhos foi, naturalmente, extirpar a antropofagia – trabalho difícil, porque o delírio de banquetear-se com a carne do inimigo era uso inveterado e querido do selvagem.

"Um dia, refere Southey, ouviram os padres o alarido e regozijo dos selvagens em um destes sacrifícios; irromperam na área no momento mesmo em que acabava de ser derrubado o prisioneiro, e as velhas arrastavam o corpo à fogueira; arrancaram-lhe das garras, e, à vista de toda a horda estupefata de tanta coragem, o levaram."

Eis o episódio a que se refere a estampa.



JOSÉ DE ANCHIETA (1534-1597)

Nasceu na cidade de Laguna (Ilha de Tenerife), aos 19 de março de 1534; filho de João de Anchieta e Mencia Diaz de Clarijo & Llarena.

Feitos os primeiros estudos, sua intensa vocação religiosa conduziu-o a alistar-se na Companhia de Jesus; a 1º de maio de 1551 iniciou o noviciado na casa de Coimbra.

Dois anos depois, fez parte da turma de missionários que acompanhou ao Brasil o segundo governador-geral Duarte da Costa; no dia 13 de julho, Anchieta e seus companheiros chegaram à Bahia, entrando desde logo nos rudes trabalhos da catequese.

O padre Nóbrega, porém, superior da província, resolvera fundar um colégio em S. Vicente, na capitania do mesmo nome, e para essa obra despachou alguns padres. Seguiu com eles o jovem Anchieta, a quem se pretendia cometer o encargo do ensino de humanidades.

Nos primeiros dias de 1554, chegaram os religiosos aos formosos campos de Piratininga e, escolhendo uma colina sobranceira ao Tamanduateí, ali construíram a igreja do Colégio. A 25 de janeiro, dia em que se comemorava a conversão de S. Paulo, celebrou-se a primeira missa: daí o nome que teve a casa e mais tarde a capitânia.

No trabalho do ensino e na espinhosa faina da evangelização do gentio foram igualmente célebres os serviços de José de Anchieta. "Dentre os fatos que mais ilustram a sua vida, disse com razão um biógrafo, poucos levaram

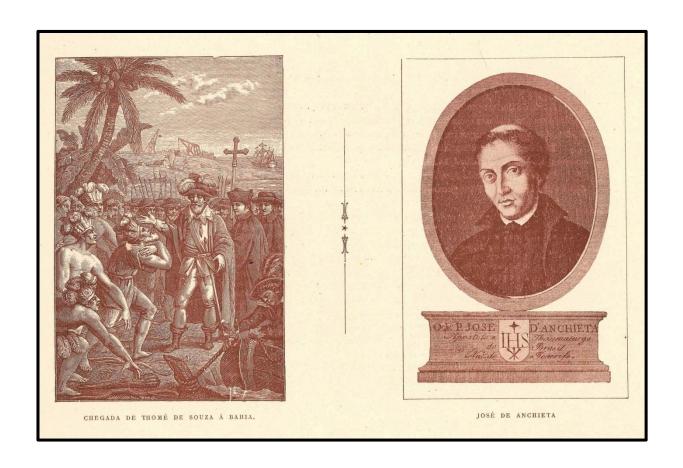
primazia à pacificação dos Tamoios." Estes índios valentes, estimulados pelo sentimento de defesa do pátrio solo, e instigados de mais a mais pelos franceses, constituíram em 1564 uma verdadeira confederação que pôs em grande riso a existência da colônia. Como abater-lhes a fúria com os escassos recursos bélicos de que dispunham os portugueses?

Nóbrega e Anchieta, arriscando a própria vida, salvaram a situação com o poder de sua palavra e com a influência de seu ministério sagrado. Após negociações difíceis, as tribo fizeram a paz, e Anchieta foi o grande obreiro dessa conquista.

Depois de curta demora no Rio de Janeiro, partiu ele para a Bahia, onde tomou ordens de presbítero; em 1567 voltou ao Rio e tomou parte ativíssima na fundação da cidade; foi por espaço de seis anos reitor do colégio de S. Vicente, subiu ao provincialato em 1575, foi ainda dois anos superior do colégio Espírito Santo e, afinal, cansado de tantos trabalho, velho e alquebrado de padecimentos, fixou sua residência na aldeia de Reritigbá, o Espírito Santo, onde morreu como um santo a de junho de 1597.

Em 1611 transportaram-lhe o corpo para a Bahia. Em 1736 o papa Clemente XII assinou decreto de as beatificação.

Foram inestimáveis os serviços deste grande jesuíta à terra brasileira.



O ÚLTIMO TAMOIO (1567)

(Quadro a óleo, de Rodolfo Amoedo – Escola de Belas Artes)

A tela do ilustre professor Amoedo não representa propriamente um fato histórico; lembra porém sob a forma poética e sentimental um episódio da tremenda luta sustentada no Rio de Janeiro pelos tamoios confederados contra o estabelecimento dos portugueses pelos meados do século XVI.

Deste capítulo da história nacional tirou o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães assunto para o seu poema épico – *A Confederação dos Tamoios* – publicado pela primeira vez em 1857.

Eis como o conato de Aimbire descreve a cena da morte de seu herói no famoso combate de Paranapecú, que deu a vitória final aos portugueses. Nestes versos se inspirou provavelmente o pintor:

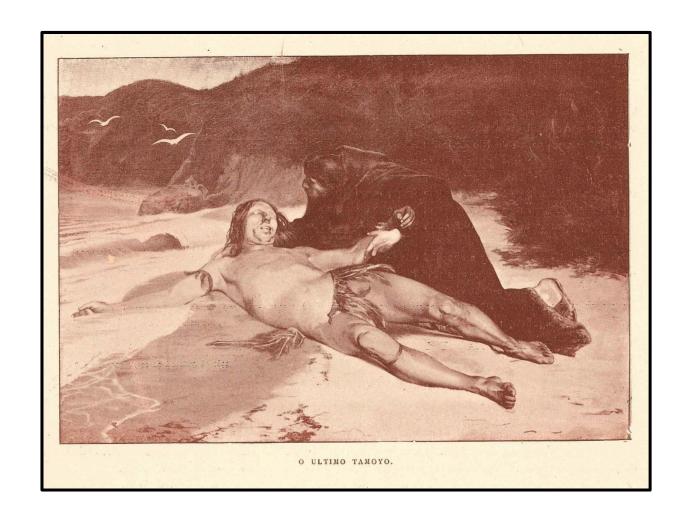
Poucos já restam da guerreira tribo, Que livre aqui nasceu, e morreu livre. Iguaçu sua esposa, que o não deixa, Varado o peito, aos pés lhe tomba, e expira, Sem exalar um ai!... Para instantâneo O indômito tamoio... os lábios morde Na desesperação...

Rápido após como um possesso toma O cadáver da esposa, ao ombro o lança, Empunha a hercúlea maça, e feroz brada: "Tamoio sou. Tamoio morrer quero,

E livre morrerei. Comigo morra O último tamoio; e nenhum fique Para escravo do luso. A nenhum deles Darei a glória de tirar-me a vida." Rábido e cego maneando a maça.

Foi abrindo uma estrada de cadáveres
Por entre o inimigo, e ao mar lançou-se!...
Quando no dia crástino os valentes
Companheiros dos Sás, já destas plagas,
Que Anchieta abençoara, se apossavam,
Traçando do Janeiro os fundamentos,
E a São Sebastião um templo erguendo,
Viram nas ondas flutuar dois corpos,
Que o mar na enchente arremessava às praias
De Aimbire e de Iguaçu os corpos eram
Viu-os Anchieta com chorosos olhos;
Para a terra os tirou; e nessa praia,
Que inda depois de mortos abraçavam,
Deu-lhes a réquia, para sempre unidos!

(Magalhães, Confederação dos Tamoios, canto X)



FUNDAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1567)

(Quadro a óleo, por Monteiro – Conselho Municipal)

Os franceses que, ao mando de Nicolau Durand de Villegagnon, se estabeleceram em 1555 na baía do Rio de Janeiro, haviam sido desbaratados por Mem de Sá, em 1560; mas muitos deles que então fugiram ara o continente, voltaram conseguiram fortalecer-se na mesma ilha de Villegagnon e em outros pontos do litoral, depois governador-geral partiu do Rio de Janeiro.

Sabedor desse grande núcleo de resistência que aí se formava com o auxílio dos tamoios, e receoso dos males que poderiam provir de semelhante fato, Mem de Sá pediu com instância reforços para expelir de vez os invasores. Veio seu sobrinho Estácio de Sá com alguma força, mas insuficiente; limitou-se por isso a desembarcar nas proximidades do Pão de Açúcar, e a dar princípio à cidade, que tomou o nome de S. Sebastião em honra do soberano português.

Os pequenos combates, que entre sua gente e os franceses se travaram então, não deram resultado decisivo algum.

Foi só depois de chegar a expedição de Cristóvão de Barros com os reforços vindos da Bahia e obtidos também no Espírito Santo; foi só depois de acudirem novas forças auxiliares de S. Vicente, que o ilustre Mem de Sá se julgou capaz de tomar a ofensiva com vigor.

Chegando à barra do Rio de Janeiro, a 18 de janeiro de 1567, reunidos todos os contingentes, efetuou ele a entrada no dia seguinte, 19, e combinou com o sobrinho dar o assalto geral a 20, em honra do santo padroeiro da cidade.

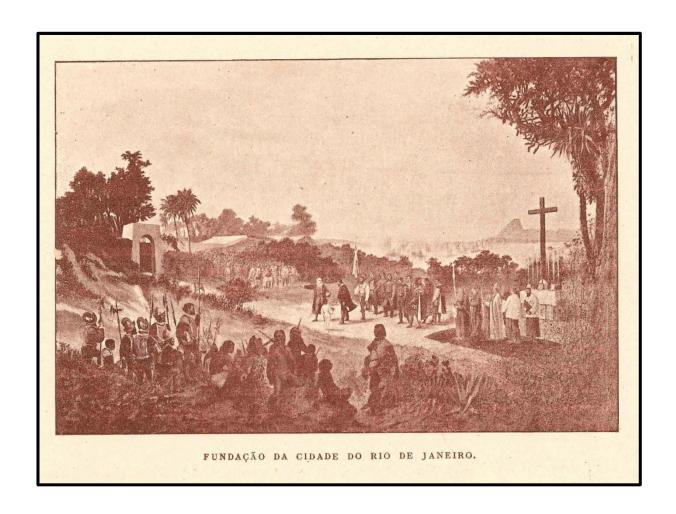
Desta vez uma brilhante vitória premiou o zelo e a constância de Mem d Sá: os franceses derrotados em toda a linha, desde o forte Uruçu-mirim (junto à foz do Rio Catete), até a Ilha Maracajá, hoje chamada do Governador, onde se haviam também entrincheirado.

Um só desgosto empanou a alegria desse triunfo completo: foi o ferimento grave que na ação recebeu Estácio de Sá, ferimento de cujas consequências veio a falecer poucos dias depois.

O complemento de tal vitória foi a fundação definitiva da cidade, que havia sido apenas esboçada perto do local onde está hoje a fortaleza de S. João. Deu ordem Mem de Sá para que ela se mudasse para o morro de S. Januário (hoje do Castelo) e suas imediações, e tudo dispôs para o bom andamento de todos os trabalhos.

Assim teve começo a grande cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, hoje capital da República dos Estados Unidos e um dos maiores empórios comerciais da América.

Foi seu primeiro governador Salvador Corrêa de Sá, outro sobrinho do benemérito governador-geral Mem de Sá.



A ESQUADRA HOLANDESA DE WILLEKENS BOMBARDEIA E TOMA A CIDADE DA BAHIA (1624)

(Gravura a água-forte de Nicolau Vischer, Nº 17.117 do Catálogo da Exposição de História do Brasil. Biblioteca Nacional)

Tendo Portugal passado ao domínio de Espanha em 1580, vieram suas colônias a sofrer o ataque dos holandeses, exasperados contra a nação espanhola que lhes ameaçava a independência.

Constituída com poderosos elementos a "Companhia das Índias Ocidentais", no intuito de comerciar e conquistar nas terras novamente descobertas da América e da África, foi escolhido por ela o Brasil como ponto de primeira invasão.

Preparou-se uma esquadra de 33 navios e 3 iates, providos de boa artilharia e com pessoal numeroso de desembarque, sendo nomeados: almirante, Jacob Willekens; vice-almirante, Pieter Pieterszonn Heyn; comandante das tropas e futuro governador dos países conquistados o coronel Johan van Dorth.

Partiu a esquadra holandesa do porto de Texel e dirigiu-se à Bahia, de onde foram avistadas as velas no dia 8 de maio de 1624.

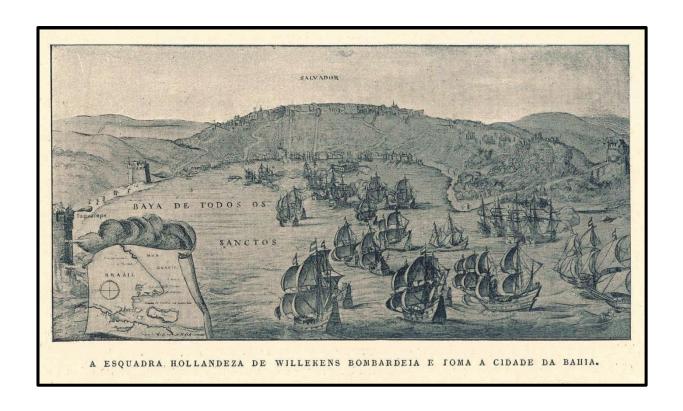
Mal se pudera aperceber para a defesa o governador-geral Diogo de Mendonça Furtado, que recebera avisos da metrópole: guarneceu como pode os fortes e reuniu na cidade uns 3.000 homens.

No dia 9 romperam os holandeses o fogo contra a cidade e contra quinze pequenos navios que se achavam ancorados no porto, dos quais aprisionaram oito e incendiaram sete. Tomados logo os fortes de S. Marcelo e Sto. Antônio, desbaratado no Pontal o valente filho do próprio governador, no dia 10 foi ocupada a cidade.

Diogo de Mendonça, não obstante sua bravura e seu esforço, teve de entregar-se prisioneiro e foi mandado para Holanda.

No dia 11, Johan van Dorth assumiu o governo, fazendo ao povo uma proclamação cheia de protestos de paz e convidando os habitantes da cidade da Bahia a voltarem aos seus domicílios.

Esta ocupação holandesa foi aliás de curta duração, porque a resistência não tardou a organizar-se. Uma forte esquadra hispano-portuguesa comandada por D. Fradique de Toledo veio em socorro da Bahia, enquanto tropas mandadas de Pernambuco completavam por terra o cerco da cidade. Os holandeses cederam à força e capitularam 30 de abril de 1625.



ATAQUE DE OLINDA E RECIFE POR LONCQ E WEERDEMBURCH (1630)

(Água-forte de N. Vischer. N. 17123 do Catálogo da Exposição de História do Brasil. Biblioteca Nacional)

O desastre sofrido na Bahia em 1625 não desanimou os holandeses, que persistiram na ideia de apoderar-se da opulenta colônia portuguesa. Quatro anos depois volveram os seus olhos para a Capitania de Pernambuco, e no intuito de atacá-la prepararam uma expedição de 52 navios e iates e 13 balandras, com 3780 marinheiros e 3500 soldados.

Foi nomeado comandante geral Hendrick Corneliszoon Loncq, almirante Pieter Adriaanszoon e general das tropas de desembarque Diederick van Weerdemburch.

Não faltaram avisos ao governo espanhol do perigo que corriam as possessões americanas diante de tais aprestos; prevenido disso o governo de Lisboa limitou-se entretanto a ordenar que Matias de Albuquerque voltasse para Pernambuco e aparelhasse a defesa da Capitania.

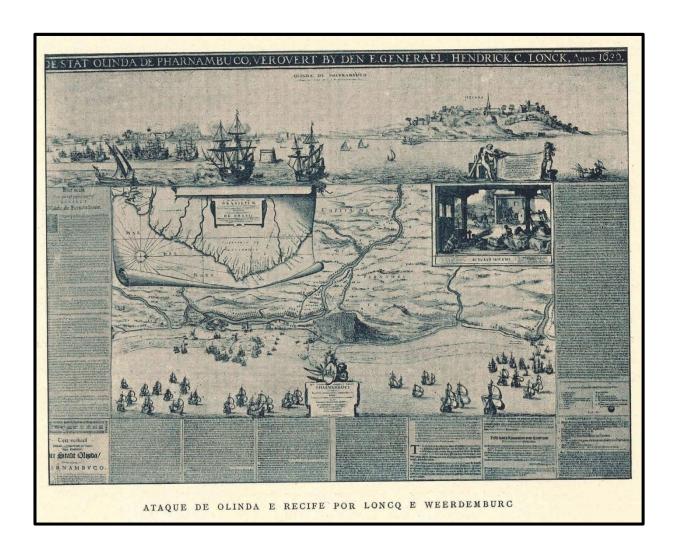
Matias de Albuquerque veio efetivamente par o seu posto de honra, mas por falta de recursos idôneos quase nada pode fazer.

A esquadra holandesa apareceu de fronte de Olinda a 14 de fevereiro de 1630 e intimou a vila a render-se. Como porém Albuquerque não atendesse à

intimação, os inimigos romperam o fogo, e Weerdemburch desembarcou no Pau Amarelo.

Debalde o valoroso Matias, Salvador de Azevedo e Antônio de Lima operaram prodígios de valor. Gente mal apercebida para a guerra não pode lutar eficazmente contra um adversário tão forte.

Olinda e Recife caíram em poder dos holandeses, que desta vez não omitiriam precauções e se mantiveram por alguns anos senhores de uma parte do Brasil.



TOMADA DA PARAÍBA POR VAN SCHKOPPE (1634)

(Água-forte de N. Vischer. N. 17179 do Catálogo da Exposição de História do Brasil. Biblioteca Nacional)

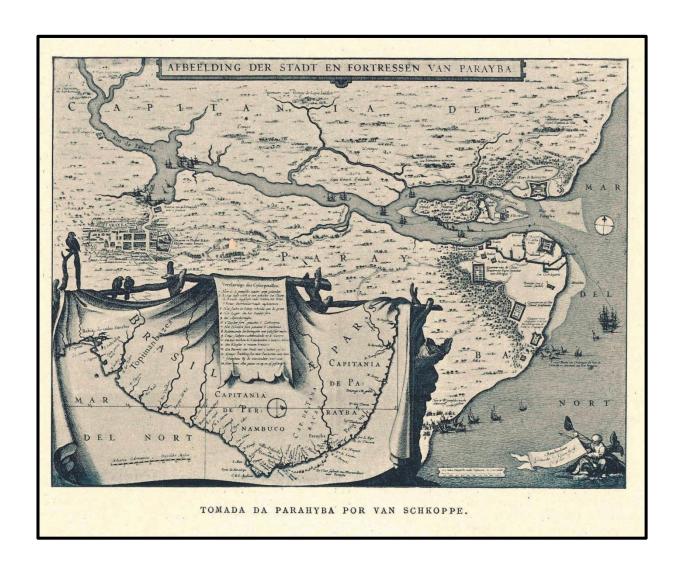
Graças ao valor dos brasileiros e a um outro reforço mandado pela metrópole em auxílio da colônia, custou caro aos holandeses o domínio que por alguns anos aqui mantiveram.

Passada a primeira impressão desoladora da tomada de Olinda e do Recife, Matias de Albuquerque foi aproveitando todos os elementos que pode dispor no país para resistir aos conquistadores, conseguiu batê-los mais de uma vez e em todo o caso tornou sempre difícil o progresso da invasão.

Em 1634, Sigismundo van Schkoppe, oficial holandês que já se havia distinguido em vários combates, assumiu o comando geral das tropas e, auxiliado pelo famoso Domingos Fernandes Calabar, que desertara do campo lusitano-brasileiro, levando aos inimigos o concurso valioso de sua experiência, obteve triunfos que foram dilatando o domínio das armas holandesas. Foi assim que tomou o Forte dos Três Reis Magos no Rio Grande do Norte e arvorou a sua bandeira nos portos do Cabo de Santo Agostinho.

Um dos seus prediletos pontos de ataque foi a Paraíba. Em fevereiro desse ano sofrera ali um revés e tivera de recuar; mas ao cabo de alguns meses tornou a investir, bem apercebido de gente e munições, e conseguiu dominá-la completamente.

À capital da Província deu o nome de Frederika, em honra do *stathouter* Frederico Henrique, e em data de 26 de dezembro de 1634, proclamou entre outras medidas políticas e administrativas a liberdade religiosa.



JOÃO MAURÍCIO DE NASSAU, CONDE DE NASSAU (1636-1644)

(Gravura de van Dalen. Biblioteca Nacional)

Os prejuízos sofridos pelos holandeses na sua nova conquista, graças à implacável guerra de recursos que contra eles moviam os heroicos brasileiros e portugueses, induziram a Companhia das Índias Ocidentais a mandar para o posto de governador-geral no Brasil um homem de mérito excepcional.

Essa escolha recaiu no príncipe João Maurício de Nassau, neto de um irmão de Guilherme, o Taciturno, moço ainda, mas militar de predicados já reconhecidos e mais de uma vez provados em guerras europeias. Acresce que Nassau reunia a estas qualidades, já importantes para o caso, um grande tino administrativo.

Trouxe ele para o Brasil poderes amplos. Nomeado governador-geral por cinco anos, competia-lhe a presidência do Conselho Administrativo da colônia, a direção das operações militares, o direito de conferir postos militares e nomear funcionários civis. Com seu *placet* foi decretado um regimento especial da colônia a 23 de agosto de 1636.

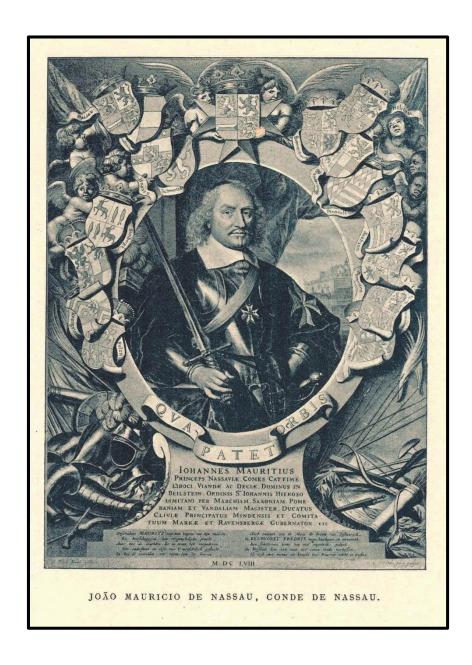
Nassau chegou ao Recife aos 23 de janeiro de 1637 e iniciou o seu governo com a expedição a Porto Calvo, de onde conseguiu desalojar o conde Bagnuolo, ao qual perseguiu até as margens do São Francisco.

Se em abril de 1638 foi infeliz no ataque à Bahia, em janeiro de 1640, alcançou importante vitória naval contra a esquadra do conde da Torre; pouco depois mandou devastar o Recôncavo da Bahia; fez concluir a ocupação de Sergipe até o Rio Real e tomou a cidade do Maranhão.

Os melhoramentos introduzidos na direção administrativa da colônia foram mais importantes ainda. Nassau tornou-se credor de elogios pela energia com que restabeleceu o império da justiça e da tolerância religiosa, e pela sabedoria com que implantou certa franquia de navegação e comércio.

Tendo-se dado em 1640 a feliz restauração da autonomia política de Portugal, veio a mudar-se a face dos acontecimentos, não só porque esse fato reacendeu e estimulou a coragem dos brasileiros na defesa do pátrio solo, como ainda porque D. João IV deu-se pressa em procurar a reconciliação com a Holanda, firmando com ela um tratado de aliança em julho de 1641. Por um dos artigos de tal convênio, estabelecia-se, quanto às colônias, um armistício de dez anos.

É certo que Nassau nunca se submeteu totalmente à semelhante intimação; mas as ordens se repetiam da Holanda para respeitar a trégua, e isso tolhia-lhe em parte os movimentos. Ademais, a própria Companhia das Índias Ocidentais magoou-se com desconfianças estultas. Nassau, desgostoso, embarcou para a Europa em 22 de maio de 1644, e desse dia datou o declínio rápido do Brasil holandês, que de fato lucrara muito com a sua administração inteligente, justa e vigorosa.



A PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES (1648)

(Quadro a óleo, por Vítor Meireles. Escola de Belas Artes)

Apertado pelo sítio dos heroicos "independentes" de Pernambuco, achavase em situação difícil no Recife o chefe holandês Sigismundo van Schkoppe. Desejando abrir comunicação com o interior do país, propôs ele ao Conselho tentar uma sortida e apoderar-se de Moribeca.

Aceito o plano, partiu Sigismundo do Recife no dia 18 de abril de 1648, e chegou ao sítio da Barreta, onde já alguns bravos pernambucanos opuseram resistência à sua passagem.

Assim que a notícia desta expedição chegou ao Arraial de Bom Jesus, Barreto de Menezes, o general português, ouviu seus oficiais e resolveu partir ao encontro dos invasores, esperando-os nos desfiladeiros dos Guararapes.

O ponto foi admiravelmente escolhido. Os independentes puseram-se em marcha e ocuparam a estreita baixada que vai do sopé dos montes Guararapes até o mar, tendo tido a cautela de cortar a ponte do Rio Jangada.

O exército holandês, comando por Sigismundo, compunha-se de uns 4500 soldados e levava seis canhões. O luso-brasileiro contava de 2200 homens, divididos em quatro terços, ao mando dos valentes cabos de guerra Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias.

Às 7 horas da manhã do dia 19 de abril (era domingo de Pascoela) encontraram-se os dois adversários, e os nossos iniciaram a luta indo o capitão Dias Cardoso desafiar o inimigo na posição em que se achava.

Sigismundo caiu no laço. Os holandeses, atraídos a pouco e pouco para a baixada cheia de alagadiços, atolaram-se e começaram perdendo a sua artilharia. Acudiu então em seu socorro a coluna do coronel Haus, que conseguiu melhorar-lhes a situação, envolvendo as tropas de Camarão e Henrique Dias.

Os briosos independentes resistiram, porém, galhardamente ao ataque tremendo do inimigo, e Barreto foi de admirável acerto em suas manobras.

Os holandeses, desanimados por fim, não podendo apoderar-se do boqueirão, tendo quase todos os seus oficiais superiores mortos ou feridos, resolveram cede o campo. Voltaram ao seu primeiro posto e, aproveitando as sombras da noite, debaixo de uma chuva torrencial, efetuaram a retirada para o sítio da Barreta.

Ao clarear o dia seguinte, tiveram os nossos a certeza da grande vitória que haviam alcançado. Foi ela recebida por toda a parte com imenso júbilo, prenúncio do que deveria produzir outra vitória ainda maior das armas libertadoras, nos mesmos Guararapes, a 19 de fevereiro do ano seguinte.



ENTRADA DE DUGUAY-TROUIN NO RIO DE JANEIRO (1711)

(Gravura a buril. Biblioteca Nacional)

O desastre sofrido por Carlos Duclerc em 1710 no Rio de Janeiro suscitou o desforço de Renato Duguay-Trouin, que se ofereceu ao rei da França para vingar a morte do compatriota e a honra da bandeira francesa. O governo proporcionou-lhe meios e opulentos particulares completaram o preparo da expedição, que se compôs de 17 navios, com 738 canhões e uma força de 4000 homens de desembarque.

Assim aparelhado, partiu Duguay-Trouin de Brest a 11 de junho de 1711, e dirigiu-se ao Rio de Janeiro.

O governador Francisco de Castro Moraes foi prevenido do fato e recebeu o auxílio de 4 naus e 3 fragatas com tropa e munições; tinha ele além disso em terra uns 10000 homens capazes de defender a cidade, protegida de mais a mais por várias fortalezas. A resistência era portanto possível e só não a oporia um covarde como Castro Moraes.

O almirante francês, no dia 12 de setembro, apresentou-se na barra do Rio de Janeiro e forçou-a; zombando dos sete navios comandados por Gaspar da Costa, veio fundear perto da Armação e daí começou o bombardeio da cidade e dos fortes. No dia 13 simulou um desembarque em vários pontos, e a 14 realizou-o do lado do Saco do Alferes, pondo em terra uns 3300 homens comandados por Goyon e Courserca, que se apossaram dos morros de S. Diogo, Livramento e Conceição. Daí com algumas bocas de fogo dominou completamente a cidade,

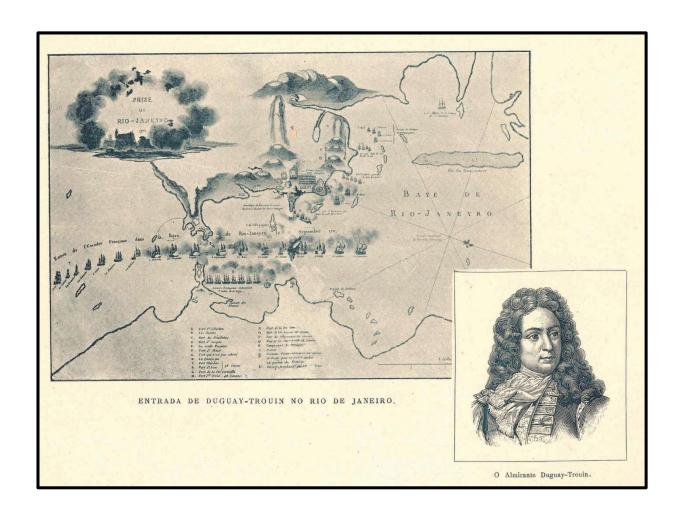
que Castro Moraes tratou de desamparar, fugindo para os lados do Engenho Velho e daí para Iguaçu.

Após alguns dias de bombardeio, a 22, Duguay-Trouin ficou senhor do Rio de Janeiro. Previdente e astuto bem viu que a resistência poderia vir do interior; apressou-se portanto em colher o fruto material da vitória. Ameaçando lançar fogo à cidade, conseguiu a triste capitulação de 10 de outubro, assinada pelo governador: por ela obrigou-se a cidade a, dentro de 15 dias, pagar-lhe 610.000 cruzados, 100 caixas de açúcar e 200 bois para abastecimento de sua tropa.

Além disso, orçaram por uns 12 milhões de cruzados as depredações do saque.

Paga a última prestação do resgate, a 4 de novembro, fez-se de vela o almirante francês no dia 13, carregado de um opulento despojo e repatriando cerca de 500 compatriotas seus da expedição de Duclerc, que aqui haviam ficado prisioneiros no ano anterior.

Carlos Moraes pagou caro o seu covarde e indigno procedimento. Em 1712, submetido a processo, foi condenado a degredo perpétuo na Índia.



O MARQUÊS DE POMBAL (1699-1782)

Poucos homens representaram papel tão saliente na História de Portugal como Sebastião José de Carvalho e Melo, depois conde de Oeiras e marquês de Pombal. Graças ao seu talento e às extraordinárias qualidades de estadista que o distinguiam, soube sustar por algum tempo a decadência de Portugal, arrastado à ruína pelas dissipações e pelos erros de soberanos ineptos.

Ainda no governo de D. João V foi chamado ao reino para tomar conta de uma pasta de ministro, mas de fato só entrou para ele no reinado de D. José I. Este curvou-se depressa à enorme superioridade de Carvalho e deu-lhe a direção do gabinete; foi o mesmo que lhe entregar as rédeas do governo em boa hora confiado a mãos tão firmes.

De um modo sucinto podem resumir-se nestes termos os eminentes serviços desse ilustre português.

A restrição da abusiva autoridade da Inquisição, abolindo os *autos de fé* e acabando com as designações de cristãos novos e velhos;

A reconstrução de Lisboa depois do pavoroso terremoto de 1755;

As reformas do erário régio e da Universidade de Coimbra;

A fundação do Colégio dos Nobres e de inúmeras escolas;

A reorganização do exército e da marinha;

O grande impulso dado à agricultura e às indústrias.

No que se refere particularmente ao Brasil, não foram pequenos também os benefícios desta fecunda administração. Assim foi que: reformou as repartições fiscais da colônia, protegeu-lhe o comércio, reduzindo os direitos do tabaco e do açúcar; tratou com grande interesse da demarcação de limites do Brasil com as possessões espanholas de acordo com o tratado de 1750; decretou em 1755 a emancipação dos índios do Pará e Maranhão, e, em 1758, a de todos os índios do Brasil; fez reverter para o Estado as diversas capitanias que ainda estavam em poder dos herdeiros dos primeiros donatários; acabou com as viagens de navios mercantes em frotas; protegeu a construção naval brasileira; criou o tribunal da Relação no Rio de Janeiro; mandou abrir escolas primárias; deu amparo a distintos filhos do Brasil, etc., etc.

O marquês de Pombal teve sem dúvida graves erros em sua longa administração, e a história não lhe perdoa de certo a fereza sanguinária com que pôs por obra vários de seus planos ou caprichos; mas o bem que fez foi ainda maior.

Com a morte de D. José I, em 1777, ganharam alento os seus muitos inimigos; Pombal foi demitido, processado e condenado a uma espécie de desterro a 30 léguas da corte. Assim lhe pagaram os contemporâneos a imensidade dos serviços com que deu lustre e prosperidade à pátria.

Faleceu a 8 de maio de 1782, na idade de 83 anos.

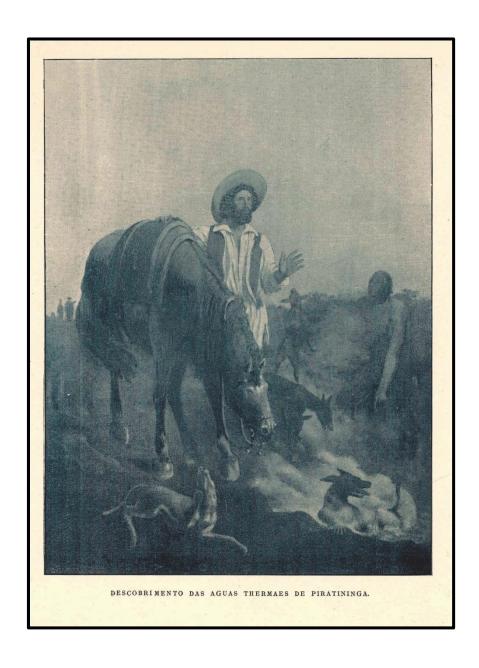


DESCOBRIMENTO DAS ÁGUAS TERMAIS DE PIRATININGA

(Quadro a óleo por F. E. Taunay. Escola de Belas Artes)

"Setenta léguas a sudoeste da cidade de Goiás, ao lado oriental de uma serra denominada Serra das Caldas, existem as águas termais de Piratininga, descobertas pelos gritos com que as deram a conhecer os cães do caçador Martinho Coelho, que primeiro nelas se escaldaram por acaso há mais de oitenta anos. É um lago de 150 palmos de comprido por 20 de largo, cuja temperatura chega quase à de água fervendo. — Martinho Coelho, sem atender aos latidos dos seus cães, parece enlevado na admiração das maravilhas da natureza, ou na previsão dos bens que aos pobres enfermos resultam hoje desse fenômeno."

(Catálogo da Exposição de 1862.)



O TIRADENTES (1792)

O entusiasmo juvenil de alguns brasileiros que haviam ido a Europa completar sua educação, despertou em Minas nos fins do século passado a ideia da emancipação política. A gratidão nacional manda registrar seus nomes: Domingos Vidal Barbosa e José Alves Maciel.

Não lhes foi difícil achar adeptos para o generoso plano de libertar a colônia do jugo português; o coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto, os tenente-coronéis Domingos de Abreu Vieira e Francisco de Paula Freire de Andrade, os drs. Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, os padres Carlos Correia de Toledo e José da Silva Oliveira Rolim, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, — todos eles, ou na calma do gabinete combinado o plano da revolta e elaborando o projeto constitucional da futura república, ou em viagens e conversas trabalhando com ardor na obra de propaganda e aliciando meios de oposição à natural resistência do governo da metrópole, — todos eles entraram na chamada *Inconfidência Mineira* que em 1789 esteve para explodir em Ouro Preto.

O momento escolhido era azado sem dúvida. Anunciava-se ali a cobrança dos pagamentos atrasados do imposto do *quinto* do ouro, cuja importância era enorme. Este imposto era um dos grandes vexames que angustiavam a briosa população mineira.

O plano era este. Estabelecer-se-ia a forma republicana, seria abolida a escravidão, e expelir-se-ia do Brasil o odioso visconde de Barbacena, governador de Minas. O lema da nova bandeira fora até escolhido: *Libertas quæ sera tamen*.

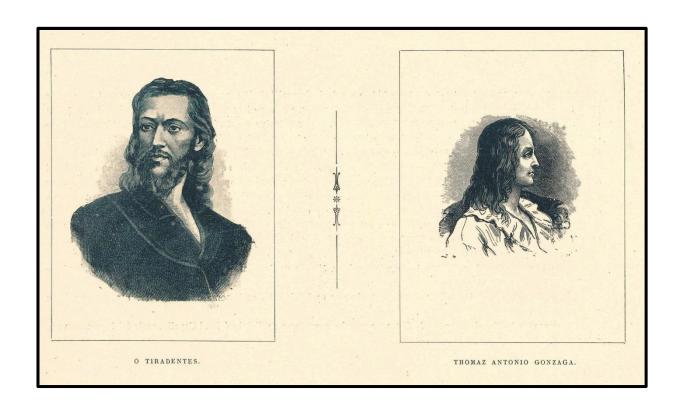
A traição porém de um suposto conjurado desfez o sonho patriótico. Joaquim Silvério dos Reis denunciou todo o plano ao governador, e as providências não tardaram.

O primeiro preso foi Silva Xavier, por alcunha *Tiradentes*, que se achava no Rio de Janeiro e era o mais fogoso propagandista da Inconfidência. As outras prisões se lhe seguiram sem demora.

Instalada a alçada no Rio de Janeiro e feita rigorosa devassa, veio a sentença de 18 de abril de 1792 condenando onze conjurados a morte e vários outros a degredo. Esta pena foi logo comutada, não sofrendo a pena de morte se não o intemerato *Tiradentes*, que, no correr do processo, se mostrara sublime na altivez e patriotismo.

A 21 de abril subiu ao cadafalso a grande vítima, cujo coração não desfaleceu até o último momento.

A posteridade agradecida tece hoje coroas a sua augusta memória, e os mineiros simbolizaram a sua admiração mandando levantar em Ouro Preto a estátua do herói da liberdade.



O DESEMBARQUE DA PRIMEIRA IMPERATRIZ (1817)

No dia 18 de fevereiro de 1817 foi recebido no palácio imperial de Viena com grande pompa o marquês de Marialva, o qual, na qualidade de embaixador do rei D. João VI, pediu ao imperador da Áustria, Francisco I, a mão da princesa D. Maria Leopoldina Josefa Carolina, sua filha, para o príncipe real D. Pedro de Alcântara. Ajustado o consórcio, celebrou-se a 13 de maio a cerimônia nupcial; a 2 de junho a princesa deixou a corte de Viena, a 13 chegou a Florença, e a 13 de agosto, em Liorne, embarcou na nau de linha *D. João VI*, com destino ao Rio de Janeiro.

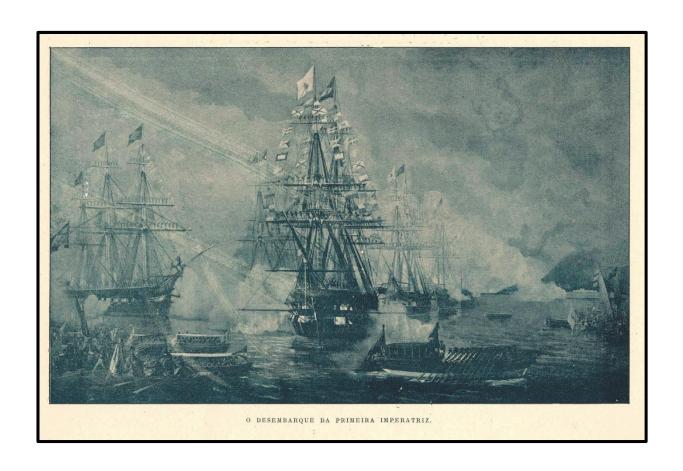
A esquadra portuguesa aqui chegou a 5 de novembro. Foi no dia seguinte que se realizou com brilho excepcional o desembarque da imprensa, que tinha de ser alguns anos depois a primeira imperatriz do Brasil. Grandes preparativos de festa se haviam feito na cidade para esta recepção solene, tendo sido dirigidas as principais decorações de ruas e edifícios por artistas da capacidade de Granjean de Montigny e Debret.

Chegada a hora do desembarque, desceu a princesa D. Maria Leopoldina à galeota pelo braço do conde de Castelo-Melhor, seguida dos seus veadores e das damas austríacas que a haviam acompanhado. Na galeota recebeu-a com grandes mostras de prazer a família real.

Eram cerca de duas horas da tarde quando a galeota chegou ao Arsenal Real (hoje Arsenal de Marinha), onde se armaria um elegante pavilhão vistosamente ornado.

D. Pedro deu a mão à gentil esposa e conduziu-a ao coche de gala, onde tomaram ambos assento com o rei e rainha.

Começou a desfilar do grande e luzido acompanhamento, que se dirigiu à Real Capela, onde foi logo efetuada a cerimônia das bênçãos nupciais.



ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO VI (1818)

(Água-forte por J. B. Debret)

Tendo falecido em março de 1816 a rainha D. Maria I, assumiu o príncipe regente D. João o título de rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Só algum tempo depois se veio entretanto a realizar o ato da aclamação.

A 5 de fevereiro de 1818, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro deu ao povo a notícia de que no dia seguinte seria efetuada esta solenidade. Com grande pompa foi lido o bando ao rei e à família real, e pelas esquinas das ruas se afixaram os anúncios convidando a população para gerais iluminações nas três noites seguintes.

Raiou o dia 6 de fevereiro. Finda a missa votiva cantada na Real Capela, começou a afluir enorme concorrência de povo ao Terreiro do Paço (hoje Praça 15 de Novembro), em cujo centro fora erguido um suntuoso obelisco; do lado do mar estava ereto um templo grego, e na frente do chafariz se ostentava um belo arco de triunfo à romana.

Na frente da parte do palácio, que fora convento do Carmo, fora armada uma varanda monumental, vistosamente decorada com troféus, escudos e estátuas; foi ali que se apresentou ao povo D. João VI revestido de todas as suas insígnias majestáticas. Tangeram então as charamelas, trombetas e atabales, irrompendo a multidão em vivas e aplausos estrepitosos.

Depois da cerimônia do juramento segundo as prescrições da pragmática, o rei dirigiu-se à capela, onde foi cantado solene *Te Deum* pelos músicos da real câmara sob a direção do célebre compositor Marcos Portugal.

À noite brilhantíssimas iluminações em vários pontos da cidade, mas especialmente no Terreiro do Paço e no Passeio do Campo de Santana (hoje Praça da República) puseram termo a esta festa que excedeu um luzimento a tudo quanto se fizera até então no Rio de Janeiro.



O GRITO DO IPIRANGA (1822)

(Quadro a óleo, por Pedro Américo, São Paulo)

Vinham de longe as tendências de emancipação política, manifestadas pelos filhos do Brasil. A colônia, reconhecendo a própria opulência e obedecendo ao inato sentimento americano, acabara por julgar intoleráveis os processos administrativos da mãe-pátria e pagara já com seu sangue generoso mais de uma tentativa de independência. O terreno estava pois preparado para germinar a semente da liberdade.

A tais circunstâncias propícias veio dar incremento notável a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. Este fato trouxe como consequência lógica: a abertura dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas, a organização de serviços públicos, a criação de academias, bibliotecas e bancos, o estabelecimento de tribunais de primeira instância e de apelação, a liberdade de indústrias até então coibida por decretos vexatórios, os melhoramentos de viação, etc.

Claro está que, passados treze anos neste regime, em 1821, quando D. João VI regressou para Portugal, a autonomia política do Brasil era uma simples questão de oportunidade. O próprio rei manifestou este pressentimento em suas palavras de despedida ao filho D. Pedro, que ficava como seu lugar-tenente.

Retirando-se D. João VI para Portugal, e abrindo as Cortes reunidas em Lisboa uma campanha tenaz para retirar ao Brasil as vantagens e prerrogativas adquiridas, era inevitável a reação.

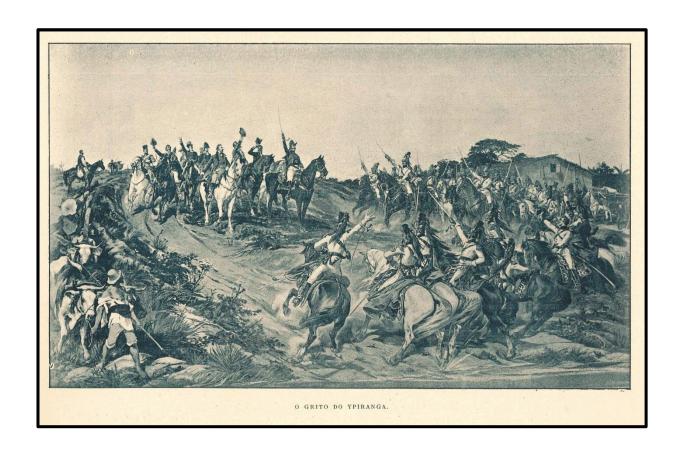
Acentuou-se a ideia da separação no espírito do povo, e os mais atilados políticos viram que ela se devia fazer sem demora.

Por sua parte D. Pedro I percebeu claramente qual o melhor caminho que lhe ditava o interesse. A 9 de janeiro de 1822, o príncipe declarou à câmara municipal do Rio de Janeiro que desobedecia à ordem de regresso expedida pelas Cortes, e que *ficava* no Brasil; a 15 de fevereiro embarcou para a Europa a divisão portuguesa auxiliadora; a 5 de março a esquadra portuguesa teve ordem de voltar imediatamente para o reino. Pouco depois foi D. Pedro a Minas; a 14 de agosto partiu para São Paulo com o intuito de apaziguar dissensões que ali haviam surgido.

Foi ao voltar de Santos para a capital daquela província, junto ao Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, que recebeu os últimos e decisivos despachos de Lisboa, pejados de azedume e de intimação.

Não havia hesitar. D. Pedro, obedecendo à convenção entabulada, arrancou do chapéu o tope lusitano e pronunciou o grito: *Independência ou morte!*

Estava declarada oficialmente a emancipação política do Brasil.



JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1763-1838)

(Estátua em bronze, por L. Rochet, Rio de Janeiro)

Filho do coronel Bonifácio José de Andrada e de. D. Maria Bárbara da Silva, nasceu em Santos em 13 de junho de 1763. Feitos os primeiro estudos em São Paulo, partiu para Coimbra, em cuja Universidade conquistou o título de bacharel em Filosofia Natural e em Direito.

Seus grandes talentos granjearam-lhe rapidamente fama e consideração.

Já membro da Academia de Ciências de Lisboa, foi comissionado José Bonifácio para uma viagem científica pela Europa em 1790: percorreu vários países, visitou particularmente estabelecimentos, metalúrgicos, escreveu memórias que as academias europeias aplaudiram, e só em 1800 voltou a Portugal, portador de uma extraordinária nomeada.

O governo fê-lo intendente-general das minas e a Universidade de Coimbra deu-lhe a cadeira de lente de geognosia e metalurgia.

Nestes labores exclusivamente científicos passaram-se anos.

Em 1819 José Bonifácio voltou ao Brasil, dir-se-ia que chamado pelo gênio da pátria, que lhe reservava louros de outra natureza.

Estava em Santos em 1821, quando as províncias brasileiras se pronunciaram pelo movimento revolucionário de Portugal. Em São Paulo a Junta Provincial fê-lo seu vice-presidente, e ele nesta qualidade promoveu e assinou a representação que pedia ao príncipe D. Pedro não saísse do Brasil.

A 16 de janeiro de 1822 aceitou do príncipe regente o cargo de ministro dos negócios do reino e dos estrangeiros. Daí até a independência foi o mentor de D. Pedro e a inteligência diretora dos grandes acontecimentos políticos que modificaram radicalmente a situação do Brasil.

Ministro do primeiro imperador, trabalhou pela reação anti-lusitana; não vingando porém alguns de seus projetos, demitiu-se em 1823.

A 12 de novembro desse ano, D. Pedro I cometeu o grave erro de dissolver a constituinte e o erro ainda maior de prender e deportar eminentes patriotas. José Bonifácio foi um dos exilados e esteve na França até 1829, data de seu regresso à pátria.

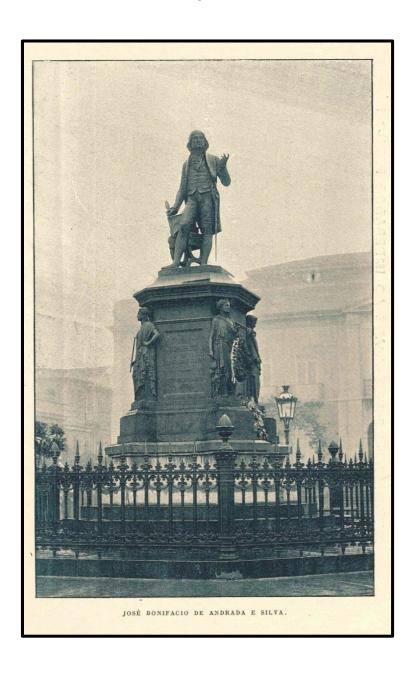
Dados os sucessos de 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou a coroa e nomeou a José Bonifácio tutor de seus filhos que ficaram no Rio de Janeiro: era o reconhecimento formal da injustiça que cometera oito anos antes.

Envolvido, porém, nas intrigas políticos e suspeito de favorecer o partido caramuru, o velho patriota foi em 1833 destituído da tutoria e guardado preso na Ilha de Paquetá, onde sofreu calmo e cheio de nobreza mais esta injustiça dos homens.

Passando depois a residir em São Domingos, ali faleceu no dia 6 de abril de 1838.

Não faltaram entretanto ao sábio e ao glorioso patriarca da independência s homenagens posteriores. No dia 7 de setembro de 1872, com a maior

solenidade, foi inaugurada no Rio de Janeiro, a sua estátua, símbolo da admiração e do amor dos brasileiros.



JURAMENTO DE FIDELIDADE AO IMPERADOR PEDRO I (1822)

(Quadro a óleo de Debret, Escola de Belas Artes)

Indescritível o entusiasmo com que foi recebido, primeiro pelos paulistas e depois por todos os brasileiros, o famoso gritou do Ipiranga – *Independência* ou morte! –

D. Pedro demorou-se ainda dois dias em São Paulo, a 10 de setembro partiu por terra para o Rio de Janeiro e a 15 entrou nesta cidade por entre aclamações estrepitosas dos patriotas.

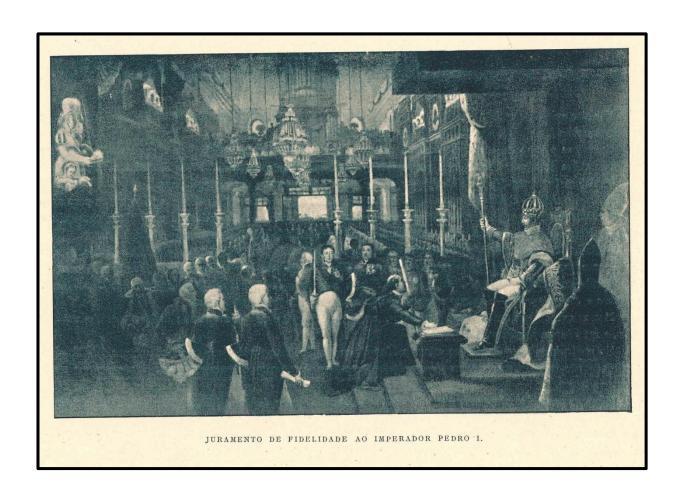
Proclamada a independência do Brasil, cumpria organizar o governo do novo império e proceder a todas as solenidades da pragmática.

O Senado da Câmara designou o dia 12 de outubro seguinte para celebrar a aclamação do príncipe como imperador constitucional do Brasil. era não só o aniversário natalício de D. Pedro como aniversário do descobrimento da América por Cristóvão Colombo.

A solenidade efetuou-se nessa data no Campo de Santana (hoje Praça da República).

Pouco depois, no dia 1º de dezembro, com extraordinária pompa, realizouse a coroação e sagração do imperador na Capela Imperial, seguindo-se a esse ato o juramento de fidelidade que em suas mãos vieram prestar-lhe os altos funcionário do país.

É cena habilmente tratada pelo pintor Debret na tela que por muitos anos figurou na sala do trono do antigo Paço da cidade, e cujo esboceto reproduzimos.



COMBATE DA CORVETA *MACEIÓ* COM A ESQUADRILHA ARGENTINA (1827)

(Quadro a óleo por E. de Martino)

Um dos episódios mais notáveis da guerra cisplatina foi o combate naval de 18 de janeiro de 1827, empenhado entre dois navios brasileiros e uma esquadrilha inteira argentina.

Começara o ano de 1827 e operava em terra o nosso exército contra os inimigos que passavam de Entre Rios e Corrientes. A fim de prestar auxílio a estas operações, o almirante barão do Rio da Prata, mandara a divisão de Jacinto Roque da Sena Pereira subir o Rio Uruguai e obstar ali a passagem das tropas argentinas.

Brown, o avisado chefe das forças navais inimigas, não tardou a ter notícia deste movimento, e para anular os seus resultados seguiu para Martim Garcia, ponto estratégico que guarneceu de artilharia e fortificou convenientemente. Ao abrigo desse poderoso baluarte conservou-se alguns dias esperando que Sena Pereira o viesse atacar.

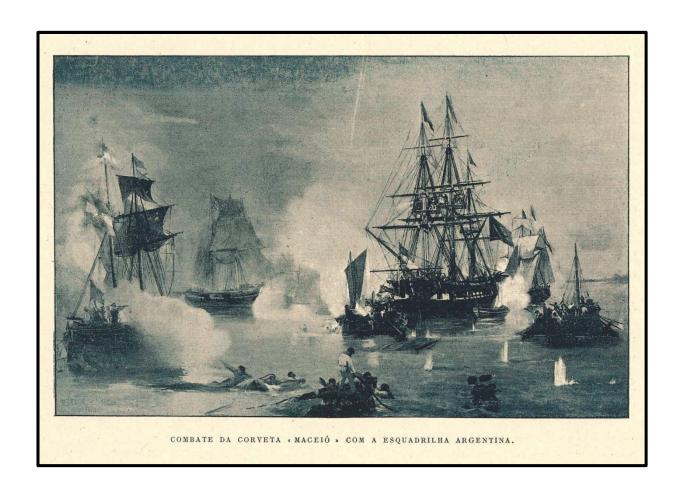
O almirante brasileiro, percebendo claramente que os navios da divisão do Uruguai corriam perigo, resolveu mandar-lhes auxílio, e incumbiu desta missão o bravo capitão de fragata Frederico Mariath. Partiu este com a corveta *Maceió*, os brigues *Caboclo, Real João* e *Rio da Prata*, e as escunas *Conceição*, *Maria Tereza*, *Itaparica*, *Dois de Dezembro* e *Providência* – disposto a fazer junção com a divisão de Sena Pereira.

Mas as águas eram então pouco profundas, e um rijo temporal se desencadeou; daí o encalharem alguns dos navios, e retardarem-se outros.

Na madrugada de 18 de janeiro estava a *Maceió* em que ia o próprio Mariath encalhada no canal de Martim Garcia, e a seu lado não se via senão a *Dois de Dezembro*, escunazinha de dois rodízios comandada pelo 1º tenente José Narciso de Brum.

Nisto caíram sobre elas com vivíssimo fogo os dezesseis navios da esquadrilha de Brown; a abordagem dos dois navios brasileiros parecia iminente a cada hora, a situação era verdadeiramente crítica.

O valente Mariath, entretanto, e a heroína oficialidade brasileira bastou com o seu denodo para fazer face ao perigo. A *Maceió* despejou bandas inteiras de artilharia sobre o inimigo, e com tal eficácia que este desistiu da luta e retirou-se do campo da ação, para ir levar ataque a outro adversário quiçá mais vulnerável.



O APRISIONAMENTO DA CORVETA ARGENTINA GENERAL DORREGO PELA CORVETA BRASILEIRA BERTIOGA (1828)

(Quadro a óleo por F. de Martino, Museu Naval)

O barão do Rio da Prata, que desde 1826 comandava as forças navais brasileiras, tivera notícia de que se apresentavam em Buenos Aires alguns navios com o intuito de atacar a nossa província do Rio Grande do Sul.

Posto que não acreditasse na realização deste plano dos argentinos, visto como já se falava em armistício e próximo tratado de paz promovido pelo ministro inglês, Pinto Guedes tomou as cautelas precisas, e com os melhores de seus navios foi fundear a L. do Banco Chico, espreitando os movimentos do adversário: navios ligeiros rondavam as saídas do canal.

Não foi inútil a previsão. Na noite de 23 de agosto de 1828 a escuna *Rio da Prata* deu sinal à esquadra brasileira de que alguns navios argentinos deixavam o ancoradouro. Os nossos tiveram imediatamente ordem de suspender os ferros e fazer-se ao rumo de S.E.

Efetivamente, na madrugada de 24 foram avistados a barlavento a corveta *General Dorrego*, o brigue *General Rondeau* e a escuna *Argentina*.

Do nosso lado os vasos de guerra maiores sofreram grave contratempo: em virtude de seu grande calado, moveram-se com dificuldade, arrastando as

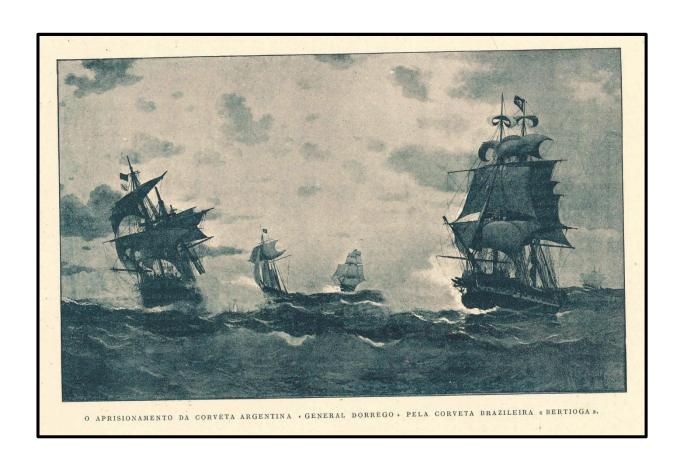
quilhas sobre o banco por espaço de horas; neste número esteve a fragata *Piranga*, capitânia da esquadra.

Em compensação a *Rio da Prata*, comandada por Marques Lisboa, a corveta *Bertioga*, sob o comando de Jorge Brum, e o brigue *Caboclo* ao mando de James Inglis — estes, mais ágeis e menores, tiveram os movimentos livres e apressaram-se a travar o combate, que durou 16 horas, sustando com grande denodo de um lado e de outro.

O *General Rondeau* e a *Argentina* abandonaram cedo o campo da ação; mas Soulin, o destemido comandante da *General Dorrego*, não quis recuar, lutou como um verdadeiro herói, e só se resignou a arriar o pavilhão quando o seu navio totalmente desarvorado e roto pelo fogo dos nossos canhões não pode mais resistir.

Eram 4 horas da tarde quando a esquadrilha brasileira aprisionou a corveta argentina.

Havíamos pago caro a vitória, porque a *Bertioga* e a *Piranga* tinham grandes avarias ao cabo do renhido combate.



ESCUDO DE ARMAS DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE (1835-1845)

A abdicação do primeiro imperador em 1831 produziu naturalmente uma profunda agitação no país, tendo sobretudo duas consequências que se fizeram sentir ao longe: o afrouxamento do princípio da autoridade e o exaltamento das ideias democráticas.

Na província do Rio Grande do Sul o fermento separatista laborava havia muito, sob o influxo dos homens políticos das repúblicas vizinhas: em sociedades secretas discutiam-se projetos de reforma e ferviam invectivas contra os atos do governo geral.

O exacerbamento das paixões políticas ali achou portanto incentivo nas franqueza do poder central, e não tardou a irromper. A 20 de setembro de 1835 rebentou sedição formal na cidade de Porto Alegre, sob a direção do coronel Bento Gonçalves da Silva, e como concurso de Bento Manoel, João Manoel de Lima, Domingos Crecêncio, José Gomes de Vasconcelos Jardim, Onofre Pires, Antônio Netto, David Canabarro e outros patriotas conhecidos pela sua bravura e resolução.

Depois de vacilar pro algum tempo, tomou a luta o caráter franco de rebelião em novembro de 1835 e proclamou a República Rio-Grandense. Esta,

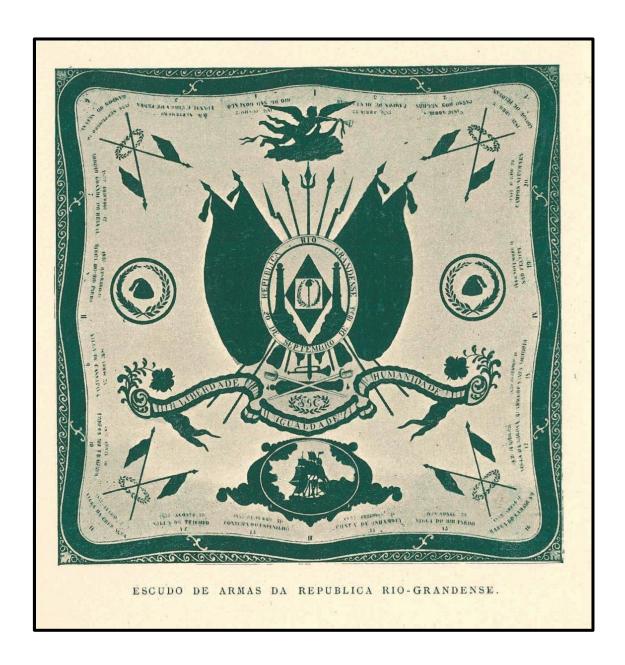
com fortuna ora boa, ora adversa, chegou ao seu maior auge em 1838, depois do combate do Rio Pardo, em que as forças imperiais sofreram tremendo revés; em dezembro de 1842 viu todavia empalidecer a sua estrela com o levantamento definitivo do cerco de Porto Alegre, e em janeiro de 1843, entrou no período de agonia ao encetar o barão de Caxias as suas operações.

A luta, vulgarmente denominada *Guerra dos Farrapos*, durou quase 10 anos, tendo seu termo no convênio de Ponche Verde, a 25 de fevereiro de 1845.

A República Rio-Grandense foi proclamada no dia 6 de novembro de 1836 pela Câmara Municipal de Piratini, confirmando o brado separatista que Antônio Netto, à frente de seu regimento, soltara dois meses antes nas margens do Jaguarão.

Os chefes políticos, congregados em Piratini, procederam logo à eleição do presidente e dos vice-presidentes da nova república, saindo eleitos: presidente o coronel Bento Gonçalves da Silva, e vice-presidentes Paulo Antônio de Fontoura, os coronéis José Mariano de Matos, Domingos José de Almeida e Inácio José de Oliveira Gomes.

Entre as várias medidas tomadas então para regularizar a administração política e civil do estado nascente, tomou-se a modificação da bandeira e a adoção de um novo escudo de armas da república. Eis o que representa a estampa junta, reprodução de um desenho existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.



CHEGADA DA IMPERATRIZ D. TEREZA CRISTINA AO RIO DE JANEIRO (1843)

(Quadro a óleo por De Martino)

A 23 de julho de 1842 assinou-se o contrato de casamento do imperador D. Pedro II com a princesa D. Tereza Cristina maria de Bourbon, filha de Francisco I, rei das Duas-Sicílias, nascida em Nápoles a 14 de março de 1822.

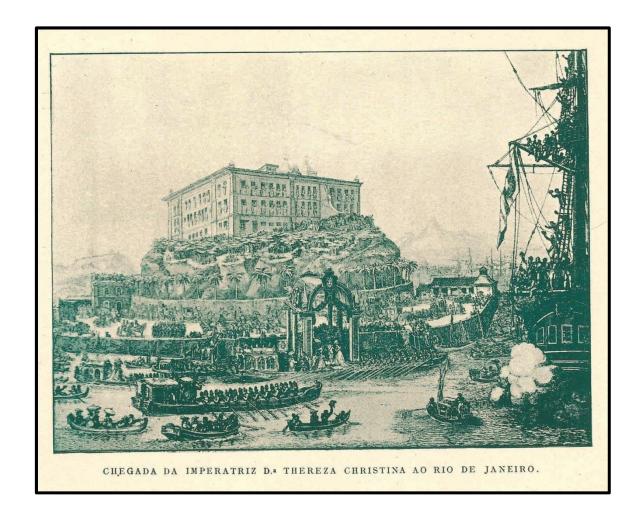
Em março de 1843 partiu do Rio de Janeiro uma esquadra brasileira, composta da fragata *Constituição*, comandada pelo capitão J. J. Maia; da corveta *Dois de Julho*, comandada pelo capitão Pedro Ferreira de Oliveira, e da corveta *Euterpe*, comandada pelo capitão João Maria Wandenkolk; o contra-almirante Eleodoro de Beaurepaire arvorava na primeira o seu pavilhão de chefe.

A esquadra chegou a Nápoles no dia 21 de abril, levando a seu bordo José Alexandre Carneiro Leão, visconde de São Salvador de Campos, embaixador especial de D. Pedro II. A 30 de maio efetuou-se na Capela Palatina a cerimônia religiosa dos esponsais, sendo nela representado o imperador do Brasil pelo príncipe de Siracusa.

Só a 2 de julho partiu a imperatriz D. Tereza Cristina na divisão naval brasileira, que veio escoltada por uma divisão napolitana composta da nau *Vesúvio* e das fragatas *Amélia*, Elizabete e *Partenope*, e chegou no Rio de

Janeiro às 5 ½ horas da tarde do dia 3 de setembro. A corveta *Euterpe* precederaa de algumas horas para dar o aviso da chegada.

No dia seguinte verificou-se com todas as cerimônias o desembarque da imperatriz, efetuando-se em ato sucessivo a solenidade das bênçãos nupciais na Capela Imperial.



120

A PASSAGEM DE TONELERO (1851)

Entre os muitos atentados cometidos pelo general João Manuel Rosas, que se constituíra ditador do povo argentino, figura a tentativa de reconstituir o antigo vice-reinado do Prata, à custa da independência do Estado Oriental, que era desde 1828 república livre e autônoma.

Para assenhorar-se de Montevidéu e realizar o seu plano ambicioso, encontrara Rosas um dócil e adequado instrumento no general D. Manuel Oribe, presidente do Estado Oriental.

Mas o Brasil não podia assistir indiferente a essa violação ostensiva dos tratados nem tampouco à perseguição inaudita que sofriam súditos brasileiros residentes na Campanha, por parte de Oribe, a quem Rosas apoiava francamente.

Daí a necessidade indeclinável de uma intervenção armada, desde que a diplomacia nada conseguira a favor do direito e da justiça. Em 1850 celebrou pois o nosso governo uma aliança defensiva com Montevidéu e Entre Rios e, em 1851, começou a guerra com a entrada do general Caxias no Estado Cisplatino à frente de 20.000 homens, enquanto o chefe Pascoe Greenfell ia com forte esquadra bloquear Montevidéu.

A 17 de dezembro desse ano a esquadra brasileira subia o Rio Paraná com destino ao Diamante, onde estava o general Urquiza, nosso aliado; levava a ela a seu bordo a 1ª divisão do exército brasileiro, comandada pelo brigadeiro Manoel Marques de Souza, depois conde de Porto Alegre.

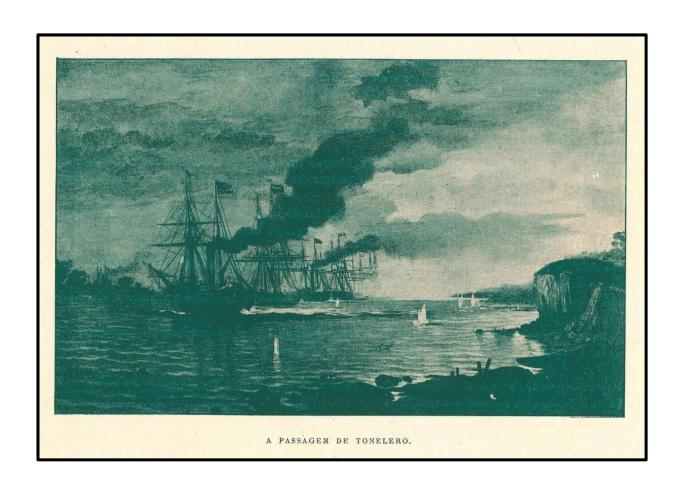
Pouco antes do meio dia rompe inopinadamente sobre os nossos navios o fogo de uma bateria postada na barranca Acevedo, no Passo do Tonelero: era o inimigo, que pretendia tolher-nos a passagem.

A esquadra brasileira navegava em linha: ia na frente o vapor *D. Afonso* com a insígnia do chefe, rebocando a corveta *D. Francisca* e tendo ao lado o aviso *D. Pedro*, depois o *Pedro II* rebocando a *União*, e por último o *Recife* dando reboque à *Calíope*.

Correm as tripulações a postos, disputam oficiais e soldados em entusiasmo e valor, e ao fogo de terra respondem os nossos navios com descargas valentes e repetidas.

O brioso Greenfell, sobre a caixa da roda do *D. Afonso*, trajando grande uniforme e de binóculo em punho, era o primeiro a dar exemplo de coragem e serenidade.

Sustentando o fogo com bizarria, a nossa esquadra não hesitou um momento; forçando o Passo de Tonelero, continuou a sua derrota, a despeito de todos os esforços de Mansília que comandava a bateria inimiga.



TOMADA DE PAISSANDU (1865)

Rotas as relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Uruguai em agosto de 1864, e declarada a guerra entre os dois países, tiveram ordem o almirante barão de Tamandaré e o comandante dos corpos de exército no Rio Grande do Sul para iniciar as operações. Ao mesmo tempo aceitou o Brasil o concurso do general D. Venâncio Flores, chefe do partido *colorado*, que capitaneava ali a revolução contra o governo *blanco* de Montevidéu, e que se comprometeu a oferecer-nos reparação condigna, logo que triunfasse a sua causa.

A 12 de outubro entraram as forças brasileiras no território oriental; pouco depois rendeu-se a Vila de Mello (capital do Departamento de Serro Largo).

A 22 de novembro duas canhoneiras brasileiras bloquearam o porto do Salto. Leandro Gomez, comandante da Vila, vendo que não podia resistir e sabendo da aproximação das tropas do general Flores, retirou-se para Paissandu. No dia 28 a praça capitulou.

Paissandu, importante cidade da República Oriental, foi então o objetivo do exército brasileiro; defendiam-na 15 bocas de fogo colocadas em boas posições, e cerca de 1300 praças de tropa de linha comandadas por Leandro Gomez.

No dia 6 de dezembro o almirante Tamandaré mandou atacar a cidade, por mar e por terra; mas esta investida não surtiu o desejado efeito pela escassez do número dos nossos.

Foi mister aguardar a chegada de reforços, limitando-se o exército brasileiro a manter o cerco, precavendo-se contra possíveis sortidos do inimigo intrépido.

A 15 chegou o general Antônio de Souza Netto, com 1500 voluntários da cavalaria rio-grandense, e na tarde de 29 o marechal João Propício Menna Barreto à frente de uma divisão composta de cerca de 5800 homens, com 12 peças de campanha.

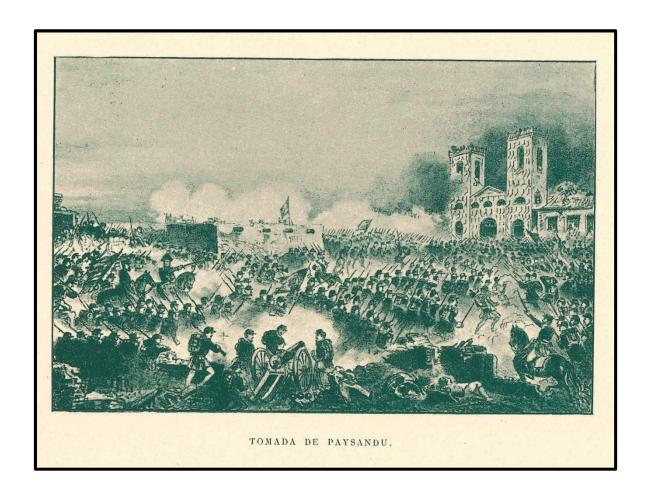
Resolveu-se então dar o assalto decisivo a 31 de dezembro. Naquela madrugada rompeu o vivíssimo bombardeio da esquadra e das baterias assestadas na coxilha fronteira a Paissandu.

Quando cessou o fogo de artilharia, Menna Barreto mandou carregar, e as duas brigadas brasileiras com ímpeto extraordinário atacaram, uma pelo norte, outra pelo lado leste da cidade.

A luta foi tremenda; conquistou-se o terreno palmo a palmo, porque o inimigo disputou com grande bravura. Batalhou-se todo o dia, toda a noite, todo o dia 1º de janeiro de 1865, tomando os nossos bravos sucessivamente trincheiras, ruas, barricadas, pontes, soteias e casas transformadas em redutos.

No dia 2, rendeu-se a praça de Paissandu, sendo aprisionado Leandro Gomez. Logo em seguida foi posto sítio à cidade de Montevidéu, a qual no dia 20

de fevereiro capitulou, terminando assim de modo honroso para as armas do Brasil esta breve campanha.



BATALHA DE RIACHUELO (1865)

(Quadro a óleo, por Vitor Meireles, Escola de Belas Artes)

A Batalha do Riachuelo constitui um dos feitos mais gloriosos da marinha brasileira e pode ser citado entre os mais célebres combates da mesma natureza na história naval do mundo. Esse triunfo teve, além de tudo mais, decisiva influência sobre a direção e o êxito da guerra que sustentamos contra o governo do Paraguai.

Na manhã de 11 de junho de 1865 desceram o Rio Paraná oito vapores paraguaios e seis chatas ou baterias flutuantes; dispostos a oferecer combate à divisão brasileira comandada pelo chefe de divisão Francisco Manoel Barroso, procuraram eles a situação que lhes era mais favorável, indo postar-se junto ao Riachuelo e à sombra de barrancas previamente guarnecidas de artilharia de bom calibre.

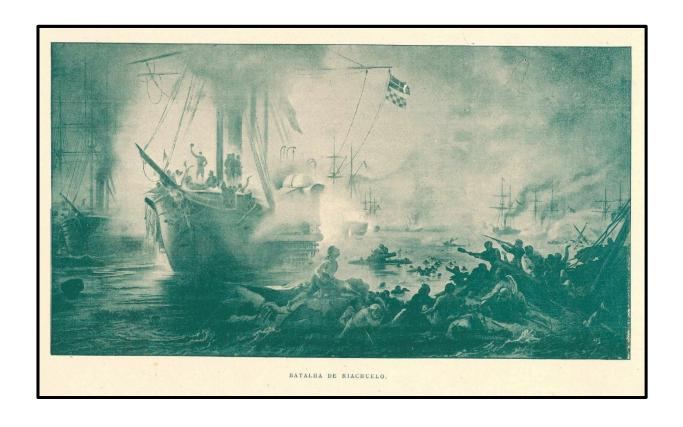
O chefe Barroso não hesitou um momento diante da atitude do inimigo; suspendeu a sua divisão de nove navios e tomando a frente da linha com a fragata *Amazonas*, onde tremulava o seu pavilhão, deu ordem para investir.

A esquadra paraguaia e a bateria de terra romperam o fogo. Foi tenacíssima a luta, e por algumas horas pareceu indeciso o resulto, tendo ocorrido infelizmente o encalhe da nossa corveta *Jequitinhonha* e estando a *Parnaíba* a lutar com inexcedível heroísmo contra três vapores paraguaios que a abordaram.

Foi nesse momento crítico que o chefe Barroso teve a inspiração genial de transformar em aríete a proa do *Amazonas* e arremeteu como um leão contra os navios inimigos. Por esta forma inutilizou ou meteu a pique quatro vasos paraguaios, lançando o pavor nos restantes, que por volta da tarde, desalentados, rotos ou desarvorados, abandonaram o campo da luta. Era a vitória, ganha é verdade à custa de muito sangue precioso, mas vitória completa, porque aqueles navios constituíam toda a força naval de Solano Lopez, e ele, nunca mais podendo substituí-los, ficou totalmente privado desse poderoso elemento de ação.

Os navios brasileiros que nesse dia memorável cobriam de glória a bandeira nacional foram: *Amazonas* (comandante Teotônio de Brito), *Jequitinhonha* (comandante J. J. Pinto), *Beriberi* (comandante Bonifácio de Santana), *Parnaíba* (comandante Garcindo de Sá), *Belmonte* (comandante J. F. de Abreu), *Araguari* (comandante A. L. Hoonholtz), *Ipiranga* (comandante Álvaro de Carvalho), *Mearim* (comandante Eliziário Barbosa), *Iguatemi* (comandante Macedo Coimbra).

A bordo dos 9 navios, incluindo chefes e oficiais, havia 1113 praças de marinha e 1174 praças do exército. Desta força tivemos 245 homens fora de combate. A perda dos paraguaios orçou por 1500 homens.



A RENDIÇÃO DE URUGUAIANA (1865)

(Litografia da Vida Fluminense)

Solano Lopez expediu um exército de cerca de 12000 homens, ao mando do coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, com ordem de atravessar o Paraná, ocupar o território das Missões, invadir a província brasileira do Rio Grande do Sul e daí passar ao Estado Oriental, onde o chefe paraguaio devia entender-se com o partido *blanco* para fazer frente aos aliados.

A invasão do Rio Grande realizou-se por São Borja, porque a província estava então desguarnecida de tropa; a maior parte dela acampava já na Concórdia ao mando do general Osório. Foi pois impossível obstar totalmente a marcha do inimigo.

Não obstante a oposição que se lhes ofereceu, os paraguaios tomaram a Vila de São Borja no dia 11 de junho de 1865, seguiram para o sul em direção à Itaqui, ocupada a 7 de julho, e continuaram sua marcha em demanda de Uruguaiana, onde entraram a 3 de agosto.

Aí parou a coluna de Estigarribia, aliás bastante reduzida pelas guerrilhas incessantes que os nossos lhe haviam feito; seu propósito era fortificar-se naquela cidade e fazer dela a base de suas operações, contando reunir-se com a coluna do major Pedro Duarte, que operava do outro lado do Uruguai.

Todas as partes porém do plano de Estigarribia falharam por completo, porque a 17 de agosto forças aliadas ao mando do general Venâncio Flores aniquilaram, junto ao Rio Iataí, a coluna do major Duarte, e porque de

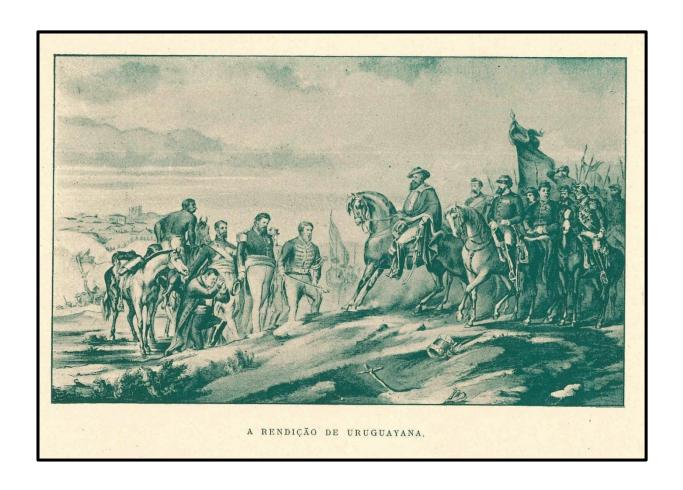
Uruguaiana não lhe foi mais lícito sair, graças ao hábil cerco realizado pelos nossos, que acudiram de todos os lados.

De fato reuniram-se em torno de Uruguaiana voluntários rio-grandenses e forças vindas da Concórdia, em número suficiente para garantir o êxito da operação.

O próprio imperador D. Pedro II partira do Rio de Janeiro, acompanhado dos seus dois genros conde D'Eu e duque de Saxe, do ministro da guerra, conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz e vários generais, para ir partilhar da sorte dos soldados nos trabalhos da guerra e castigar o invasor audaz que ultrajara o solo brasileiro.

Chegando a Uruguaiana a 11 de setembro, celebrou-se a 17 uma conferência entre os generais aliados, que decidiram o ataque para o dia 18. Nesse dia o barão de Porto Alegre fez a última intimação aos sitiados, dandolhes duas horas para renderem-se.

Estigarribia não resistiu; aceitou as condições dos aliados, entregou sua espada ao ministro Ferraz, e toda a coluna paraguaia, em número de 5131 praças e 59 oficiais, desfilou prisioneira de guerra.



O PASSO DA PÁTRIA (1866)

Tendo sido inesperada a provocação do governo do Paraguai, não se achou o Brasil apercebido convenientemente para a guerra quando Solano Lopez rompeu as hostilidades em novembro de 1864. Daí a necessidade de tempo para preparar forças militares de terra e mar capazes de irem vingar a afronta recebida, a grande distância e contra um inimigo que se armara cuidadosamente para esta campanha.

Só em março de 1866 pode considerar-se pronto o exército brasileiro para empreender a invasão do território paraguaio; só então foi possível congregar os elementos navais indispensáveis para realizar com segurança de êxito a passagem do Rio Paraná.

A esquadra tinha então 4 encouraçados, 18 canhoneiras e 12 transportes. O primeiro corpo do exército, comandado pelo ínclito Osório, compunha-se de uns 30000 homens das três armas.

Aparelhados todos os elementos, a esquadra no dia 21 de março deixou o seu ancoradouro de Corrientes e foi postar-se desde Corrales até a confluência do Paraguai no Paraná; mas passaram-se dias ainda, sem que se realizasse a operação decisiva. Os últimos dias desse mês e os primeiros de abril foram ocupados em combates preliminares contra o forte Itapiru e chatas paraguaias. A 5 de abril ocupamos a Ilha da Redenção ou do Cabrita, onde se levantaram trincheiras e montaram baterias nossas para secundar o bombardeamento de Itapiru; nessa ilha, salteada inopinadamente pelos paraguaios na noite de 9 para

10, travou-se combate sangrento em que conseguimos repelir e aniquilar o inimigo; ali perdeu a vida o bravo comandante tenente-coronel Cabrita.

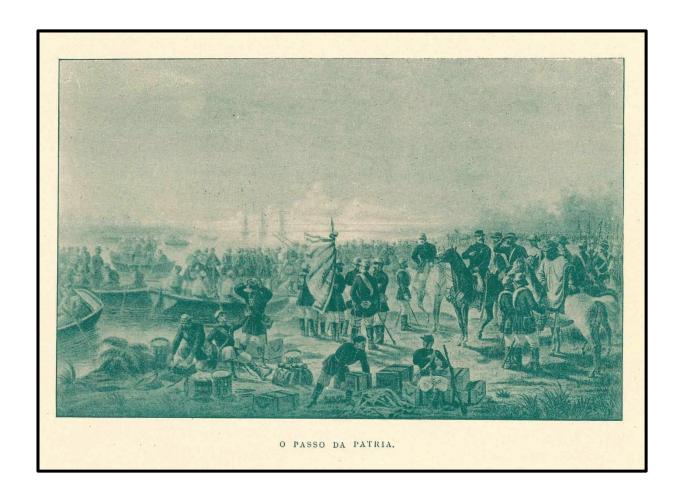
Finalmente, a 16 de abril, assentado o plano de ataque, efetuou-se a partida do exército, que foi desembarcar ao norte da Ilha Caraia, meia légua acima da foz do Paraguai. Osório foi o primeiro que saltou em terra com 12 cavaleiros rio-grandenses.

Eis a descrição dos preparativos feita por um correspondente, testemunha ocular dos acontecimentos:

"Na manhã de 15 de abril expediram-se as ordens quer à esquadra quer ao exército. Às 3 horas da tarde achavam-se situados ao longo da costa correntina, e próximos às pontes onde se devia efetuar o embarque das tropas imperiais, os numerosos transportes construídos pela comissão de engenheiros, e os vapores brasileiros que deviam rebocá-los, colocaram-se em frente deles. Em algumas das maiores balsas embarcaram-se as peças de artilharia.

Nesse momento uma espécie de agitação dominava no porto do Passo da Pátria, mas agitação metódica e solene, que principiava no *Apa*, navio chefe, e se transmitia aos extremos dessa numerosa frota. Sobre a margem do rio viam-se o tenente-coronel Carvalho e os oficiais da comissão de engenheiros, prevenindo tudo para a facilidade do embarque, segurança das tropas, etc.

Nos acampamentos do exército a mesma agitação metódica se mostrava... O general Osório se reproduzia onde quer que a sua presença era necessária."



O GENERAL OSÓRIO (1808-1879)

(Estátua em bronze por R. Bernardelli, Rio de Janeiro)

Nasceu Manoel Luís Osório a 10 de maio de 1808 na Conceição do Arroio, província do Rio Grande do Sul.

Tendo assentado praça, antes dos 15 anos de idade, na legião de São Paulo em Montevidéu, entrou imediatamente em campanha, conquistando, em 1824, o galão de alferes.

Valoroso e distinto, galgou rapidamente os primeiros postos e foi promovido em 3 de março de 1852 a coronel "por merecimento mais uma vez comprovado no campo de batalha".

Foi porém na porfiada e célebre campanha do Paraguai que as suas qualidades de guerreiro tiveram a consagração mais solene. Já marechal de campo, e comandante chefe de um dos corpos do exército aliado, foi ele quem realizou, em abril de 1866, a atrevida e brilhante invasão do território inimigo, transpondo o Passo da Pátria com duas divisões brasileiras e forçando os paraguaios a iniciarem o seu movimento de retirada, que só devia acabar em Serro Corá com a morte do ditador Solano Lopez.

Foi ainda ele quem a 2 de maio salvou com sua bravura o exército surpreendido pelos paraguaios em Estero Belaco.

A grande vitória de Tuiuti, a 24 de maio, foi em grande parte obra do seu denodo e da pronta decisão com que sabia acudir ao perigo na hora do combate.

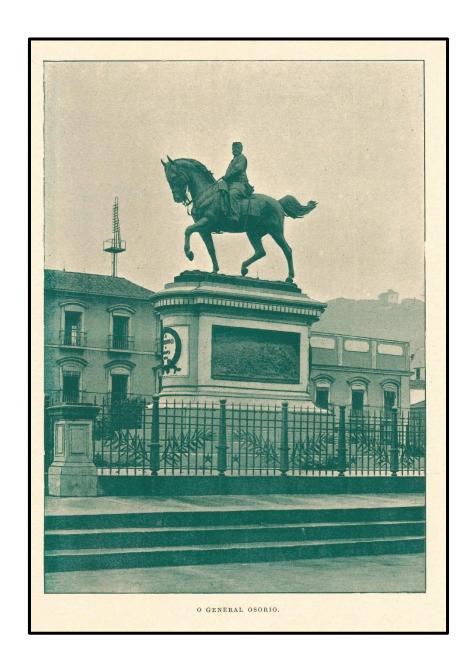
Mais tarde, sob as ordens do invicto Caxias, o bravo Osório cobriu-se ainda de glória e levantou bem alto o nome brasileiro, no ataque às linhas de Piquiciri e na sanguinolenta e rude batalha de Avaí – último teatro de suas façanhas de guerreiro, por ter ali recebido um ferimento que o forçou a deixar a campanha.

Foi sempre alvo da estima afetuosíssima de seus companheiros de armas, e o povo sintetizou a sua admiração no nome de "lendário Osório" com que sempre o conheceu e respeitou, não obstante os títulos nobiliárquicos de barão, visconde e marquês de Herval com que o governo distinguiu o incomparável soldado rio-grandense.

A 11 de janeiro de 1877 foi escolhido senador pela sua província natal, e vindo ao Rio de Janeiro para tomar assento no Senado foi recebido pela população fluminense em verdadeiro triunfo.

Fez parte, como ministro da guerra, do gabinete liberal de 5 de janeiro de 1878, e faleceu nesta cidade a 4 de outubro de 1879. Seu cadáver embalsamado, restos venerandos de uma glória nacional, que esteve por algum tempo no Asilo dos Voluntários da Pátria e na Igreja da Cruz dos Militares, repousa hoje na cripta do monumento que a gratidão dos brasileiros erigiu ao "bravo dos bravos" na Praça 15 de Novembro.

A estátua foi inaugurada a 12 de novembro de 1894.



A OCUPAÇÃO DE CURUZU (1866)

(Desenho de Vítor Meireles, Biblioteca Nacional)

O exército brasileiro havia transposto o Passo da Pátria e pisado solo paraguaio. As forças de Solano Lopez, que não puderam ou não souberam impedir essa operação, vieram a 24 de maio de 1866 sobre o nosso acampamento, e travou-se a sangrenta batalha de Tuiuti, que foi mais um dia de glória para o pendão auriverde. Não obstante esta vitória porém foi-nos impossível prosseguir desde logo a invasão, porque o inimigo tinha à margem do Rio Paraguai respeitáveis fortificações, que se fazia mister antes de tudo tomar à vida força.

Neste intuito foi dado o primeiro ataque a Curuzu, no dia 1º de setembro. Às 11 horas da manhã a esquadra teve ordem de romper o fogo contra o baluarte paraguaio, e esse fogo foi sustentado até o cair da tarde.

No dia seguinte, depois de bombardeados e metralhados os bosques adjacentes à guarda de Palmar, os transportes de guerra atracaram à barranca e o valente general barão de Porto Alegre desembarcou com seu exército sem que os paraguaios oferecessem resistência.

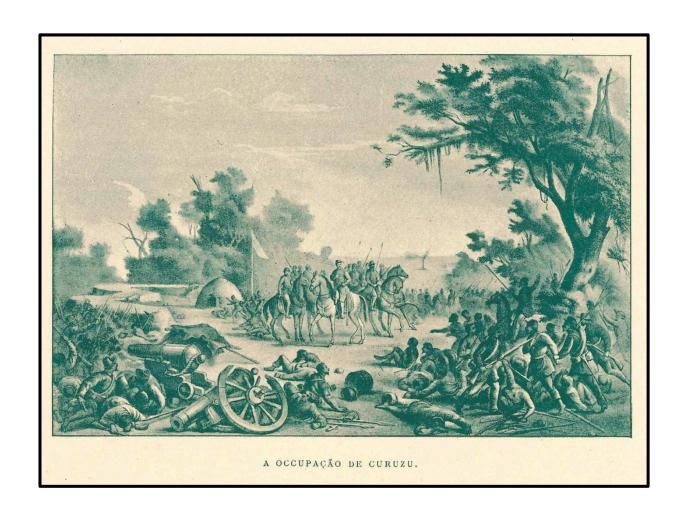
No dia 3 pela manhã estas forças brasileiras atacaram resolutamente o forte de Curuzu, e depois de renhida peleja se apossaram da posição.

O inimigo que o guarnecia, acossado pelo ímpeto das nossas tropas, retirou-se em completa derrota, ficando em nosso poder, como troféus da

gloriosa jornada, bandeiras, algumas peças de artilharia, munições e grande porção de armamento.

A força paraguaia, perseguida até Curupaiti, teve fora de combate uns 700 mortos e maior número de feridos.

A ocupação de Curuzu, brilhantemente executada pelo general barão de Porto Alegre, com o auxílio da nossa esquadra já então numerosa sob o comando do almirante visconde de Tamandaré, foi de grande utilidade como ponto de apoio para as operações que se seguiram.



A PASSAGEM DE HUMAITÁ (1868)

(Quadro a óleo por E. de Martino, Escola de Belas Artes)

Em novembro de 1866 tomou o comando do exército brasileiro no Paraguai o ilustre marechal marquês de Caxias, veterano glorioso de cem combates, hábil administrador e chefe de raro tino.

A sua direção das operações militares modificou sensivelmente os resultados da campanha. Um dos seus primeiros feitos, preparado com suma perícia e levado a cabo com grande êxito, foi a célebre marcha de flanco, que, arrancando o exército de Tuiuti, foi levá-lo ao encontro das tropas do inimigo, decidindo da sorte de Humaitá.

Essa famosa e tremenda fortaleza paraguaia, provida de grossa artilharia e defendida por guarnições numerosas de homens valentes, opunha o mais grave embaraço à marcha do exército invasor e da esquadra que operava de acordo com ele.

Feita a macha de flanco pelas forças de Caxias, a esquadra, então comandada pelo almirante Joaquim José Inácio, e que já havia forçado com glória o Passo de Curupaiti, teve ordem de arrostar a passagem de Humaitá.

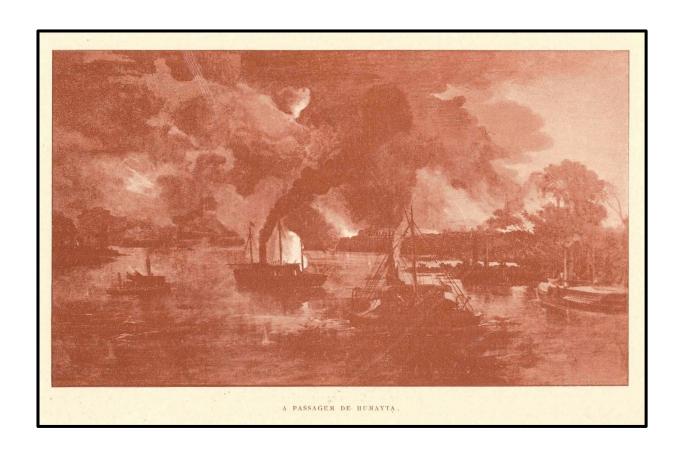
Organizou-se para este fim uma divisão composta dos três couraçados *Bahia, Tamandaré* e *Barroso*, e dos monitores *Alagoas, Pará* e *Rio Grande*, ao mando do capitão de mar e guerra Delfim Carlos de Carvalho.

Na madrugada de 18 para 19 de fevereiro suspendeu ferros e seguiu impávida rio acima, indo cada monitor preso de lado de bombordo de cada um dos couraçados.

Eram 3 ½ da manhã quando a divisão investiu o tremendo canal, constituindo-se alvo dos formidáveis canhões de Humaitá, de onde os inimigos pressentiram logo o audacioso cometimento. Mas baldado esforço. Os navios brasileiros vararam aquela abóbada de ferro e fogo, e às 4 horas um foguete anunciou ao almirante que o primeiro grupo de navios transpusera o passo. Os outros não tardaram a dar idêntico sinal.

Um dos monitores, todavia, o *Alagoas*, desprendera-se do seu couraçado protetor e veio águas abaixo. O almirante ordenou-lhe que desse fundo, mas os oficiais que o guarneciam fingiram não ver o sinal e o *Alagoas* tornou a subir o rio, desta vez desamparado, exposto ele só à fúria das baterias de Humaitá, e tendo de mais a mais de resistir à abordagem de 40 canoas cheias de paraguaios armados que o assaltaram em caminho. Mas a tudo fez frente o pequeno *Alagoas*, que alguns minutos depois anunciava também ao chefe a sua heroica passagem.

Este gloriosíssimo feito de armas é uma das mais belas páginas da história naval brasileira.



ATAQUE DOS COURAÇADOS POR CANOAS PARAGUAIAS (1868)

(Quadro a óleo por De Martino)

Na grande luta que sustentou por cinco anos o Brasil com o Paraguai, não faltou aos fanáticos soldados de Lopez nem coragem, nem perseverança, nem astúcia. O ataque levado por canoas aos couraçados brasileiros na madrugada de 2 de março de 1868 foi mais uma prova disso.

Estacionava abaixo de Humaitá a 2ª divisão da nossa esquadra, composta dos couraçados *Lima Barros*, *Cabral*, *Silvado* e *Herval*, sob o comando do capitão de mar e guerra Joaquim Rodrigues da Costa. Às 2 horas da madrugada descobriu o oficial de ronda que desciam de Humaitá muitos e grandes *camalotes*, averiguado o caso, eram cerca de 60 canoas paraguaias amarradas duas a duas e mascaradas por grandes arvoredos. Vinha nelas embarcada, segundo depois se soube, uma força de 1400 homens comandados pelos capitães Eduardo Vera, Céspedes, Bernardo Gene, Pereira e Hurrapaleta.

Não podia haver dúvida sobre o intuito do inimigo, por mais audacioso que parecesse: pretendiam abordar de surpresa os nossos navios.

Dado logo aviso à divisão, correram a postos as guarnições, mas, antes disso, já os paraguaios haviam lançado na tolda do *Lima Barros* um torço de 400 homens e quase outros tantos no *Cabral*. Travada a luta, viram os nossos que só havia um expediente salvador: era recolher-se às torres e à casamata.

Nisto acudiram o *Silvado* e o *Herval*, que estavam mais à retaguarda. Avivando os fogos, correram a postar-se ao lado dos dois navios ameaçados, e

começaram a despejar metralha ora sobre a tolda de ambos eles, ora sobre as canoas paraguaias que os cercavam.

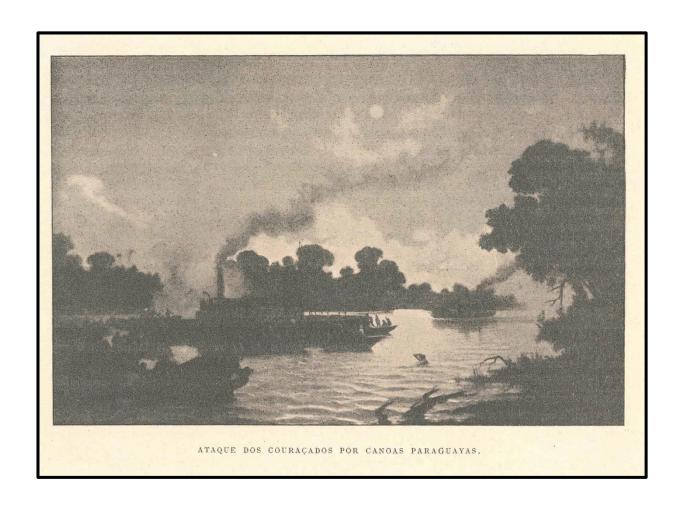
A carnificina foi medonha; mas o inimigo, louco de furor, não se resolvia a ceder o campo.

O almirante Joaquim José Inácio, que se achava no porto Elisário, sentira porém o fogo e não hesitara um momento: mandou preparar o *Brasil*, e, ao romper o dia, acompanhado do *Moniz e Barros*, chegou ao teatro da estupenda luta.

Em ato consecutivo, o *Herval* e o *Brasil* abordaram o *Lima Barros*, o *Silvado* e o *Moniz e Barros* abordaram o *Cabral*.

Os paraguaios viram-se então totalmente perdidos; os que até então se mantinham na tolda dos nossos navios, saltaram ao rio, procurando salvação na fuga. As canoas foram pela maior parte destruídas e algumas ficaram em poder da esquadra.

Nesse pavoroso combate perdeu a vida heroicamente o comandante Rodrigues da Costa.



A BATALHA DE AVAÍ (1868)

(Quadro a óleo por Pedro Américo, Escola de Belas Artes)

A poderosa fortaleza de Humaitá caíra desde 5 de agosto de 1868 em poder dos aliados; mas Lopez ocupava ainda excelentes posições que iam custar muito sangue brasileiro e muitas vidas preciosas; os paraguaios achavam-se entrincheirados fortemente nas linhas de Plquisiri, perto de Angustura e Vileta.

O marquês de Caxias, reconhecendo a extrema dificuldade de tornear pela direita estas posições, deliberou abrir uma estrada na outra margem do Paraguai. Esse trabalho hercúleo foi feito em menos de um mês pelos soldados do bravo general Argolo.

No dia 5 de dezembro o exército brasileiro, tendo feito o hábil movimento de flanco, atravessou o rio defronte de Santo Antônio e dispôs-se a atacar as posições inimigas de Vileta e Lomas Valentinas; foi aí que se travaram os sanguinolentos combates de dezembro.

Em sua marcha, o primeiro obstáculo a superar foi a ponte do Itororó, que os paraguaios defenderam com a costumada tenacidade, e que o próprio Caxias heroicamente investiu à frente do primeiro corpo do exército, depois de horas de luta indecisa.

O objetivo do ataque era agora Vileta, chave da posição.

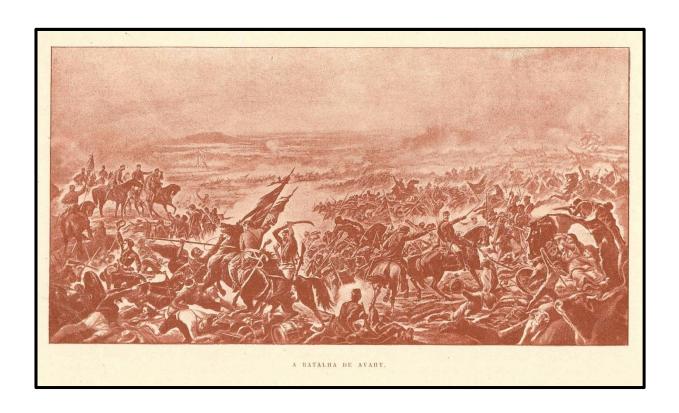
Foi aí que a 11 de dezembro se travou a grande batalha de Avaí, á intervindo nela a cavalaria brasileira, que obrou prodígios.

Os paraguaios opuseram aos nossos um exército composto de 17 batalhões de infantaria, 6 regimentos de cavalaria e numerosa artilharia de campanha; comandava-os Caraballo.

O exército brasileiro obedecia ao comando superior do marquês de Caxias, e um dos corpos tinha à sua frente o lendário e destemido general Osório, já então visconde do Herval.

A vitória coroou os esforços dos nossos bravos, caindo em poder dos brasileiros muitos prisioneiros, 11 bandeiras, munições e 23 peças de campanha. Lopez, que nem sequer apareceu no campo de batalha, ao pressentir o desastre, fugiu para as Lomas Valentinas, onde, de 21 a 27 de dezembro, em combates tremendos e sucessivos, o marquês de Caxias e seus companheiros lutaram, como leões, ganhando palmo a palmo um terreno valentemente disputado pelo inimigo.

Esses combates puseram termo à segunda fase da campanha, sendo logo seguidos da rendição de Angustura e da entrada triunfal dos brasileiros em Assunção.



DUQUE DE CAXIAS (1803-1880)

(Estátua em bronze, por R. Bernardelli, Rio de Janeiro)

Descendente de uma família de ilustres militares, Luís Alves de Lima e Silva nasceu em 1803, na Estrela (província do Rio de Janeiro).

Abraçando a carreira das armas, cedo começou a prestar os mais relevantes serviços à pátria. No meio das perturbações políticas que assinalaram o período da regência e puseram em risco mais de uma vez a ordem pública no Rio de Janeiro, foi ele como comandante do corpo de *permanentes* (brigada policial) uma garantia eficaz de tranquilidade e respeito à autoridade constituída.

Seu mérito já reconhecido indicou-o depois para comissões de maior reponsabilidade, e a todas o bravo soldado correspondeu brilhantemente: em 1840 pacificou a província do Maranhão, em 1842 debelou as duas rebeliões de São Paulo e Minas; e de 1843 a 1845, como presidente e governador das armas do Rio Grande do Sul, teve a felicidade de pôr termo à guerra civil que havia dez anos assolava os campos daquela gloriosa província.

Era já então general. O Rio Grande elegeu-o senador e o governo fê-lo conde de Caxias.

Poucos anos depois surgiu a campanha de Rosas. Na defesa da honra e dos interesses nacionais correu Caxias ao teatro da luta, e a vitória de Montecaseros em 1852 deu completo ganho de causa ao Brasil.

A Guerra do Paraguai, a que nos provocou o desatino de um déspota, foi a última página da vida do militar, mas foi a mais difícil e por isso mesmo a mais gloriosa.

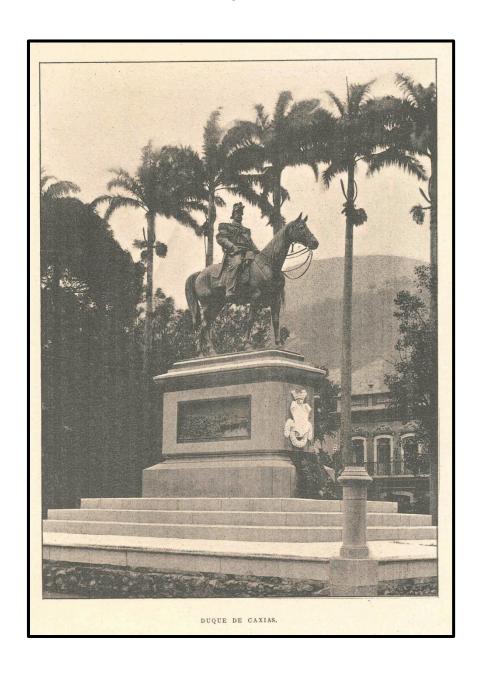
Arrastava-se a campanha e imensos obstáculos se opunham em 1866 à marcha dos aliados, que acabavam de esbarrar de encontro aos abatises e às trincheiras de Curupaiti. Caxias, chamado ao comando geral do exército brasileiro, só ouviu a voz do patriotismo e partiu.

General organizador e tático, deu nova feição à campanha; cautelosamente preparou os elementos de ataque, e quando os teve reunidos, fez a famosa marcha de flanco, planeou a passagem pelo Chaco, obrigou Humaitá a render-se, e foi dar em Bororó, Vileta e Lomas Valentinas o golpe de morte nas forças regulares de Solano Lopez. As grandes batalhas de dezembro de 1868 cobriram-no de glória imorredoura.

Como político, foi ainda eminente o seu papel: fez parte Caxias do gabinete Paraná a de 6 de setembro, e por morte do grande estadista, em 1856, ocupou a presidência do Conselho. Este mesmo posto assumiu no gabinete conservador de 2 de março de 1861, e, mais tarde, no de 25 de junho de 1875, distinguindo-se em todas estas situações por um admirável bom senso administrativo e pelo seu amor entranhadíssimo à causa pública.

Morreu em 7 de maio de 1880, duque, marechal de exército e grã-cruz de todas as ordens brasileiras.

Sua estátua foi inaugurada no dia 15 de agosto de 1899 e é um dos belos monumentos da capital.



A BATALHA DE CAMPO GRANDE (1869)

(Quadro a óleo por Pedro Américo, Escola de Belas Artes)

Os gloriosos combates de dezembro de 1868 haviam aniquilado todas as forças regulares do exército de Solano Lopez, e a Guerra do Paraguai estaria finda se não fora a tenacidade rara do ditador, disposto a queimar o último cartucho antes de abandonar a partida.

Lopez escapara de Lomas Valentinas são e salvo, recorrendo à luta de guerrilhas e fugindo para o interior do país, onde tratou de reunir elementos para manter-se.

Nessa situação o bravo marquês de Caxias deixou o comando do exército brasileiro retirou-se para o Rio de Janeiro. O governo deu-lhe por sucessor o príncipe Gastão de Orleans, conde D'Eu, genro do imperador, que assumiu o comando em abril de 1869 e empreendeu logo com grande acerto a chamada campanha da Cordilheira.

Habilmente preparadas as operações, tomaram a ofensiva as forças brasileiras em agosto, rompendo a marcha o 1º corpo, comandado pelo lendário Osório, e seguindo-o o 2º corpo, comandado pelo general Vitorino, a divisão de cavalaria do general Câmara. O conde D'Eu tinha o comando geral.

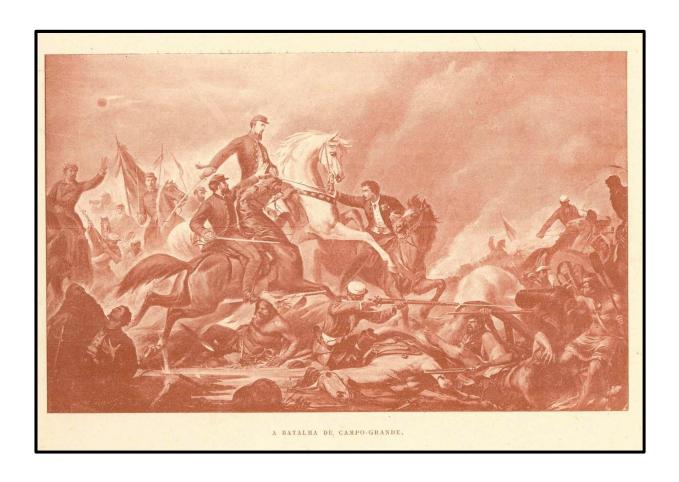
Passaram os nossos de Paraguari a Sapucaial, depois a Valenzuela, e no dia 9 aproximaram-se de Peribicui. Na manhã de 12 foi esta praça tomada de assalto, dando-nos a vitória preciosos despojos: os arquivos da República, papéis particulares de Lopez, etc.

Mas o inimigo destroçado fugia sempre. À rapidez de sua fuga era mister contrapor a rapidez do ataque. O general-chefe mandou imediatamente ocupar Caacupé e perseguir a Lopez que tomara a direção de Caraguatai.

No dia 16 de agosto pela madrugada conseguiram os nossos alcançar a retaguarda das forças do ditador. O general Caballero, à frente de 5 ou 6000 paraguaios esperava-nos em Nhu-Guaçu (nome guarani que quer dizer *Campo Grande*), formado em ordem de batalha e disposto a tomar o passo ao exército brasileiro.

Foi renhidíssima a peleja, tendo Caballero tirado de sua artilharia todo o recurso que era lícito tirar; mas a indômita valentia dos nossos soldados e o poderoso auxílio final da cavalaria rio-grandense ao mando do general Hipólito decidiram do triunfo, que foi completo.

Em Campo Grande extinguiu-se o poder militar de Lopez. Daí em diante tudo foi não dar trégua aos fugitivos, que tomaram em vertiginosa carreira a direção do norte. A coluna do general Câmara, ao cabo de uma perseguição tenaz, logrou alcançar o inimigo no seu último acampamento de Serro Corá, junto ao Aquidabã e já perto da fronteira de Mato Grosso. Ali, a 1º de março de 1870, com a morte de Solano Lopez se fechou com glória para as armas brasileiras a campanha do Paraguai.



JURAMENTO DA PRINCESA IMPERIAL REGENTE (1871)

(Quadro a óleo por Vítor Meireles, Senado)

Do consórcio do imperador D. Pedro II com a virtuosa e distinta princesa italiana D. Tereza Cristina Maria nasceram quatro filhos: os príncipes D. Afonso e D. Pedro, que faleceram em menor idade, e as princesas D. Isabel e D. Leopoldina.

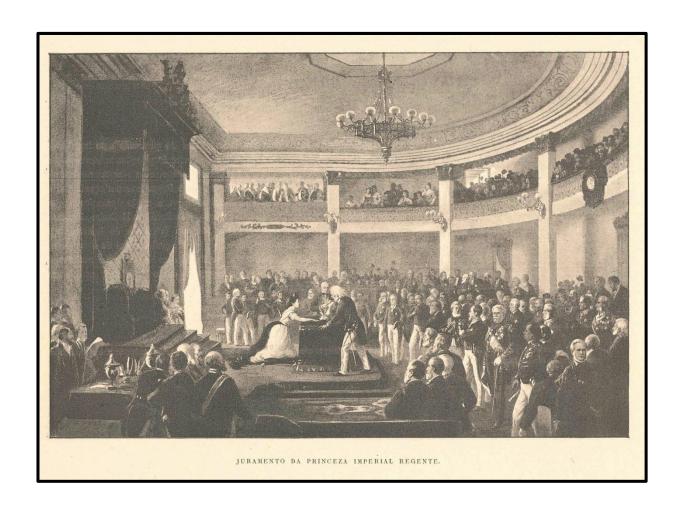
Receberam ambas esmerada educação, dirigida pela distinta condessa de Barral, tendo figurado na categoria de seus mestres alguns dos homens mais eminentes do país.

A princesa D. Isabel nasceu a 29 de julho de 1846; prestou juramento de herdeira presuntiva da coroa ao completar quatorze anos (29 de julho de 1860), e a 15 de outubro de 1864 desposou no Rio de Janeiro o príncipe Gastão de Orleans, conde D'Eu, filho primogênito do conde de Nemours e neto do rei dos franceses Luiz Filipe.

Em 1871, tendo falecido em Viena a princesa D. Leopoldina, casada com o príncipe Augusto de Saxe, aproveitou o imperador D. Pedro II este ensejo para realizar o plano que havia muito nutria de visitar os países do Velho Mundo.

Declarada oficialmente a viagem do chefe de Estado, prestou D. Isabel o juramento de regente perante o Senado e assumiu as rédeas do governo na ausência do pai.

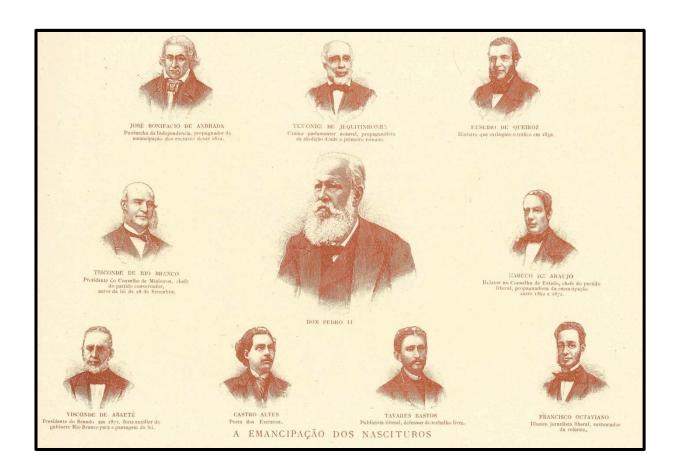
É esta a cena representada na tela de Vítor Meireles, que aqui reproduzimos.



A EMANCIPAÇÃO DOS NASCITUROS

A nossa estampa representa alguns dos principais precursores e colaboradores do primeiro ato legislativo decretado no Brasil contra o princípio da escravidão, a Lei Rio Branco, que limitou o cativeiro às gerações existentes até a sua promulgação. Damos ao lado de Rio Branco o imperador, em vez da princesa regente, cujo retrato se encontra na página referente à Lei de 13 de maio de 1888, porque, apesar da parte que a princesa como regente teve naquela lei, a do imperador foi maior, e naquele primeiro ato é ele quem representa, principalmente, a ação dinástica, assim como no segundo é ela. Sentimos não ter no momento de organizar este quadro os retratos de Perdigão Malheiro, Pimenta Bueno (marquês de São Vicente, Souza Franco, Zacarias de Góis, Sales Torres Homem (visconde de Inhomirim), Teixeira Júnior, Silveira da Mota e outros. A data de 28 de setembro significa o sítio ou bloqueio moral da escravidão, privada de suas fontes de reprodução, como pela Lei de Eusébio de Queirós contra o tráfico fora vinte e um anos antes privada dos seus meios de fornecimento na África. Naquele dia a instituição, até então inviolável, entrou em decadência, só restando aos futuros abolicionistas encurtar-lhe o termo*.

^{*} Esta estampa e a relativa a Lei de 13 de maio foram organizadas por nós em Paris por não terem chegado a tempo de imprimir os documentos remetidos do Rio de Janeiro – *Nota do editor*.



A LEI DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

(Grupo alegórico por Chaves Pinheiro)

Obedecendo a uma orientação errônea e funesta, a metrópole portuguesa autorizou no Brasil a escravidão e de certa data em diante favoreceu essa lamentável importação de infelizes africanos, arrancados de seus lares para virem com o suor de penoso trabalho enriquecer as arcas do colono-proprietário ou lavrador.

Tristíssima herança foi essa que o Brasil recebeu, em 1822, ao declarar-se independente: a organização do trabalho, e mormente do trabalho ruarl, assentada sobre um crime, a escravidão da criatura humana.

O mal era grande, mas ainda se tornou maior com o desenvolvimento espantoso que tomou o tráfico por espaço de alguns anos. os ambiciosos pressentiram o perigo da proibição absoluta e tentaram todos os meios de iludir a convenção de 26 de novembro de 1826, que à luz de princípios sábios e humanitários o governo brasileiro celebrara com a Inglaterra no sentido de reprimir o asqueroso comércio.

No Brasil porém essa calamidade social provocou sempre protestos. A nossa primeira constituinte, no art. 254 do seu projeto de constituição, recomendava a emancipação lenta dos negros e sua educação religiosa e industrial. O grande José Bonifácio, patriarca da independência, em sua "Representação sobre a escravidão" propunha medidas tendentes a melhorar a condição do escravo e a conseguir-se gradativamente a abolição desse

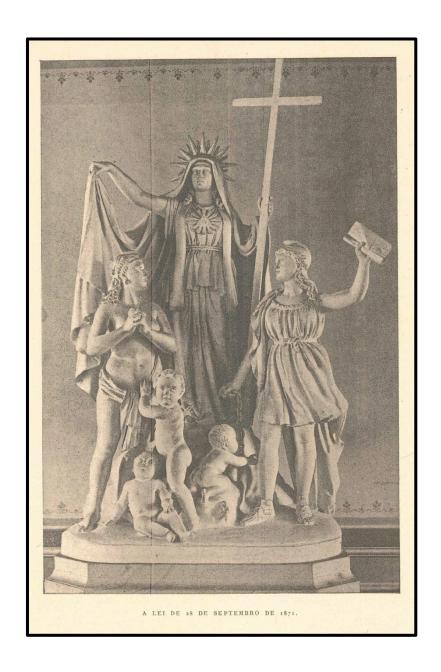
negregado regime. Outras vozes se juntaram depois a estas, condenando o abusivo contrabando.

Faltava apenas no poder um braço bastante forte para lutar com a onda de interesse mesquinho. Esse braço veio por fim; foi o do ministro da justiça Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, que soube executar com inquebrantável patriotismo a Lei de 4 de setembro de 1850.

Após dois anos de luta o hediondo tráfico foi aniquilado de vez.

Restava entretanto para alimentar a chaga social a reprodução do escravo existente. Foi a essa fonte que se dirigiu a sábia Lei de 28 de setembro de 1871, declarando livre todo o brasileiro que nascesse de mulher escrava dessa data em diante.

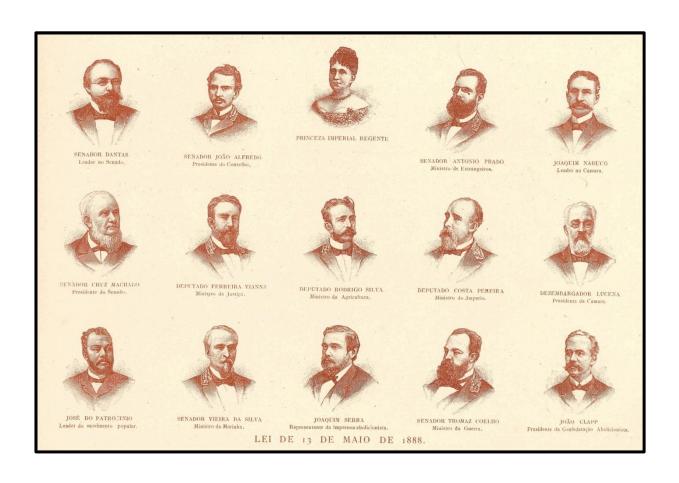
Fora gravíssima injustiça não consignar a este propósito o papel brilhantíssimo que na defesa dos são princípios representou João Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, então presidente do Conselho, e herói valentíssimo dessa campanha gloriosa. Foi este um dos louros mais virentes da sua brilhante coroa de estadista.



A LEI DE 13 DE MAIO DE 1888

A nossa estampa representa a página consagrada pelo lápis de Ângelo Agostini à lei que declarou extinta a escravidão no Brasil. As figuras que ele desenhou podemos entretanto acrescentar a de Joaquim Serra, cujo retrato tivemos a fortuna de encontrar, sendo infelizmente baldados os nossos esforços para conseguir os de André Rebouças, Gusmão Lobo, Luís Gama, Antônio Bento, João Cordeiro, João Ramos, José Bonifácio, Ferreira de Menezes, e outros abolicionistas representantes das diversas fases do movimento que terminou pela abolição da escravatura. O ato de 13 de maio pode-se dizer que assinala o ponto de partida do novo Brasil, que tem que se desenvolver contando com o trabalho livre e não mais, como o antigo, com o trabalho escravo, por natureza inferior, além de limitado e decadente pela força das coisas*.

^{*} Ver a nota anterior.



A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA (1889)

(Quadro a óleo por Henrique Bernardelli)

Foram de paz interna os últimos quarenta anos do reinado de D. Pedro II, mas essa paz foi antes um sintoma de desânimo do que fruto de prosperidade real e do bem-estar da nação.

Postas de parte as distintas qualidades pessoais do venerando chefe do Estado elevado ao trono em 1840, qualidades que os seus adversários políticos nunca negaram, a verdade é que faltou ao soberano alguma coisa para compreender as necessidades de um país pujante, novo e fadado a grandes destinos, e bem assim o vigor para conduzi-lo à satisfação dessas necessidades.

Já em 1869 o partido liberal, em um célebre manifesto provocado pelas tergiversações da política dominante, consignara este lema: *Reforma ou revolução!*.

Em 1870, descrentes da eficácia do regime inaugurado em 1822, alguns políticos mais ousados abandonaram os velhos arraiais e levantaram uma nova bandeira, constituindo o partido republicano, cujo manifesto notável tem a data de 3 de dezembro.

De então em diante não cessou de trabalhar na alma do povo a ideia democrática, fundando-se por toda a parte jornais e clubes de feição exclusivamente republicana.

Essa onda avolumou-se depois de 13 de maio de 1888 com o contingente dos escravistas despeitados e feridos em seus interesses. Por essa mesma época a grave enfermidade do imperador, afastando-o da direção efetiva dos negócios públicos, alentava as esperanças do partido antimonárquico.

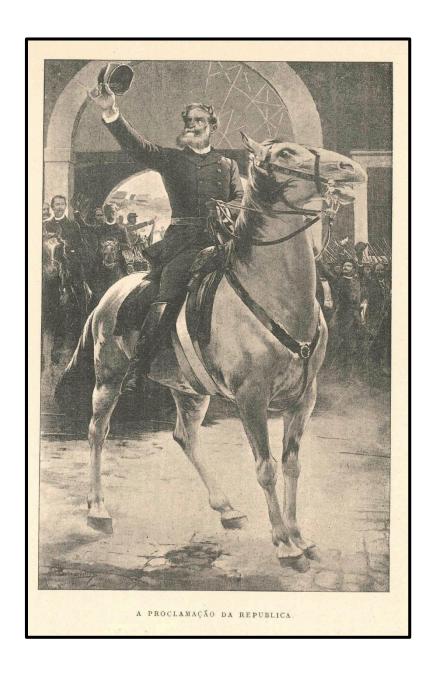
A propaganda redobrou pois de intensidade, invadiu escolas e quartéis, fez sobretudo prosélitos convictos e esclarecidos nas fileiras do exército, onde o Dr. Benjamin Constant pregara como um apóstolo os novos ideais.

Bastaram então algumas fagulhas para atear-se o incêndio.

Na manhã de 15 de novembro de 1889, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, à frente de parte da guarnição da capital, apresentou-se no Campo de Santana e, entrando no quartel-general do exército, onde se achava reunido o ministério, declarou-o demitido. Em seguida, voltando ao campo, proclamou a república, que foi saudada por uma salva de 21 tiros.

As classes militares aderiram sem discrepância a esta proclamação, e o país a consagrou com seu assentimento.

Estava consumada a integração republicana da América.



O JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA (1891)

(Quadro a óleo por Aurélio de Figueiredo, Palácio do Governo)

O governo provisório, ao encetar a sua tarefa, deu logo provas de querer que a nação entrasse no regime legal: por Decreto de 21 de dezembro de 1889 convocou uma assembleia constituinte para 15 de novembro de 1890, e marcou o dia 15 de setembro para a eleição dos membros desse congresso. Obedecendo ao mesmo intuito, nomeou a comissão incumbida de elaborar o projeto de constituição que tinha de ser submetido à constituinte como base de discussão. Essa comissão compôs-se dos Drs. Saldanha Marinho (presidente), Américo Brasiliense de Almeida Melo (vice-presidente) e Antônio Luís dos Santos Werneck, Francisco Rangel Pestana e José Antônio Pedreira Magalhães Castro (vogais).

A comissão entrou imediatamente em funções e pouco depois apresentou o seu projeto ao governo; este entretanto elaborou outro trabalho, que aliás não apresentava diferenças substanciais, mas que foi o que serviu de base às discussões da constituinte.

Esta assembleia compôs-se de 205 deputados e 63 senadores, de acordo com os decretos especiais de 22 de junho e 23 de outubro de 1890; reuniu-se em sessões preparatórias a 20 de novembro, e fez a sua sessão solene de abertura a 15 do mesmo mês, um anos exato após a revolução.

Os trabalhos da constituinte realizaram-se todos no Palácio de São Cristóvão, e foram dirigidos pelo Dr. Prudente de Morais, antigo e respeitado republicano paulista.

Na sessão de 22 o congresso elegeu uma comissão de 21 membros para dar parecer sobre o projeto de constituição apresentado pelo governo; esse parecer foi dado em 10 de dezembro e logo depois encetou-se a larga discussão, em que não poucos artigos do projeto sofreram modificação sensível.

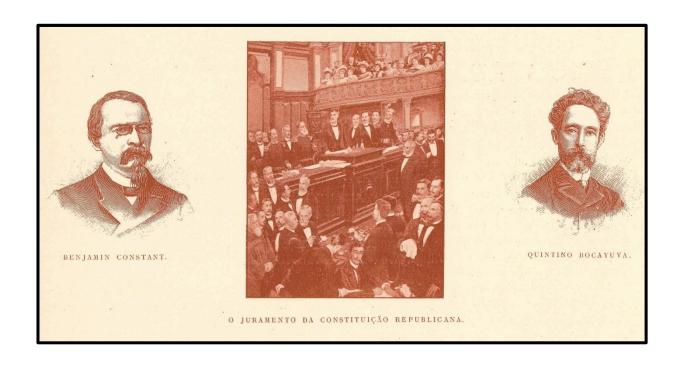
No dia 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, e em consequência de uma disposição provisória dessa lei fundamental, procedeu-se à eleição do presidente e do vice-presidente da república, que deviam servir até 15 de novembro de 1894.

Apuradas 234 cédulas, proclamou-se o seguinte resultado:

Presidente - Manoel Deodoro da Fonseca.

Vice-Presidente – Floriano Peixoto.

A 26 realizou-se a sessão de posse dos novos eleitos.



D. MANOEL (1495-1521)

(Gravura a buril por Cornélio Galleo)

A 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil.

De 1501 em diante algumas expedições portuguesas exploram a costa da nova terra e plantão padrões, a saber:

De 1501 a 1502, a de André Gonçalves que avista o Cabo de São Roque e toca no Cabo de Santo Agostinho, na Bahia de Todos os Santos, no Rio de Janeiro, em Angra dos Reis, São Vicente e Cananéia, além de outros pontos;

De 1503-4, a de Gonçalo Coelho e Vespúcio que avista Fernando de Noronha (?) e toca na Bahia e em Cabo Frio;

De 1505-6, a de D. Nuno Manoel, cujo roteiro é aliás objeto de dúvida.



D. JOÃO III (1521-1557)

(Gravura a buril por Cornélio Galleo)

Mais atento do que seu pai aos destinos da América. D. João III inicia a colonização do Brasil em 1534, dividindo-o em capitanias hereditárias, algumas das quais produzem o desejado fruto, a saber:

Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso de Sousa;

Capitania de Santo Amaro e Itamaracá, doada a Pero Lopes de Sousa;

Capitania do Espírito Santo, doada a Vasco Fernandes Coutinho;

Capitania de Porto Seguro, a Pero de Campos Tourinho;

Capitania de Ilhéus, a Jorge de Figueiredo Correa;

Capitania da Bahia de Todos os Santos, a Francisco Pereira Coutinho;

Capitania de Pernambuco, doada a Duarte Coelho;

Capitania do Ceará, doada a Antônio Cardoso de Barros;

Capitania do Maranhão, a João de Barros e Fernão Álvares de Andrade;

Capitania da Paraíba do Sul, a Pero de Góis da Silveira.

Em 1549 centraliza e unifica a administração da colônia, nomeando um governo geral do Brasil, com sede na Bahia; o primeiro titular é Tomé de Sousa, que ali chega a 29 de março.

Começa no mesmo ano a catequese dos índios pelos padres jesuítas, que chegam em número de seis, sob a direção de padre Manoel da Nóbrega.

Em 1552 é criado o bispado do Brasil, e vem por primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha.

Em 1555 tenta Nicolau Durand Villegaignon estabelecer-se no Rio de Janeiro.



D. SEBASTIÃO (1557-1578)

(Gravura a buril por G. L. F. Debrie)

Em 1560 Mem de Sá expele os franceses do Forte Coligny, no Rio de Janeiro.

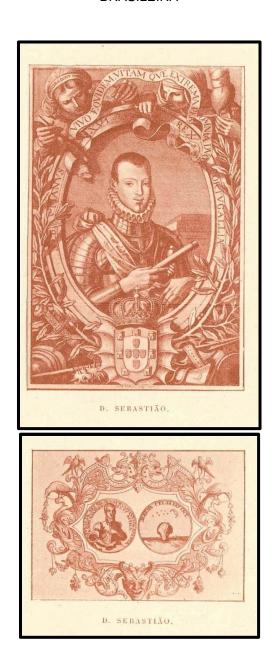
Em 1564 a intervenção dos jesuítas põe termo à grande confederação dos Tamoios, que ameaçava São Paulo e o Rio de Janeiro.

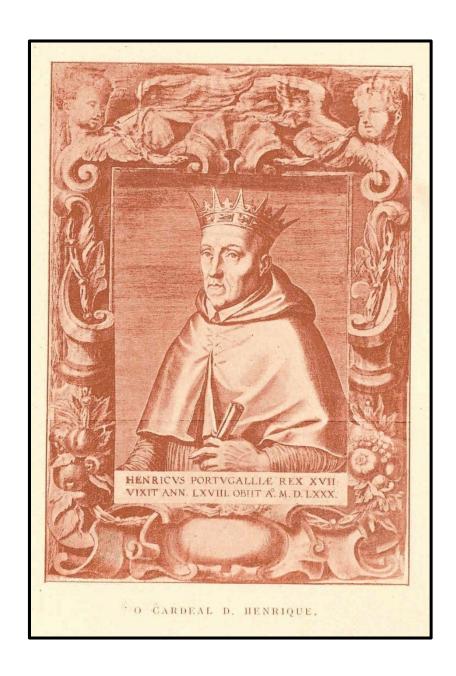
Em 1568 lança Salvador Correa de Sá os fundamentos da cidade do Rio de Janeiro, após a expulsão definitiva dos franceses em 1567.

Em 1572 é dividido o Brasil em dois governos gerais independentes um do outro – reforma que aliás só vigorou por 4 anos.

O CARDEAL D. HENRIQUE (1578-1580)

(Gravura a buril por C. Galleo)

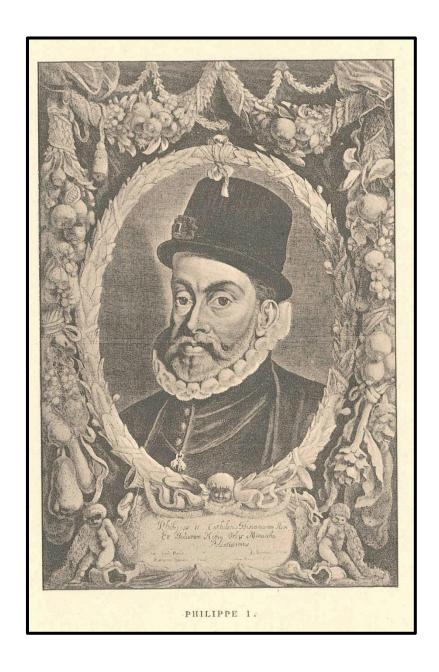




FELIPE I (1580-1598)

(Água forte por J. Suyderhoef)

Passando o Brasil ao domínio da Espanha, como colônia portuguesa, sofre as consequências da política da metrópole. Em 1585, 1588, 1591 e 1593 expedições inglesas assaltam Santos e Bahia, Espírito Santo e Olinda.



FELIPE II (1598-1621)

(Água forte por J. Suyderhoef)

Em 1612 chega ao Maranhão a expedição francesa de La Ravardière, que só três anos depois foi expulso do Brasil por Jerônimo de Albuquerque Coelho e Alexandre de Moura.

Em 1616 são lançados os fundamentos da cidade de Belém.



FELIPE III (1621-1640)

(Gravura a buril por P. Poncio)

Resolvem os holandeses a conquista do Brasil e, em 1624, começa a grande luta, com o ataque da Bahia, que foi tomada, e só no ano seguinte conseguiu expelir os invasores.

Em 1630 outra esquadra holandesa investe em Pernambuco, Recife e Olinda caem em seu poder. Pouco depois tentam assalto contra a Paraíba e, em 1634, apoderam-se de Natal.

Em 1637 chega ao Recife o príncipe Maurício de Nassau, cuja administração inaugura melhoramentos no Brasil holandês. O Ceará é também tomado.

Neste mesmo ano sobre Pedro Teixeira o Amazonas e chaga a Quito, no Peru, depois de penosa viagem; volta dali ao Pará em 1639.

Em 1º de dezembro de 1640 revolta-se Portugal contra o domínio espanhol e reassume a sua independência, aclamando rei o duque de Bragança, D. João.



D. JOÃO IV (1640-1656)

(Gravura a buril por F. Harrewin)

Não obstante a trégua feita entre Portugal e Holanda, continua no Brasil a guerra holandesa, reunindo os patriotas elementos para sacudir o jugo estrangeiro.

Em 1641 Nassau conquista Maranhão e Sergipe; mas dois anos depois é chamado à Holanda e com sua ausência cai em visível declínio a prosperidade do Brasil holandês. Em 1643 Maranhão e Ceará dão o sinal da liberdade.

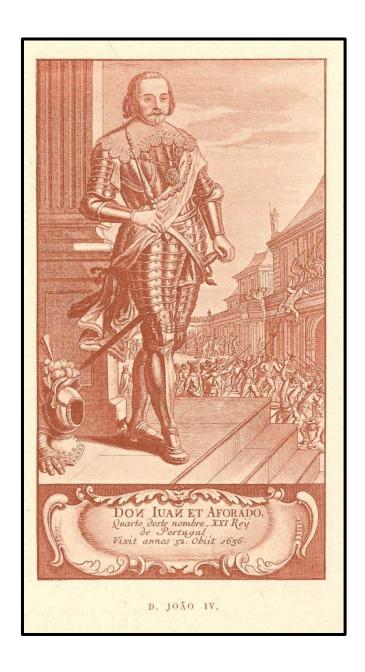
Em 1645, tramando-se em Pernambuco a grande conspiração contra os holandeses, acende-se mais viva a campanha de libertação do território. A 3 de agosto Fernandes Vieira derrota Henrique Huss no monte das *Tabocas*. A revolução alastra-se.

Em 1646 são os holandeses expulsos de Olinda.

Em 1648 Barreto Meneses destroça-os na primeira batalha dos *Guararapes* e, no ano seguinte, na segunda batalha do mesmo nome.

De 1650 a 1654 aperta-se o sítio do Recife, até que os holandeses capitulam.

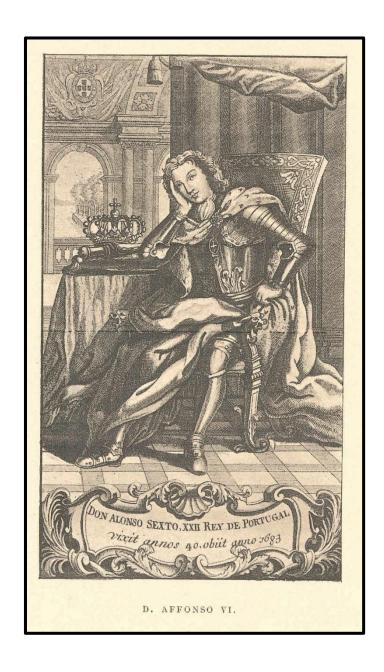
Em 1652 instala-se a Relação da Bahia.



D. AFONSO VI (1656-1667)

(Gravura a buril por F. Harrewin)

Em 1661 conclui-se entre Portugal e Holanda o tratado de paz e uma de suas cláusulas estabelece a restituição definitiva das províncias do Brasil e Portugal, obrigandose este a pagar à Holanda 4 milhões de cruzados. Este país fica também com o direito de comerciar livremente no Brasil.



D. PEDRO II – Regente (1667-1683), Rei (1683-1706)

Em 1667 estabelece-se uma armada para comboiar os navios mercantes que do Brasil saíam para Portugal.

Em 1676 é elevada a arcebispado a diocese da Bahia e são criados os bispados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.

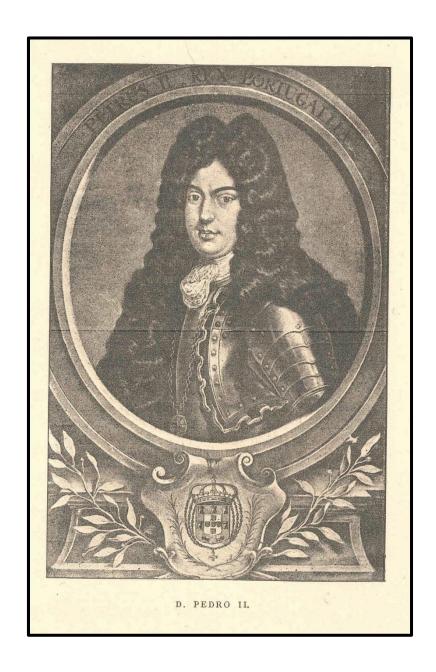
Em 1680 D. Manoel Lobo, governador do Rio de Janeiro, funda a Colônia do Sacramento, no Rio da Prata.

Em 1684 rebenta no Maranhão uma revolta provocada pelas medidas violentas do governador contra os pobres moradores e colonos, vítimas do monopólio concedido à "Companhia de Comércio do Estado do Pará e Maranhão". Manoel Beckmann e o velho Jorge de Sampaio Carvalho pagam com a vida, em 1685, a sua rebelião.

Em 1690 começam as grandes peregrinações dos paulistas pelo interior do país; as bandeiras perlustram e esquadrinham os sertões; são descobertas as minas de Sabará.

Em 1697 os bandeirantes fundam a povoação de Vila Rica (depois Ouro Preto), centro de grandes minerações de ouro.

No mesmo ano o governo de Pernambuco extermina o poderoso quilombo de Palmares.



D. JOÃO V (1706-1750)

(Gravura DE Christ. Engelbrecht)

Os franceses atacam por duas vezes a cidade do Rio de Janeiro, em 1710 e 1711. Da primeira vez a expedição, comandada por C. Duclerc, encontra vigorosa resistência e sofre tremenda derrota; da segunda vez, o almirante Duguay-Trouin, à frente de poderosa esquadra, força a entrada do porto e toma a cidade, que cede ao inimigo boa prsa e um alentado resgate.

Em 1713 [e em 1715] o Tratado de Utrecht regula as questões de limites do Brasil, ao sul com as possessões espanholas, ao norte com a Guiana Francesa.

Progride nesse interim a exploração do interior e a mineração desenvolve-se.

Em 1719 é criado o bispado do Pará; em 1720 o distrito das Minas é elevado à categoria de capitania; em 1721 chegam os paulistas a Cuiabá; em 1726 Bartolomeu Bueno descobre as minas de Goiás; em 1729 é encontrado em Serro Frio o primeiro diamante brasileiro.

Em 1735 defende Vasconcelos bravamente a Colônia do Sacramento, atacada pelos espanhóis.

Em 1746 são criados os bispados de São Paulo e Minas.

A 13 de janeiro de 1750 conclui-se entre Portugal e Espanha um tratado que fixa definitivamente os limites das respectivas possessões deste lado do Oceano.



D. JOSÉ I (1750-1777)

(Gravura a buril por Gallard)

Em 1751 é criada uma Relação no Rio de Janeiro.

Trata-se logo depois de executar o Tratado de 1750, e Gomes Freire de Andrade (depois conde de Bobadela), nomeado para esta missão do lado sul. Surgem todavia graves obstáculos opostos pelas populações, faz-se preciso o emprego da força e a demarcação não chega ao seu termo.

Em 1755 Sebastião José de Carvalho e Melo (depois conde de Oeiras e marquês de Pombal), o grande e imortal ministro, cuida seriamente da sorte do Brasil, e um dos seus primeiros atos é restituir a liberdade aos índios do Pará e do Maranhão; em 1758 esta disposição é estendida a todos os índios do Brasil.

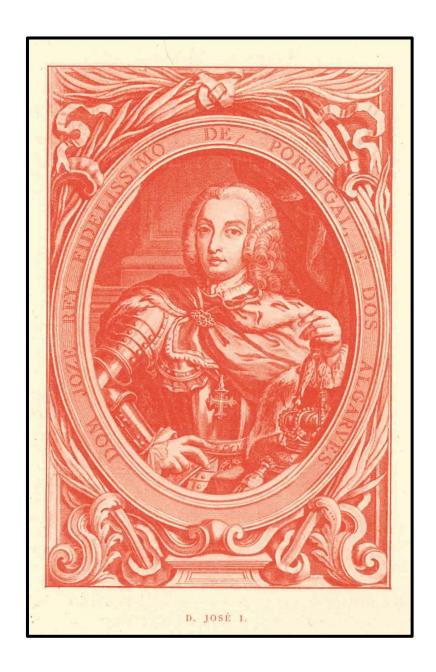
Em 1759 são expulsos os padres jesuítas de Portugal e seus domínios.

Em 1762 tomas os espanhóis a Colônia do Sacramento, a qual no ano seguinte, em virtude de outro tratado, é devolvida a Portugal.

Em 1763 é transferida para o Rio de Janeiro a sede da capital do Brasil, sendo seu primeiro vice-rei o conde da Cunha.

Em 1772 celebra-se a sessão pública da *Academia Científica do Rio de Janeiro*, primeira associação literária aqui estabelecida e amparada pelo marquês de Lavradio.

Em 1774 manda Pombal abrir escolas regulares nas diversas capitanias.



D. MARIA I (1777-1792)

(Gravura a buril por J. B. de Palomino)

Em 1777 a esquadra espanhola de Ceballos toma Santa Catarina e a Colônia do Sacramento. Nesse mesmo ano celebra-se o Tratado de Santo Ildefonso, que reforma as estipulações do de 1750 quanto aos limites do Brasil no sul e desta vez passa a Colônia do Sacramento para o domínio da Espanha.

Em 1778 Santa Catarina é restituída a Portugal.

Em 1789 rebenta e Minas a *Inconfidência Mineira*; os conjurados são presos e processados e, em 1792, sobe ao cadafalso o glorioso Tiradentes, que sonhara com a independência pátria.



D. JOÃO VI – Regente (1792-1816), Rei (1816-1821)

Em 1807 a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão incita o regente a refugiar-se no Brasil. Parte de Lisboa a esquadra com a família real portuguesa.

Em 1808 chega D. João ao Rio de Janeiro, e aqui estabelece o governo.

Nesse mesmo ano abrem-se os portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro); fundam-se a Tipografia Régia, a Academia de Marinha, o Tribunal de Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens; a Relação do Rio de Janeiro é elevada à Casa de Suplicação.

Em 1809 as tropas portuguesas tomam Caiena.

Em 1810 é criada a Academia Militar, em 1811 a Relação do Maranhão, em 1814 a Real Biblioteca do Rio de Janeiro, e, em 1818, o Museu Nacional.

Em 1814 conclui-se o primeiro Tratado de Paris e, em virtude dele, a Guiana é restituída aos franceses.

Em 1815 (16 de dezembro) o Brasil é elevado à categoria de reino, unido aos de Portugal e Algarves.

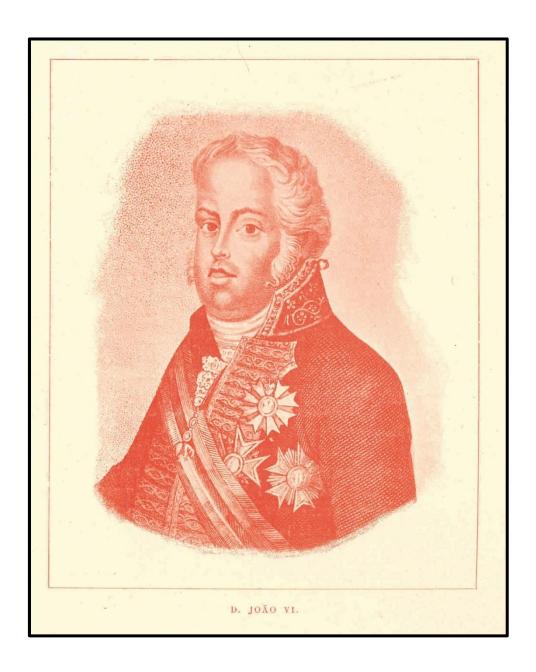
Em 1816 começa a campanha do sul, que se conclui no ano seguinte com o triunfo completo das armas portuguesas. Os nossos ocupam Montevidéu, Colônia e Maldonado.

Em 1817 rebenta em Pernambuco um movimento revolucionário capitaneado por Domingos José Martins. O governo central abafa-o, depois da derrota de Ipojuca, e afoga em sangue a tentativa de independência.

De 1818 a 1820 recomeçam as lutas no sul.

Em 1820 alçam o colo em Portugal as ideias liberais e o povo reclama uma constituição. Este movimento repercute no Brasil: no Pará, em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro. Nesta capital o governo cede às exigências da opinião; D. João aprova em 1821 a constituição que fizessem as Cortes em Portugal e manda proceder à eleição dos deputados brasileiros à constituinte de Lisboa.

Reconhece o rei entretanto a necessidade de partir e, a 26 de abril, sai do Rio de Janeiro, com destino a Lisboa, deixando seu filho, D. Pedro, como regente do Brasil.



D. PEDRO I – Regente (1821-1822), Imperador (1822-1831)

(Estátua em bronze por L. Rouchet)

A 31 de julho de 1821 incorpora-se Montevidéu ao Brasil sob a denominação de "Província Cisplatina".

As Cortes portuguesas em Lisboa tentam entretanto reduzir o Brasil ao antigo estado colonial, abolindo os tribunais e privilégios adquiridos, dando ordem a D. Pedro para voltar para a Europa, nomeando governadores de armas para as províncias.

Os ânimos no Brasil exasperam-se, o protesto é geral; acodem ao príncipe representações pedindo-lhe que não regresse.

Em 1822 (9 de janeiro) D. Pedro responde à petição do povo levada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, dizendo: "Fico". A 15 de fevereiro a divisão portuguesa é forçada a embarcar para Lisboa.

Em março vai o príncipe a Ouro Preto; a 13 de maio aceita o título de "Defensor Perpétuo do Brasil"; a 3 de junho convoca uma assembleia constituinte; a 14 de agosto parte para São Paulo.

A 7 de setembro de 1822, ao voltar de Santos, junto ao Ipiranga, recebeu D. Pedro novos despachos de Lisboa, terminantes, incisivos.

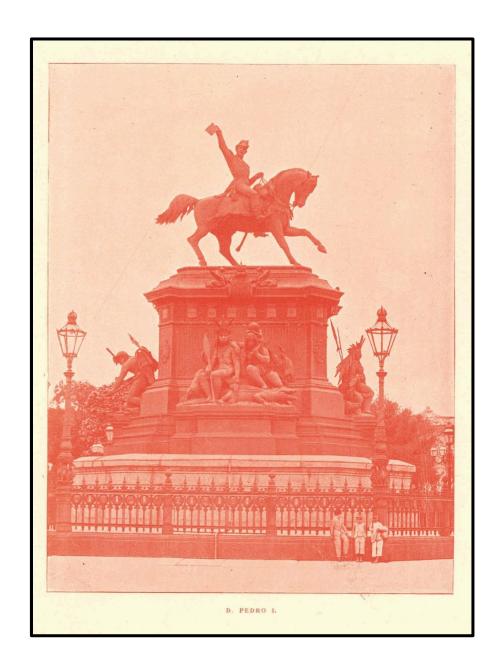
Nesse momento toma a resolução suprema e declara aos que o cercam: " \acute{E} tempo... Independência ou morte! Estamos separados de Portugal".

A 15 de setembro entra no Rio de Janeiro, a 12 de outubro é aclamado "Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil"; a 1º de dezembro realiza-se a sua sagração e coroação.

Em 1823 (2 de julho) evacuam as tropas portuguesas na Bahia, após a capitulação do general Madeira, e as mais províncias aderem à causa da independência.

A 3 de maio desse ano abre-se a constituinte brasileira, mas a 12 de novembro o imperador dissolve-a violentamente e deporta alguns dos patriotas mais eminentes dessa augusta assembleia.

A 25 de março de 1824 é jurada solenemente a Constituição Política do Império, que fora redigida por uma comissão especial de dez membros.



OS REGENTES – Regência Trina (1831-1835)

Conhecida a abdicação de D. Pedro I, elege-se logo uma regência provisória, que é substituída a 18 de junho de 1831 pela regência permanente composta do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, de José da Costa Carvalho e de João Bráulio Muniz.

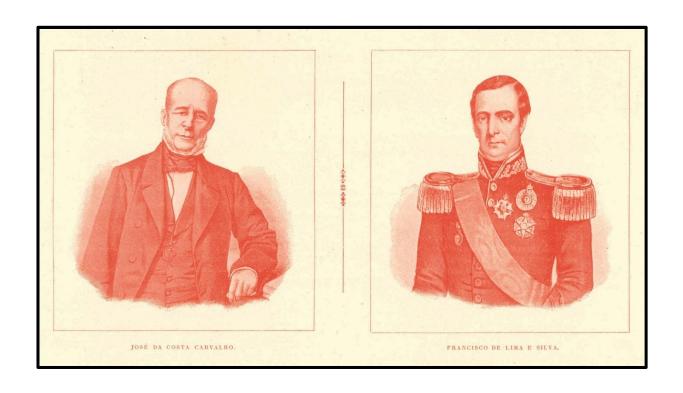
Este período vai até 1835.

É criada a guarda nacional, organizam-se o Tesouro e as Tesourarias provinciais; em 1832 são reformadas as academias de medicina, é sancionado o Código do Processo Criminal e organizado o poder judiciário.

Em 1833 o poder legislativo promulga o *Ato adicional*, que modifica a Constituição Política do Império.

De 1832 a 1835 a revolta dos "Cabanos" perturba seriamente os ânimos em Pernambuco; no Pará a revolta do "Vinagre" produz cenas lutuosas; no Maranhão, no Ceará, em Mato Grosso e em Minas reproduzem-se estes motins mais ou menos graves; no Rio de Janeiro a luta dos partidos e a indisciplina militar exigem do governo medidas enérgicas.

Em todas estas emergências revela grande capacidade o padre Diogo Feijó, ministro da justiça.

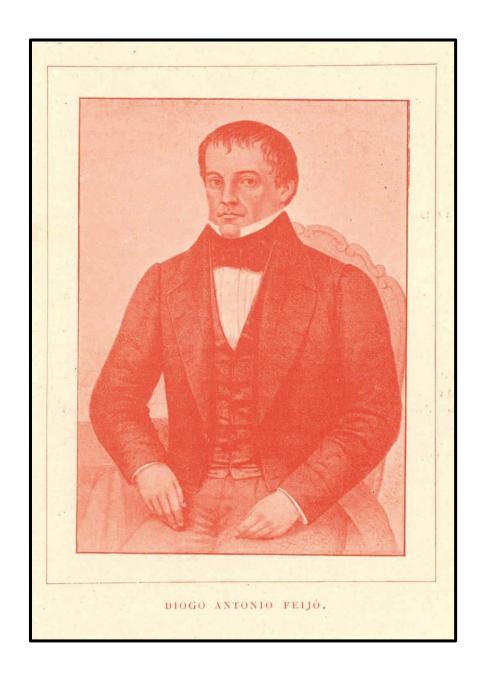


DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ (1835-1837)

A 7 de abril de 1835 procede-se à eleição do regente do império, de acordo com o *Ato Adicional*, e é eleito Feijó.

Rebenta a 20 de setembro de 1835 a revolução no Rio Grande do Sul, capitaneada por Bento Gonçalves da Silva. O governo central não consegue abafá-la e o regente, desgostoso por esta e outras causas, resigna o poder nas mãos do ministro do império, Pedro de Araújo Lima, a 19 de setembro de 1837.

Nesse mesmo ano é pacificada a província do Pará pelo brigadeiro Soares de Andréa.



PEDRO DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

A 7 de novembro de 1837 estala na Bahia a "Sabinada", movimento sedicioso dirigido pelo Dr. Sabino Álvares da Rocha Vieira, e que é sufocado em março do ano seguinte.

No Maranhão irrompe a revolta dos "Balaios", perturbando a paz, que só foi restabelecida em 1841.

A guerra civil no Rio Grande do Sul continua sem resultados decisivos.

Estas constantes agitações suscitam profundo desgosto, e tiram ao governo da regência a necessária força moral: daí o projeto de declarar maior o imperador D. Pedro II antes da idade marcada pela constituição.

A proposta surge na Câmara dos Deputados a 20 de julho de 1840; o governo pretende opor-se-lhe, mas D. Pedro aceita-a; a Assembleia reúne-se a 23 e, nesse dia, é proclamado maior o segundo imperador.

Também em 1824 rebenta em Pernambuco a revolução chefiada por Manoel de Carvalho Paes de Andrade que, aliciando adesões, proclamou a "Confederação do Equador".

Este movimento foi barbaramente sufocado.

Em 1825 reconhece Portugal a independência do Brasil. Nesse ano reacende-se a campanha do sul, com a sublevação de Lavalleja, e a luta

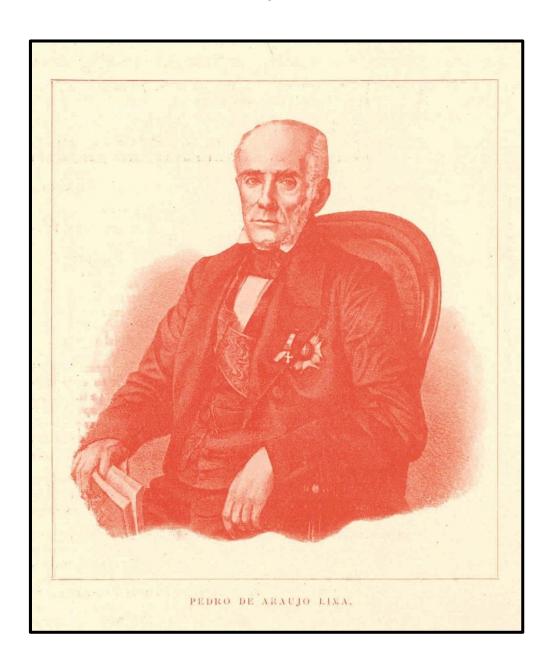
continua com sorte vária até 1828, quando por tratado formal perde o Brasil a Cisplatina, constituída em república independente (Banda Oriental).

Em 1826, morto D. João VI, o imperador abdica a coroa de Portugal em sua filha D. Maria da Glória.

O governo voluntarioso de Pedro I já suscitara porém profundos desgostos no país. havia exacerbação nos ânimos e não se faziam reservas no manifestála: a viagem à Minas em 1830 demonstrou-o bem.

Em março de 1831 surge grave tumulto na capital entre portugueses e exaltados. O imperador nomeia um ministério impopular; o povo protesta. D. Pedro recusa-se a ceder, e vendo a tropa amotinada, resolve abdicar no dia 7 de abril.

A 13 parte para a Europa na fragata inglesa *Volage*, deixando no Rio de Janeiro seus filhos.



D. PEDRO II (1840-1889)

Assumiu o segundo imperador o governo no dia 23 de julho de 1840; a 18 de agosto de 1841 foi sagrado e coroado com a devida solenidade. Eis os fatos capitais deste longo reinado:

- a 22 de agosto de 1840 anistia geral para todos os crimes políticos;
- em 1842 as revoluções de São Paulo e Minas, provocadas pelas leis de 1841 e sufocadas pelo barão de Caxias;
 - em 1845 a pacificação do Rio Grande do Sul;
- em 1848 e 1849 a revolta *Praieira* em Pernambuco, capitaneada por Joaquim Nunes Machado, que foi uma das suas vítimas, e abafada pela energia do desembargador Vieira Tosta e do brigadeiro José Joaquim Coelho;
- em 1851-1852, a Guerra contra Oribe e Rosas, coroada pela vitória de *Montecaseros;*
- em 1862, a questão anglo-brasileira, mais conhecida pelo nome de Questão Christie, provocada por este ministro, que entendeu exigir do Brasil indenizações indébitas e não duvidou mandar capturar navios brasileiros em nossas águas. Este conflito foi decidido pelo laudo do rei dos belgas a 18 de junho de 1863;
- em 1864 a campanha do Estado Oriental e a subsequente Guerra do Paraguai de 1865 a 1870, empenhos de honra para o pendão brasileiro e porfiada

luta em que de princípio ao fim se fez sentir a atividade e o interesse patriótico do imperador;

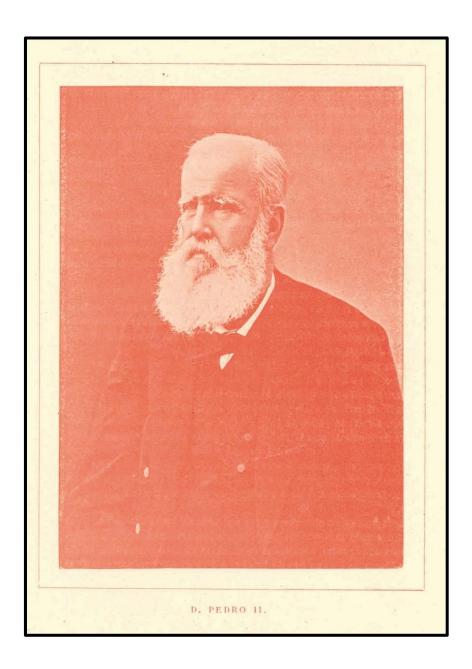
- em 1870 e 1871 os trabalhos preparatórios para a lei do elemento servil de 28 de setembro;
- em 1873 a chamada Questão Religiosa, em que o governo, imbuído das doutrinas regalistas do padroado, abriu conflito com os dois ilustres prelados de Pernambuco e do Pará, D. Vital de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa, os quais, no exército de sua função episcopal, haviam lançado interdito sobre algumas irmandades. Instaurou-se-lhes processo, e o Tribunal condenou em 1874 os dois bispos a 4 anos de prisão, que todavia não cumpriram totalmente, porque o governo os anistiou a 17 de setembro de 1875;
- em 1877, a Questão Militar, provocada pelas repreensões passadas em ordem do dia ao coronel Cunha Matos e ao tenente-coronel Madureira, por haverem respondido pela imprensa a um membro da Câmara dos Deputados. O governo negou-se a trancar as notas como decidira o Supremo Conselho Militar, e isto agitou por tal forma o exército, que foi preciso ao ministério ceder.

Pertencem a este período inúmeros melhoramentos do país em matéria de viação, correios, telégrafos, bancos, instrução primária, secundária, superior e técnica – reformas importantes de estabelecimentos públicos, criação de outros, etc.

D. Pedro II fez duas viagens ao Rio Grande do Sul e uma às províncias do norte, mas não visitou todas as províncias do império. Por três vezes ausentou-

se do Brasil: em 1871, 1876 e 1887, sendo esta última viagem motivada pela grave enfermidade de que veio a falecer.

Deposta a monarquia, D. Pedro embarcou para a Europa no dia 17 de novembro de 1889; morreu em Paris no dia 5 de dezembro de 1890.



A PRINCESA REGENTE (1871-1872; 1876-1877; 1887-1888)

Por três vezes foi chamada a princesa imperial D. Isabel ao exercício das funções majestáticas: em 1871, quando o imperador D. Pedro II fez sua primeira viagem a países estrangeiros; em 1876, quando o mesmo imperador foi assistir a Exposição Internacional da Filadélfia, nos Estados Unidos; e em 1887, quando ele, por enfermo, se ausentou do Brasil por alguns meses.

Dois fatos notáveis assinalaram o primeiro e o último desses períodos regenciais:

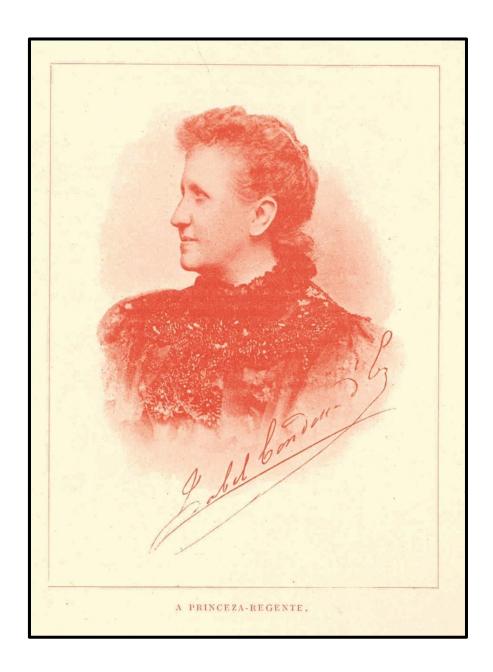
- 1º A Lei de 28 de Setembro de 1871, cujo mérito cabe aliás aos beneméritos estadistas que a prepararam e ao imortal visconde do Rio Branco, que a defendeu com toda a pujança de seu talento.
- 2º A Lei da abolição da escravatura. A ideia emancipadora fizera grande caminho desde a decretação do ventre livre em 1871. Não tardou a sentir-se que esta medida humanitária era de consequências morosas, e que a dignidade da nação brasileira não se compadecia com a manutenção dessa chaga social que havíamos infelizmente herdado do regime colonial. Nos clubes, nas gazetas, no próprio parlamento pregava-se com entusiasmo a necessidade de uma reforma radical.

O êxodo de escravos, a decisão de algumas províncias, a recusa dos militares, que se negaram ao papel ignominioso de capitães do mato – tudo isso precipitou, em 1888, os acontecimentos e levou ao espírito da princesa regente a

convicção de que não era mais lícito procrastinar o golpe. Aceitando a demissão do gabinete Cotegipe, chamou aos conselhos da coroa o senador João Alfredo, que aceitou o programa abolicionista completa e incondicional, tal qual ela o desejava.

E o parlamento votou por entre flores e aclamações a áurea lei de 13 de maio, que foi uma das mais belas páginas da história brasileira.

Na terra da Santa Cruz foram todos homens livres desde esse dia memorável.



MANOEL DEODORO DA FONSECA – Chefe do governo provisório (1889-1891), Presidente da República (1891)

Nasceu Manoel Deodoro da Fonseca na província das Alagoas em 5 de agosto de 1827.

Seus honrosíssimos precedentes militares na Guerra do Paraguai, sua atitude franca no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro em 1887, por ocasião da questão Cunha Matos e Madureira, em que o governo do império se viu obrigado a ceder ante as exigências da classe militar, perdendo aliás força moral e confiança aos olhos do povo — estas circunstâncias reunidas davam-lhe a posição proeminente em que os sucessos de 1889 o vieram encontrar.

Deliberado o movimento republicano nos primeiros dias de novembro desse ano, todo o esforço convergiu para obter de Deodoro que se pusesse à frente dele, como garantia de êxito. E o marechal aceitou a missão, por entender que acima dos seus sentimentos pessoais estava o dever de patriota e de soldado.

Proclamada a república na manhã de 15 de novembro de 1889, Deodoro, assumindo a direção dos negócios, compôs o seu governo e iniciou a administração com o vigor que as circunstâncias exigiam.

Foram seus primeiros ministros: Aristides Lobo, do interior; Campos Sales, da justiça; Quintino Bocaiúva, de estrangeiros; Rui Barbosa, da fazenda; Demétrio Ribeiro, da agricultura; Benjamin Constant, da guerra; e Eduardo Wandenkolk, da marinha.

Demétrio Ribeiro foi pouco depois substituído por Francisco Glicério, Aristides Lobo por Cesário Alvim, e Floriano Peixoto assumiu a pasta da guerra, por ter Benjamin Constant passado para o ministério de instrução pública, correios e telégrafos, que se criou.

Graves divergências com Deodoro privaram-no a 20 de janeiro de 1891 do concurso destes auxiliares, que deram então a sua renúncia coletiva.

À frente do novo ministério foi posto o barão de Lucena.

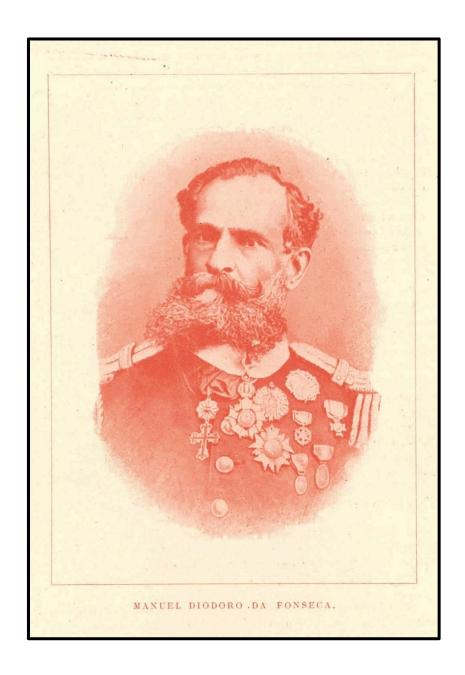
A 25 de fevereiro de 1891 foi o marechal eleito 1º Presidente da República, de acordo com as disposições da constituição que na véspera se promulgara.

A política do governo constitucional não tardou a toldar os horizontes. O Congresso, em atitude hostil ao chefe do Estado e usando de represálias não lhe poupou demonstrações de desconfiança. O governo por sua parte não cedeu, o conflito agravou-se e as coisas chegaram ao último extremo: por decreto de 3 de novembro de 1891 foi dissolvido o Congresso.

Este golpe de Estado tomou de surpresa o país, mas não se demorou a reação contra a ditadura.

A conspiração tramada pelos congressistas pôs em campo a revolução de 23 de novembro, e o marechal Deodoro, reconhecendo que lhe faltava o apoio dos estados e até o de boa parte da força armada, resignou o poder nesse dia.

Recolhido à vida particular, faleceu a 23 de agosto de 1892.



FLORIANO PEIXOTO (1891-1894)

Nasceu na província das Alagoas a 30 de abril de 1839. Seguindo a carreia das armas foi também oficial distinto na campanha do Paraguai e, a 15 de novembro de 1889, quando se proclamou a república, era brigadeiro e ajudantegeneral do exército. Neste posto de confiança permaneceu até ser chamado para a pasta da guerra no governo provisório, quando Benjamin Constant se transferiu para a da instrução pública.

A constituinte elegeu-o, a 25 de fevereiro de 1891, Vice-Presidente da República, mas Floriano Peixoto nunca presidiu as sessões do Senado.

A 23 de novembro desse ano, triunfante a revolução que se levantara contra o golpe de Estado, assumiu ele o governo, chamando para seus ministros:

José Higino Duarte Pereira, justiça; Rodrigues Alves, fazenda; Antão de Faria, agricultura; Palleta, exterior; José Simeão, guerra; e Custódio de Melo, marinha.

A 28 do mesmo mês foi substituído Palleta por Fernando Lobo, e mais tarde numerosas foram as modificações feitas neste ministério.

Tendo sido adotado o alvitre de levar a suas últimas consequências o triunfo da revolução de 23 de novembro, passaram a ser sucessivamente depostos nos estados os governadores que haviam aderido ao ato ditatorial do Presidente Deodoro.

Surgindo pouco depois a questão se ao Vice-Presidente cabia o direito de preencher o resto do período presencial, publicaram treze generais um manifesto reclamando nova eleição. Floriano Peixoto reprimiu violentamente esta manifestação com a reforma dos generais, decretada a 7 de abril de 1892.

Outra manifestação realizada a 10 de abril por um grupo de oposicionistas, deu ocasião à prisão de alguns e ao desterro de outros para o extremo-norte da república, sem forma de processo.

No Rio Grande do Sul o governo central apoiou francamente, em junho de 1892, a volta ao poder de Júlio de Castilhos, que, aliás, aderira à ditadura de Deodoro; este fato levantou naquele estado a revolução *federalista*, que se pôs em campo em fevereiro de 1893. O marechal Floriano auxiliou nesta conjuntura o presidente do Rio Grande, e com este procedimento provocou profundos ressentimentos que contribuíram para a revolta da esquadra a 6 de setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro.

Nesta gravíssima situação, o Vice-Presidente da República desenvolveu uma tenacidade rara que lhe conquistou adesões entusiásticas. Os revoltosos da esquadra, esgotados os recursos, abateram as armas no dia 13 de março de 1894, no Rio de Janeiro, e a 16 de abril, no porto do Desterro.

Com estes sucessos, e continuando sempre a guerra civil no Rio Grande do Sul, ocorreram agitadíssimos os últimos tempos do período presidencial que findou a 15 de Novembro de 1891.

O marechal Floriano faleceu a 29 de junho de 1895, numa fazenda próxima à estação da Divisa, no estado do Rio de Janeiro.



PRUDENTE DE MORAIS (1894-1898)

Prudente José de Morais e Barros nasceu em Itu, a 4 de outubro de 1841.

Bacharel em Direito, advogado, antigo deputado provincial, deputado geral em 1885, foi desde 1879 um dos chefes proeminentes do partido republicano paulista. Proclamada a República em 1889, fez parte da junta governativa naquele estado, e foi depois seu governador até vir, em 1890, para a constituinte, que o elegeu seu presidente e cujos trabalhos dirigiu com suprema correção.

Em 1894 foi eleito Presidente da República, e a 15 de novembro assumiu as funções deste cargo.

Na melindrosíssima situação em que encontrou o país, agitado ainda por paixões incandescentes e a braços com a revolução do Rio Grande, foi das mais difíceis a sua missão.

A 16 de março de 1895 conseguiu reatar as relações diplomáticas do Brasil com Portugal, que se haviam rompido em maio do ano anterior, por causa dos sucessos da revolta da esquadra.

Pouco depois, desejando estancar o sangue que corria nas campinas do sul, enviou ao Rio Grande o general Galvão de Queirós com instruções de paz, e este emissário lavrou a 23 de agosto com o general Silva Tavares o acordo que pôs termo à guerra civil.

A ocupação da Ilha da Trindade pelos ingleses nesse mesmo ano obrigou o governo a uma enérgica discussão diplomática que trouxe felizmente o reconhecimento do nosso direito e a subsequente retirada do invasor em 1896.

Outro conflito do mesmo gênero surgiu em maio de 1895 no Amapá, onde uma força da marinha francesa cometeu excessos contra brasileiros em território por estes ocupado. O litígio diplomático então suscitado teve desfecho honroso para nossa bandeira e celebrou-se o tratado preliminar de 10 de abril de 1897, que submeteu a velha questão de limites à decisão arbitral do presidente da Confederação Suíça.

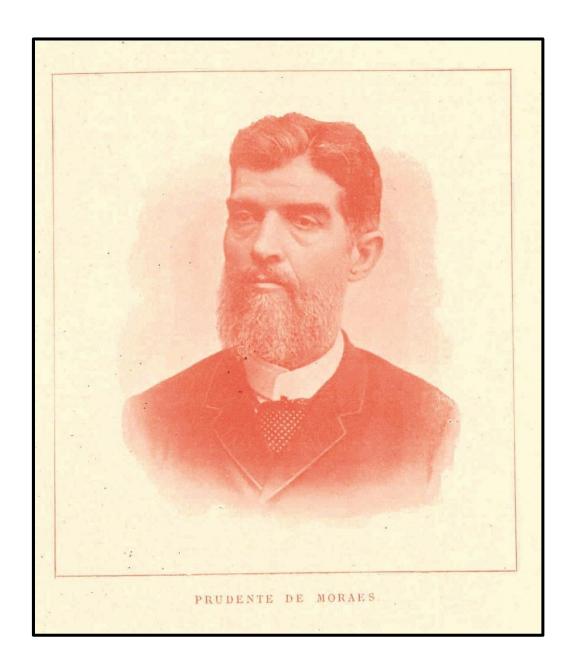
No sertão da Bahia e no arraial denominado Canudos, um numeroso grupo de sertanejos fanáticos, dirigidos por Antônio Vicente Mendes Maciel (*Antônio Conselheiro*), obrigou o governo a intervir com energia. Três expedições haviam sido por eles destroçadas ou repelidas. Fez-se necessário organizar um exército contra os insurgentes, os quais, afinal atacados eficazmente e assediados de 25 de junho até 5 de outubro de 1897, depois de renhidos combates e de uma luta desenfreada, foram totalmente aniquilados.

No dia 5 de novembro desse ano o anspeçada Marcelino Bispo de Melo, instrumento de uma conspiração, atentou no Arsenal de Guerra contra a vida do Presidente da República, e assassinou o marechal Machado Bitencourt, ministro da guerra, que acudira em defesa do chefe do Estado; este saiu felizmente incólume da agressão.

Instaurou-se o devido processo, sendo afinal condenados pelo júri alguns dos indivíduos mais comprometidos no crime; Marcelino, depois de graves revelações, suicidara-se na prisão.

O Dr. Prudente de Morais, por enfermo, passou o governo ao Vice-Presidente da República Dr. Manoel Vitorino Pereira a 10 de novembro de 1896; mas logo que se restabeleceu voltou em março de 1897 ao exercício do cargo.

No dia 15 de novembro de 1898 entregou as rédeas da administração a seu sucessor e, a 19 do mesmo ano, partiu para São Paulo, recebendo nessa ocasião, por parte do povo fluminense, uma das mais entusiásticas e comoventes ovações de que há notícia.



CAMPOS SALES (1898-1902)

Manoel Ferraz de Campos Sales nasceu em Campinas a 13 de fevereiro de 1841.

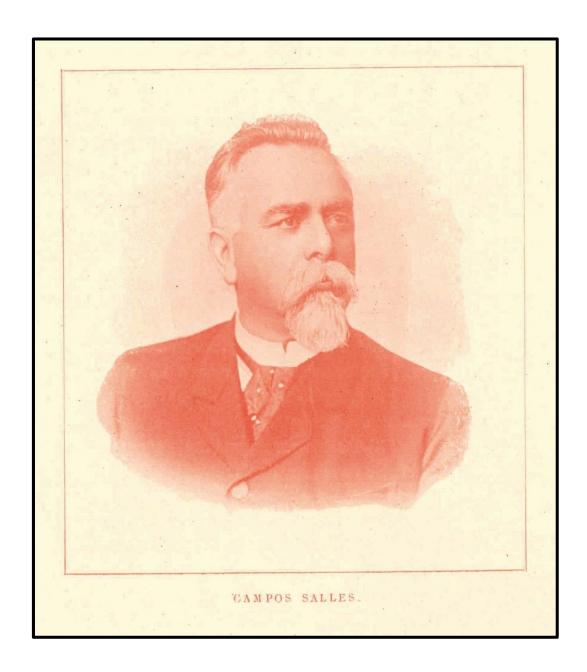
Bacharel em direito, antigo deputado provincial, deputado geral em 1885, era também desde 1870 um dos próceres da propaganda republicana em São Paulo.

Quando a 15 de novembro de 1889 se mudou o regime político no nosso país, foi logo chamado a fazer parte do governo provisório da nascente república, e aí ocupou a pasta da justiça.

Mais tarde senador pelo seu estado, e presidente dele, foi eleito Presidente da República para o período de 1898 a 1902.

A 15 de novembro de 1898 tomou posse do cargo, amparado pelo voto da grande maioria da nação e alvo de fundadas esperanças.

Encontrando a república em perfeita paz e firmado o predomínio da lei, o ponto capital de seu programa é a reorganização financeira do país.



PAZ E CONCÓRDIA

(Quadro de Pedro Américo)

Paz e concórdia! Eis o grande e generoso lema da nossa bandeira ao alvorecer do novo século, que aí chega para o Brasil, cheio de esperanças e promissor de frutos abençoados.

Como epílogo da brilhante galeria histórica, que o leitor patriota acaba de percorrer, nenhum pensamento se pudera enunciar mais digno de sintetizar o programa de uma nação americana ou de guiar os passos de um povo livre ao cabo de quatro séculos de existência acidentada.

Atravessamos todas as fases sociais.

Colônia, lutamos com a própria grandeza do território, com a ignorância e selvatiqueza dos íncolas, com a ambição dos aventureiros que pretenderam disputar-nos a posse da terra, com os processos quiçá incoerentes do velho sistema colonial da metrópole.

Império, conquistamos a autonomia política e preparamos a organização social, que devia dar-nos todos os benefícios da civilização e o progresso das artes, da indústria, da ciência e das letras, o desenvolvimento harmônico, ainda que lento, das forças vivas da nação.

República, alçamos pro fim o voo aos páramos da democracia mais ampla, buscando na descentralização administrativa e na extinção de todos os privilégios o estímulo poderoso da iniciativa individual que opera prodígios.

Nessa derradeira fase, como nas que a precederam, pagamos o tributo doloroso da inexperiência e da precipitação, errando por vezes a derrota, sangrando os pés nas urzes da estrada.

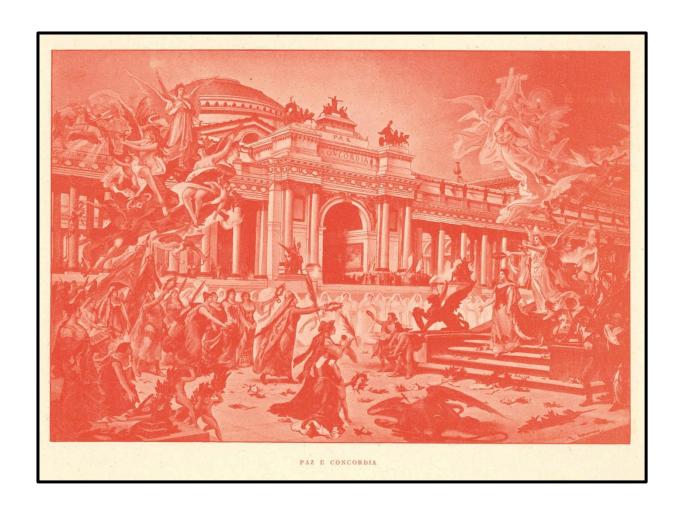
É chegado o tempo de enveredarmos afoitos, corajosos, confiantes, pelo caminho largo da prosperidade e da grandeza.

Tomando por dogma inviolável a unidade nacional, e por guias constantes a virtude e o trabalho, façamos da paz externa e da concórdia dos brasileiros no seio da pátria os fatores soberanos do futuro, para que a providência preparou este incomparável canto da terra.

No seio ubertoso da paz trocaremos com o mundo os produtos da nossa atividade e centuplicaremos a riqueza; na concórdia perfeita de irmãos, inflamados todos de um santo amor da pátria, centuplicaremos a força e a coesão, mais facilmente solveremos os árduos problemas do presente e do porvir, mais prontamente subiremos a encosta sempre rude da montanha, onde se assenta o templo luminoso da glória.

Há 400 anos a feliz nave de Cabral trouxe-nos em suas velas pandas o emblema sagrado da cruz como uma promessa de benção celeste.

No século que via despontar seja nosso fanal esta outra divisa, inspirada também na doutrina santa de Cristo: PAZ E CONCÓRDIA!





A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.









edicoesbibliotecariograndense.com



IBSN: 978-65-89557-61-6